



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CARLA HIRT

**IMPACTOS DOS MONOCULTIVOS ARBÓREOS NA PAISAGEM E NAS
ATIVIDADES RELACIONADAS AO TURISMO EM SÃO FRANCISCO DE
PAULA /RS.**



Porto Alegre, agosto de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**IMPACTOS DOS MONOCULTIVOS ARBÓREOS NA PAISAGEM E NAS
ATIVIDADES RELACIONADAS AO TURISMO EM SÃO FRANCISCO DE
PAULA/RS.**

CARLA HIRT

Orientador: PROF. DR. ANTONIO CARLOS CASTROGIOVANNI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora:

- Prof. Dr. Cleusa Maria Andrade Scroferneker (FAMECOS/PUCRS)
- Prof. Dr. Nelson Luiz Sambaqui Gruber (POSGea/IG/UFRGS)
- Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (POSGea/IG/UFRGS)

Porto Alegre, agosto de 2009

Hirt, Carla

Impactos dos monocultivos arbóreos na paisagem e nas atividades relacionadas ao Turismo em São Francisco de Paula/Rs / Carla Hirt. – Porto Alegre : IGEO/UFRGS, 2009.

163 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, RS - BR, 2009.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni

1. Complexidade. 2. Turismo. 3. Paisagem. 4. Monocultivo arbóreo. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Luciane Scoto da Silva CRB 10/1833

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer àqueles que pagam seus impostos e possibilitam que pessoas – assim como eu - tenham acesso a serviços básicos, como ao ensino. Agradeço também àqueles que, por falta de condições, não conseguem pagar seus impostos, mas que com sua luta diária pela (sobre)vivência nos dão inspiração para continuar na batalha pelo que acreditamos ser justo.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que graças à complexa relação exposta, possibilitou-me o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade (faço votos para que assim continue). Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial a alguns professores e funcionários que realmente honram seu trabalho. À CAPES, agência de fomento do governo federal, da qual recebi, pela metade do tempo desta caminhada, bolsa de mestrado.

Antonio Carlos Castrogiovanni: professor e orientador, agradeço pelas conversas instigantes e desafios mesmo que subliminares.

Laurindo Antônio Guasselli: se mostrou além de professor, um grande profissional e um exemplo a seguir.

Aos queridos amigos colegas, artistas e arteiros, mas acima de tudo: inquietantes, com quem aprendi e aprendo a complexidade da vida! Entre eles, agradecimento especial para:

Ana S. Michel, por ser meiga, feroz, linda, crítica, suave, responsável (apesar de ela não se achar), intensa, carinho, sorriso, ética, música, complexa, amiga...

Ana Paula Ribeiro, pela agitação e amizade;

Anderson, pela psicodelia inspiradora;

Clódis, pela sua autoconfiança, alegria e quase petulância (que, como já disse, faz parte do seu show), que contagia a todos (te gosto muito!);

Daniela, por ser muitas vezes a amiga mais presente, mesmo distante espacialmente. Tenho certeza (e olha que eu tenho poucas) do que é a nossa amizade: cúmplice, fiel, (um) presente e, o mais engraçado, é que ela é contraditória: Você é a pessoa que eu mais xingo, e

ao mesmo tempo é uma das que eu mais gosto. Ajudou-me em alguns momentos importantes dessa caminhada.

Dilermando, por me fazer ver (involuntariamente) coisas que eu tinha esquecido de como são importantes, pelas (des)orientações que causaram muitas inquietações e inspirações;

Gui, pelas gargalhadas contagiantes e ajuda cartográfica;

Laurie, pela graça, leveza, estilo e elegância que nos acompanharam desde a graduação (e pela amizade, é claro!);

Lenize, pelo apoio e sorriso farto nas conversas e desabafos de corredor...

Nola, pela amizade constante e verdadeira, o sorriso e a atenção e o apoio nas horas certas. Também por toda a ajuda durante esta caminhada. Amiga rara.

(Re)nata, pelo humor latejante e incendiário;

Tássia, por se mostrar uma amiga “confiante confidente de confiança”.

Agradeço ao meu pai, por sempre me dar a mão, à minha mãe, pelo cuidado, e aos dois, pela sua presença em minha vida e tudo o que aprendi com seus exemplos.

Eduardo, pelo amor, sorrisos e apoio em um tempo/espço passados. Admiro-te!

Paloma e Cristiano, por terem se mostrado presentes em momentos de grande transformação na minha vida.

Dinda, pelo carinho, brabeza e atenção que sempre se mostraram presentes.

Igor, por (re)aparecer na minha vida, pelo amor que sinto, pelo amor que sente, pelo apoio, interesse, carinho e cumplicidade. Pela ajuda na realização desta pesquisa. Por me fazer bem.

OBRIGADA! Este trabalho reflete um pouco de vocês na minha vida!

CANTARES

*Caminhante, são tuas pegadas o caminho,
e nada mais;
caminhante, não há caminho,
faz-se caminho ao andar.
Ao andar faz-se o caminho,
e ao olhar-se para trás
vê-se a senda que jamais se há de voltar a pisar.
Caminhante, não há caminho,
somente sulcos no mar.*

Antonio Machado

“O que está em jogo não são os olhos, mas os acordos institucionais que fazem com que vejamos ou não vejamos” (ALVES, 2000, p. 213)

Mas há fronteiras nos jardins da razão!

Chico Science e Nação Zumbi

RESUMO

Esta dissertação de mestrado consiste em uma análise, a partir do Paradigma da Complexidade, sobre as dinâmicas sócio-econômico-espaciais observadas no município de São Francisco de Paula/RS. As transformações que ocorrem no Espaço Geográfico – aqui mais especificamente em São Francisco de Paula / RS – parecem ser o resultado processual das relações entre as escalas do local e do global. No estado do Rio Grande do Sul, atualmente, os monocultivos arbóreos vêm se mostrando cada vez mais presentes na Paisagem e na economia. O mesmo está acontecendo com relação ao Turismo – que tem na Paisagem os elementos fundamentais para o seu desenvolvimento – e que, atualmente, aparece despontando como uma nova atividade presente no Espaço Rural.

Entender como essas novas dinâmicas atuam na (trans)formação do Espaço Geográfico, mais especificamente, no município de São Francisco de Paula, e como/porque os Sujeitos atuam de determinadas maneiras frente a elas, nos pareceu ser o caminho mais adequado na tentativa de compreendermos provisoriamente como as transformações provocadas pelos monocultivos de Pinus em São Francisco de Paula podem interferir no Turismo praticado. Assim, buscamos entender provisoriamente os conflitos de interesse entre os Sujeitos que praticam essas duas atividades econômicas, e como se posicionam os Sujeitos residentes e os Sujeitos responsáveis pela gestão deste Território.

Palavras-Chave: Complexidade, Turismo, Paisagem, São Francisco de Paula, monocultivo arbóreo.

ABSTRACT

This dissertation consists of an analysis from the Paradigm of Complexity, on the dynamic socio - economic spatial observed in the city of São Francisco de Paula / RS. The transformations that occur in geographic space – here more specifically in San Francisco de Paula / RS – seem to be the result of procedure of the relations between the scales of local and global. In the State of Rio Grande do Sul, currently, Growing Wooded has been showing increasingly present in the landscape and the economy. The same appears to be happening with regard to tourism - which has in the landscape the key elements for their development – and that currently appears as a new activity in country areas.

Understand how these new dynamic provide complete change training of the geographical area, more specifically, in the city of São Francisco de Paula, and why / because the subject Act certain ways forward, seemed to be the appropriate in an attempt to understand provisionally as transformations caused by Growing Wooded in San Francisco de Paula may interfere with the tourism practiced. Thus, we sought to understand provisionally conflicts of interest between them these two economic activities and as if the resident subject and the responsible subject for this territory.

Key-words: Complexity, Tourism, Landscape, São Francisco de Paula, Growing Wooded.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Brasil, Rio Grande do Sul e São Francisco de Paula, respectivamente | 68 |
| Figura 2 - Esquema com palavras-chave que observamos do prefeito para busca pelo desenvolvimento local..... | 85 |
| Figura 3 – Esquema sobre a complexidade da fiscalização ambiental e seus impactos sobre as novas ações que podem gerar novos impactos ambientais..... | 103 |
| Figura 4 - Imagem de satélite que localiza o Passo da Ilha e a área com monocultivo de Pinus Elliottis junto ao Rio Tainhas. | 133 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|--|----|
| Foto 1 – Impacto das plantações de Pinus junto à estrada RS 020. | 20 |
| Foto 2 – Paisagem dos Campos de Cima da Serra em área não ocupada por monocultivo arbóreo, junto à estrada RS 020..... | 20 |
| Foto 3 – Paisagem típica em propriedade que se dedica à pecuária extensiva em São Francisco de Paula..... | 40 |
| Foto 4 – Paisagem dos Campos de Cima da Serra..... | 40 |
| Foto 5 - Diferença na Paisagem causada pelos diferentes usos do solo, em São Francisco de Paula..... | 41 |
| Foto 6 - Diferença na Paisagem causada pelos diferentes usos do solo, em São Francisco de Paula..... | 42 |
| Foto 7 - Diferença na Paisagem causada pelos diferentes usos do solo..... | 42 |
| Foto 8 – Monocultivo de Pinus no parque da Cachoeira..... | 43 |
| Foto 9 – Mapa do Parque da Cachoeira sinalizando as áreas com monocultivo arbóreo..... | 44 |
| Foto 10 - Placa na entrada de uma propriedade que pratica o monocultivo de Pinus em São Francisco de Paula..... | 49 |
| Foto 11 - Foto de quadro pintado por um artista local que retrata Hortênsias e Araucárias. Local: Restaurante em São Francisco de Paula..... | 78 |
| Foto 12 – Foto de quadro pintado por um artista local em hotel de São Francisco de Paula..... | 79 |

| | |
|---|-----|
| Foto 13 – Foto de quadro em hotel de São Francisco de Paula, pintado por um artista local. | 79 |
| Foto 14 - Centro de Informações Turísticas do município de São Francisco de Paula / RS..... | 95 |
| Foto 15 – Ferramentas, instrumentos, e elementos lúdicos destacados como importantes símbolos da cultura e a paisagem local, no Centro de Informações Turísticas do município de São Francisco de Paula / RS. | 95 |
| Foto 16 - Capa do Folder Turístico do município..... | 96 |
| Foto 17 - Área de monocultivo de Pinus às margens da RS 020..... | 115 |
| Foto 18 - Área onde foi praticado o monocultivo de Pinus – após o corte das árvores, nas margens da RS 020 em São Francisco de Paula. | 115 |
| Foto 19 – Plantação de Pinus junto a corpo d’água, em São Francisco de Paula / RS..... | 117 |
| Foto 20 - Paisagem registrada no Passo da Ilha, em São Francisco de Paula. | 132 |
| Foto 21 - Área onde foi efetuado o corte do monocultivo de Pinus , em São Francisco de Paula..... | 134 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Caracterização dos eventos em São Francisco de Paula..... | 76 |
|---|----|

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1 – Mapa do município fornecido na Casa do Turista de São Francisco de Paula..... | 21 |
| 1. Mapa 2 - Mapa Geológico de São Francisco de Paula / RS..... | 71 |
| Mapa 3 - Mapa Geomorfológico de São Francisco de Paula / RS..... | 72 |
| Mapa 4 –Mapa das Unidades de Vegetação do Rio Grande do Sul | 73 |
| Mapa 5 - Áreas destinadas aos monocultivos arbóreos em São Francisco de Paula / 2008..... | 107 |
| Mapa 6 - Estrutura fundiária do RS..... | 122 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Quantificação do tamanho das áreas permitidas para monocultivos arbóreos nas propriedades situadas na PM 12..... | 88 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| CEPSRM | Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia |
| CONSEMA | Conselho Estadual do Meio Ambiente |
| FLONA | Floresta Nacional do IBAMA |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| MEC | Ministério da Educação |
| PDDAI | Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Integrado do Município de São Francisco de Paula |
| PLAGEDER | Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural |
| UAB | Universidade Aberta do Brasil |
| UNP | Unidade Natural de Paisagem |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| PROBLEMA DE PESQUISA | 14 |
| JUSTIFICATIVA | 16 |
| OBJETIVOS | 24 |
| Objetivo Geral | 24 |
| Objetivos Específicos | 24 |
| 1. CAMINHOS/CAMINHADA METODOLÓGICA | 25 |
| 1.1. TIPO DE PESQUISA | 25 |
| 1.2.MÉTODO DE ANÁLISE | 26 |
| 1.3. PROCEDIMENTOS | 28 |
| 2. REVISÃO CONCEITUAL TEÓRICA | 34 |
| 2.1. ESPAÇO GEOGRÁFICO | 35 |
| 2.1.1. Paisagem..... | 39 |
| 2.1.2 Território..... | 44 |
| 2.2. TURISMO | 50 |
| 2.3. CULTURA | 55 |
| 2.4. GLOBALIZAÇÃO: CENÁRIO MUNDO | 57 |
| 2.5. SUJEITO | 59 |
| 2.5.1. Identidade | 61 |
| 2.6 AS NOVAS RURALIDADES | 64 |
| 2.7. O LUGAR / ENTRE LUGAR SÃO FRANCISCO DE PAULA | 66 |
| 3. O MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO DE PAULA | 68 |
| 4.DESENVOLVIMENTO: QUAL? PENSADO POR QUEM? | 81 |
| 4.1. OS SUJEITOS: AS AÇÕES SOBRE O TURISMO | 86 |
| 4.2. POR QUE O MONOCULTIVO ARBÓREO? | 98 |
| 4.3.MONOCULTIVOS ARBÓREOS: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? PARA QUANTOS? | 112 |
| 4.4. TURISMO: UMA ALTERNATIVA, OU NÃO? | 120 |
| 4.5.MONOCULTIVOS ARBÓREOS: CONFLITOS OU NOVOS CAMINHOS? | 125 |
| 4.6. TURISMO E/OU MONOCULTIVOS ARBÓREOS? | 131 |
| CONSIDERAÇÕES TEMPORÁRIAS | 140 |
| REFERÊNCIAS | 145 |
| ANEXOS | 152 |

| | |
|--|------------|
| anexo A – Folder do roteiro <i>Origens campeiras</i> – apoiado pelo SEBRAE e pela Prefeitura Municipal | 152 |
| anexo B – Música: São Francisco é Terra Boa - Os Bertussi | 153 |
| anexo C –Instrumento de informação junto ao Sujeito Turista que chega ao município | 154 |
| anexo D - Instrumento de informação junto ao Sujeito turista após visitar o município | 155 |
| anexo E - Instrumento de informação junto aos Sujeitos responsáveis pelo Plano Diretor do Município..... | 156 |
| anexo F - Instrumento de informação junto aos Sujeitos proprietários de estabelecimento rural onde se pratique o Turismo. | 158 |
| anexo G - Instrumento de informação junto ao Sujeito técnico agrícola do município: | 159 |
| anexo H - Instrumento de informação junto ao Sujeito proprietário de áreas de cinquenta hectares destinados a monocultivo arbóreo. | 160 |

INTRODUÇÃO

Segundo informações do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE, 2006), o Brasil é o líder mundial na produtividade de florestas folhosas e na produção de florestas coníferas. Atualmente, no Estado do Rio Grande do Sul, os monocultivos arbóreos vêm se mostrando cada vez mais presente na Paisagem e na economia.

As espécies do gênero *Pinus sp.* – oriundas principalmente da América do Norte – se adaptaram muito bem no sul do país e vêm sendo plantadas no Brasil há mais de um século (BACKES e IRGANG, 2004). Essas espécies de *Pinus* têm apresentado importância comercial singular, pois são largamente utilizadas, principalmente na construção civil, na indústria moveleira e na de celulose. Além da expansão das plantações intensivas de *Pinus*, outro fato que está se tornando mais presente é o crescimento das atividades relacionadas ao Turismo.

Em São Francisco de Paula (RS), esses fatores ocorrem simultaneamente e vêm causando muitas divergências de opinião. Devido à expansão dos monocultivos arbóreos, é possível, neste momento, constatar mudanças no espaço, podendo vir a descaracterizar a Paisagem em seus aspectos mais representativos – campos e pecuária, bosques de mata nativa com Araucárias, espécie vegetal nativa da região –, o que parece ser um inconveniente para as atividades turísticas locais.

Entendemos, neste momento, que o Espaço não é algo estático; ele está em constante processo de totalização (SANTOS, 1996). Esse movimento implica em novas dinâmicas que (trans)formam o Espaço. Essas (trans)formações ocorrem dentro de um sistema dialógico – portanto, complementar e antagônico – que envolve conflitos, (des)acertos, (sub)objetividades, contingências e emergências. É o que podemos observar em São Francisco de Paula, onde as transformações no Espaço se refletem na Paisagem de forma que é diferentemente percebida e interpretada pelos diferentes Sujeitos. Afinidades com essa atividade econômica por parte de uns não necessariamente significam a atração pela Paisagem resultante. Contudo, os ganhos econômicos são para somente alguns poucos Sujeitos

envolvidos com a plantação intensiva de Pinus, em detrimento dos gostos e desgostos de um grande número de Sujeitos.

A partir do que está posto, surgem inquietações que pretendemos abordar ao longo da pesquisa: (a) Monocultivos arbóreos podem ser sinônimos de desenvolvimento ou não? (b) Qual desenvolvimento seria esse, ou não? (c) O desenvolvimento seria para quem? (d) O Turismo é uma alternativa frente aos monocultivos arbóreos ou não? (e) Existem conflitos de interesses em função da (re/des)organização espacial? (f) O avanço dos monocultivos arbóreos pode vir a prejudicar o Turismo em São Francisco de Paula ou não? Por quê?

É importante destacarmos que tomamos por base o questionamento sobre o modelo de desenvolvimento que por anos impera nos discursos de parte dos Sujeitos hegemônicos responsáveis pelo planejamento e gestão do Espaço Geográfico. Tal questionamento surge a partir de inquietações sobre as consequências de abordagens economicistas, ditas racionais, que muitas vezes levam a uma razão fragmentada que dissocia – “engaveta” – razão, emoção, afetividade, e outros elementos que compõem toda complexidade que nos cerca, gerando por vezes um saber/fazer reducionista e questionável por sua excessiva parcialidade disfarçada em cientificidade.

Dessa forma, esta dissertação está organizada a partir de alguns preceitos já citados, sendo inicialmente abordados o problema de pesquisa e a justificativa de sua importância para estudos das dinâmicas que ocorrem da porção do Espaço Geográfico que abrange São Francisco de Paula, assim como os objetivos desta pesquisa. No capítulo dois, destacamos o método, metodologia e os procedimentos adotados na busca de uma coerência que nos auxilie na análise das informações, não esquecendo a sua complexidade. Após, iniciaremos uma revisão conceitual teórica, na qual procuramos explicitar alguns instrumentos de análise que nos auxiliarão na tentativa de nos fazermos claros, mesmo que temporariamente, ao dissertarmos a respeito da pesquisa. No capítulo quatro, faremos um reconhecimento geo-histórico do município de São Francisco de Paula, a fim de contextualizarmos localmente algumas dinamicidades que, ao longo da pesquisa, serão importantes para compreendermos a complexidade da conexão entre a parte e o todo que é o Espaço Geográfico. No capítulo cinco, procuramos tecer toda a revisão metodológica, conceitual teórica com a análise das informações coletadas em fontes primárias e secundárias.

Após, são feitas algumas considerações do complexo tecido que se manifesta e do despertar da pesquisa como um todo. Pensamos ser relevante destacar que,

para distinguirmos os instrumentos que nos auxiliarão nesta caminhada – os conceitos e categorias de análise –, optamos por empregá-los como sendo nomes próprios. Dessa forma, procuramos inclusive auxiliar ao leitor a reconhecer em que abordagem estaremos focando naquele instante textual.

PROBLEMA DE PESQUISA

Este trabalho ambiciona encontrar respostas temporárias para inquietações que surgiram a partir do contato que tivemos ao longo de nossa jornada acadêmica com o município de São Francisco de Paula, estado do Rio Grande do Sul.

Compreender provisoriamente como/se há conflito de interesses entre os Sujeitos que investem em monocultivos arbóreos em suas propriedades, e os que investem no Turismo, se configura como a questão central de pesquisa.

Buscamos entender como/se as transformações provocadas pelos monocultivos arbóreos no Espaço Geográfico – que denotam novas paisagens a partir de sua (re/des)organização – podem interferir (ou não) na (re)organização do espaço que compreende São Francisco de Paula, criando novas paisagens e trazendo, possivelmente, outras dinamicidades ao Turismo. Para entendermos como/se há conflito de interesses e se isso pode interferir no Turismo local, procuramos entender a percepção dos Sujeitos turistas que visitam o município com relação à plantação de monocultivos arbóreos.

Durante muitos anos, o município baseou a sua economia na pecuária e na extração e beneficiamento da madeira de árvores da espécie *Araucaria angustifolia* (TEIXEIRA, 2002), o que provavelmente deu origem a uma cultura ligada à Paisagem que esses elementos compunham. Essa cultura, por sua vez, valoriza as atividades relacionadas à vida no campo e ao que pode ser chamado de tradicionalismo gaúcho, que parece ter preservado parcialmente, até os dias de hoje, através das músicas, dos rodeios e festas tradicionais. Neste contexto, pensamos ser relevante destacar breves considerações a respeito de nossa interpretação sobre o surgimento da cultura gaúcha. Essa ocorreu a partir da dispersão do gaúcho platino e do gaúcho brasileiro. Com a perda de identidade do “gaúcho primórdio”, ocorrida por diversos motivos – entre esses destacamos a perseguição ideológica

que sofreram por anos, além dos próprios movimentos de descentralização cultural – os estancieiros perceberam o valor simbólico da figura do gaúcho, e se “apropriam” dessa como forma subliminar de domínio ideológico e também de poder político¹.

Contudo, essa questão cultural é importante, pois, nos últimos anos, observamos o aumento de atenção para projetos turísticos como os *Caminhos da Neve*, a *Rota Romântica*, *Rota dos Campos de Cima da Serra* e *Região das Hortênsias*, para os quais os fatores de formação da Paisagem e a Cultura do município parecem ser importantes.

Pensamos neste momento que, o avanço do monocultivo arbóreo pode ser um fator que atua significativamente como agente transformador dos arranjos espaciais – o que se reflete na Paisagem, uma vez que se caracteriza pelo monocultivo de *Pinus elliottii* (Pinus), que traz consigo transformações não só no aspecto da vegetação, mas também na fauna e nas manifestações culturais.

Esta pesquisa se propõe também a estudar o Turismo praticado no município, para então tentar compreender quais são os possíveis impactos das plantações intensivas de Pinus sobre essa atividade e, portanto, na (re)construção do Espaço Geográfico. Para tanto, transitamos com o Paradigma da Complexidade, de Edgar Morin, que nos possibilita contextualizar os fenômenos locais nas lógicas globais, numa tentativa de não gerar um conhecimento fragmentado, separado do todo que o compõe. Assim, os impactos dos monocultivos arbóreos sobre o Turismo local não devem ser analisados da forma linear causa-consequência; mas num movimento sistêmico de multidimensionalidades que interagem, são complexos e não têm fim.

¹ Em Porto Alegre, no ano de 1947, foi fundado por filhos de proprietários rurais o Movimento Regionalista. Apoiados no mito da democracia pastoril, esse movimento cultuava a ideologia latifundiário-pastoril. Desta maneira, (re)criou-se o mito do gaúcho, que foi difundido pelo Rio Grande do Sul como modelo para a construção de uma sociedade.

O Movimento Tradicionalista aparece como um organismo social, definido e estatuído, de natureza cívica, ideológica doutrinária, com características próprias e singulares, que procura influir nas formas de manifestação da vida e do pensamento rio-grandenses. Tem como objetivos: promover junto ao povo rio-grandense uma retomada de consciência dos valores (que eles julgam) morais do gaúcho; Criar barreiras aos fatores e ideias alienígenas que nos vêm pelos veículos normais de propaganda e que sejam opostos aos costumes “naturais” do povo; Preservar o patrimônio sociológico representado principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, formas de lidas e artes populares e, entre outros, criar nos grupos sociais uma unidade psicológica.

JUSTIFICATIVA

Entendemos ser o papel do geógrafo realizar estudos que atuem como ferramentas não só para os órgãos de gestão, mas também para a sua utilização, pela sociedade, na organização e no planejamento do Espaço Geográfico. O geógrafo, devido à sua formação, possui condições de analisar o Espaço Geográfico de forma complexa. Isso possibilita a realização de leituras temporárias utilizando instrumentos de análise que servem como guias em caminhadas que não partem do pressuposto da simplificação, mas considerando toda sua complexidade.

Vivemos em um mundo de redes, no qual cada vez mais as conexões entre variados lugares dispõem novos e conflituosos sistemas de organização do Espaço Geográfico que, por vezes, seguem lógicas locais que tendem a se encaixarem em necessidades globais. Na tentativa de compreendermos provisoriamente como esses movimentos que (inter)agem com/no município de São Francisco de Paula, escolhemos os Princípios da Complexidade como orientação para esta pesquisa.

Pensamos que a globalização contribui para reproduzir novas práticas que o mercado impõe, segundo a lógica sistêmica do consumo de massa, produção em massa, da efemeridade, da descartabilidade do que é consumido e da criação e reconstrução de Territórios. É nesse sentido que pensamos que se fazem necessários estudos que procurem respostas, mesmo que provisórias, para as inquietações que se instalam junto às novas práticas.

Nesta pesquisa, inicialmente, existe a preocupação com dois temas que contêm e são contidos pela complexidade do mundo em que vivemos: o Turismo e monocultivos arbóreos.

Nos últimos anos, o Turismo vem se destacando como um conjunto de possibilidades de organização espacial, assumindo uma crescente importância no cenário mundial. A racionalização e o aumento da produtividade nas empresas, o aumento na renda por parte da população, o acesso mais facilitado a automóveis e o aumento da urbanização em consequência da industrialização são fatores, entre outros, que deram condições para que grande parte dos Sujeitos – em alguns países – sofresse profundas transformações em seu cotidiano. Mudanças como o aumento do tempo livre em consequência da diminuição na

jornada de trabalho, o aumento nas parcelas dos rendimentos destinados ao lazer², e um crescente número de Sujeitos que procuram um contato maior com atividades que funcionem como “válvulas de escape” para a pressão e o estresse cotidiano propiciaram o surgimento de empresas especializadas na organização de roteiros e na comercialização de produtos turísticos. Esses, entre outros fatores, deram condições para que as atividades de lazer e de Turismo sejam consideradas como as que mais crescem no mundo e que mais mobilizam recursos. Assim, os empregos e impostos que geram têm grande peso na economia de diversos países (RUSCHMANN, 1997).

Por outro lado, os monocultivos arbóreos parecem surgir como consequência de uma economia baseada em princípios – contraditórios e complementares – de consumo e acumulação, que o sistema capitalista se encarregou de distribuir nos mais diversos cantos do planeta. Para suprir a demanda mundial por madeira, por produtos derivados da celulose, entre outros, a extração dessa matéria-prima foi responsável pelo desmatamento de vastas áreas de mata nativa no planeta. Com a crescente devastação desses recursos naturais, a preocupação com a manutenção do que sobrou das florestas impulsionou a criação de leis que proíbem o desmatamento – o que levou ao surgimento do cultivo de árvores com a finalidade de abastecer o mercado.

No Brasil, as espécies do gênero *Pinus* são amplamente utilizadas para monocultivos com fins industriais devido, principalmente, ao seu rápido crescimento. Sua madeira é usada em construções leves ou pesadas, na produção de laminados, compensados, chapas de fibras e de partículas, na produção de celulose e papel, entre outros. O *Pinus elliottii* também tem sido utilizado para a extração de resina.

Da mesma maneira que os monocultivos arbóreos, o Turismo no Brasil tem crescido ao longo dos anos (UEDA, 2003). Os serviços de hospedagem, assim como a oferta de produtos turísticos estão aumentando. Isso se reflete no crescimento da mão-de-obra empregada, no maior recolhimento de impostos e, conseqüentemente, numa maior influência do Turismo na (re/des)organização e (trans)formação do Espaço Geográfico. Mas não é possível deixar de lado as preocupações que surgem com as possíveis conseqüências do aumento (não planejado adequadamente) dessa atividade – que por vezes pode ocorrer em função de uma má gestão –, como a degradação de alguns ambientes em função de uma maior frequência de Sujeitos, choques culturais, mercantilização e de espaços.

² Lazer é aqui entendido como sendo a ação humana na qual e pela qual se consegue manter os objetivos e os valores idealizados e restritos ao próprio indivíduo que as vivencia ludicamente (MARCELINO, 2002).

Dessa maneira, a questão de pesquisa que nos motiva está focada no possível conflito de interesses entre as plantações intensivas de *Pinus* e o Turismo em São Francisco de Paula, e na (re/des)organização do Espaço Geográfico. Nesse município, grande parte da oferta turística está voltada à questão do tradicionalismo gaúcho e/ou para as atrações que a chamada *serra gaúcha* tem a oferecer – tais como o clima frio (que muitos insistem em chamar de “clima europeu”) e no patrimônio cultural como um todo.

Assim, já no início surge a inquietação em função de que o aumento das áreas destinadas ao monocultivo arbóreo pode estar relacionado a uma antiga prática comum no município, a extração de Araucárias, a qual propiciou a presença de madeiras. A proibição da extração de árvores nativas, em 1992, acarretou em um aumento significativo nas áreas ocupadas pelo plantio dessa espécie exótica para fins industriais.

Um dos problemas no manejo inadequado das plantações dessa espécie exótica no município é o seu potencial invasivo. Por ser de fácil propagação e de difícil controle – uma vez que as suas sementes, ao serem levadas pelo vento, germinam livremente sobre os campos, lavouras e beiras de estradas – o *Pinus* é considerado um invasor perigoso nos ecossistemas naturais (BACKES e IRGANG, 2004). Além disso, nas áreas em que as espécies de *Pinus* são utilizadas na forma de monocultivo, pode ocorrer a diminuição da biodiversidade, podendo acarretar inclusive no desaparecimento de espécies endêmicas³. Já é possível notar – segundo relatos de moradores – a diminuição da frequência com que são vistas algumas espécies, tanto animais quanto vegetais na região (exemplos da fauna: gralha-azul – *Cyanocorax caeruleus* –, papagaio-charão – *Amazona pretei* –, o puma – chamado também de leão baio, *Puma concolor* – a jaguatirica – *Leopardus pardalis*).

Tendo em vista o fato de que o Turismo estudado possa ser uma alternativa viável, que propicie novas fontes de renda para algumas famílias, a manutenção dos ritmos nos quais a Paisagem vem sendo (re)construída e o fortalecimento da prática de alguns fatores culturais da população do município surgem os questionamentos: os monocultivos arbóreos podem vir a interferir nas atividades relacionadas ao Turismo, ou não? Turismo e monocultivos arbóreos beneficiam a quem e a quantos? Como mediar esse conflito de interesses no que diz respeito à (re/des)organização do Espaço Geográfico?

Elemento importante para a conservação (em parte) das características naturais dos *Campos de Cima da Serra*, a pecuária extensiva – atividade tradicional do município –

Acesso em 20/07/2008.

³ Espécies que existem apenas em um determinado bioma.

tem tido íntimas ligações com a identidade cultural local, e é fundamental para entendermos a Paisagem predominante ao longo dos anos na região. Contudo, parte dos campos destinados à pecuária passou a ser utilizada para praticar outras atividades econômicas. Teriam os monocultivos arbóreos aparecido como alternativa para os proprietários frente a uma possível desvalorização da pecuária, ou não? Quais fatores teriam sido determinantes para o aparente aumento nas áreas destinadas ao monocultivo arbóreo? Como essas transformações irão se refletir na cultura local? Essas são algumas inquietações que buscamos responder, mesmo que provisoriamente.

Pensamos, neste momento, que o patrimônio natural é importante para o Turismo praticado no município, que parece ter no Turismo Rural e no Turismo Natureza as suas bases mais sólidas. Durante visitas informais ao município enquanto turista, antes mesmo de esta pesquisa ter início formalmente – no ano de 2006 – alguns proprietários de estabelecimentos destinados ao Turismo já diziam temer que os Sujeitos turistas que visitavam o município à procura da natureza e dos símbolos que remetem à cultura local deixariam de fazê-lo, uma vez que parte do espaço já reflete as transformações da Paisagem em função da introdução das plantações intensivas de Pinus, principalmente junto às estradas (locais por onde o turista passa para se dirigir às localidades onde deseja chegar) e a alguns dos principais atrativos turísticos do município.

Nas Figuras 1 e 2, podemos observar a diferença na paisagem junto à estrada RS 020, entre a cidade de São Francisco de Paula e o distrito de Tainhas (Mapa 1). Como podemos ver, por ser uma árvore de grande porte, o Pinus, quando plantado em grandes “maciços” de monocultivo, acaba por atuar como uma parede (Foto 1), impedindo que a visão alcance o horizonte, o que deveria ser comum em locais onde os campos são predominantes (Foto 2).



Foto 1 – Impacto das plantações de Pinus junto à estrada RS 020.
Fonte: foto da autora em 11/ 2007.



Foto 2 – Paisagem dos Campos de Cima da Serra em área não ocupada por monocultivo arbóreo, junto à estrada RS 020.
Fonte: foto da autora em 11/ 2008



Mapa 1 – Mapa do município fornecido na Casa do Turista de São Francisco de Paula.

Escolhemos como área de pesquisa o município de São Francisco de Paula pelo fato de reunir, em seu Território, as particularidades e os conflitos já citados. Esses são característicos não só na zona Serrana e na Região das Hortênsias⁴, mas em grande parte do Rio Grande do Sul, onde monocultivos se fazem presentes também com outras espécies arbóreas, como o Eucalipto e a Acácia Negra. São Francisco de Paula é um município no qual

⁴ Segundo a Secretaria de Turismo, Esporte e Laser do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula pertence à “zona da serra”, mais especificamente à Região das Hortênsias. Contudo, achamos necessário destacar que, geomorfologicamente, não existe a classificação de Serras no Território do Rio Grande do Sul.

os monocultivos arbóreos aumentaram significativamente nos últimos anos, assim como parece ter aumentado a atenção, por parte da administração municipal, sobre o Turismo.

Pensamos que realizar esta pesquisa dentro de uma perspectiva geográfica pode contribuir para a interpretação e compreensão, mesmo que provisoriamente, da complexidade que envolve os fenômenos já citados. A Geografia traz para a discussão categorias analíticas importantes à compreensão (ou interpretação), mesmo que provisória, da realidade em que vivemos: Paisagem, identidade, cultura, Território e Espaço Geográfico – esses são conceitos importantes que nos auxiliam a ler e a compreender o mundo temporariamente na sua complexidade.

O Paradigma da Complexidade se faz presente no decorrer desta pesquisa, pois já traz inquietações que vemos como possíveis esclarecedoras, sem fechar em certezas eternas. Ao realizar a pesquisa, o Sujeito pesquisador tem dificuldades em se despir de suas ideias, ideologias, pré-conceitos, etc. Dessa forma, até que ponto pesquisas que surgem para auxiliar nas tentativas de compreensão das múltiplas realidades não são então a (re)produção de ideias, sentimentos, inquietações, interpretações, já impressas no pesquisador? Fazemos esse questionamento porque a própria descrição da complexa realidade já é algo discutível, uma vez que ela depende da interpretação de cada Sujeito ao observá-la.

É nesse sentido que a consciência do complexo provoca um *aconchego* nas nossas inquietações. Ter consciência de que as certezas são provisórias, de que há verdades absolutas temporárias, saber que ignorar as contingências pode trazer consequências desastrosas na busca da compreensão da realidade, e que podemos considerá-las também como definidoras das dinâmicas do mundo real auxilia na compreensão do fenômeno a ser estudado em São Francisco de Paula.

O princípio de que só podemos conhecer as partes se conhecermos o todo em que se situam e só podemos conhecer o todo se conhecermos as partes que o compõem se faz presente mesmo depois de quatrocentos anos que Blaise Pascal – 1623-1662 – escreve, em *O Homem Perante a Natureza*⁵, que “como as partes do mundo têm sempre relações íntimas e intimamente se encadeiam, considero impossível compreender sem alcançar as outras, e sem penetrar o todo”. Esse é um princípio que se faz atual em um mundo globalizado. Neste momento textual, acreditamos que esse pensamento complexo permite ligar as porções que nos parecem separadas umas em relação às outras. Isso porque vivemos em uma realidade

⁵ Disponível em <http://www.scribd.com/doc/6768521/Blaise-Pascal-Homemnatureza>. Acesso em 15/13/2009.

multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, cultural, espacial. Quando fragmentamos a realidade, essa separação nos torna cada vez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto. Porém, nos torna cegos ou míopes sobre a relação entre as partes e o seu contexto (MORIN, 2000). Mesmo em se tratando de uma pesquisa do tipo estudo de caso, não podemos esquecer que o fenômeno estudado, assim como a porção do Espaço Geográfico, está contido em um todo complexo que também se faz presente nesta parte.

Por isso, mobilizar o todo, procurando entender os diversos movimentos simultâneos que atuam na (trans)formação do Espaço Geográfico e que refletem e são refletidos nos/pelos objetos e ações específicos deste estudo de caso se faz importante, uma vez que esses fenômenos se ligam nas redes tecidas entre esses diversos elementos. Além de recompor o todo, é preciso mobilizá-lo. Juntar as partes não basta, pois alguns elementos essenciais para a conexão dessas (emergências) partes podem ser ignorados.

Esse é um desafio que pensamos ser necessário para compreendermos temporariamente a complexidade dessa porção do Espaço Geográfico. Nesse caso, a busca pelo entendimento sobre Turismo pode contribuir para que a Geografia se aproxime com novos olhares sobre o conhecimento do Espaço Geográfico em toda sua complexidade (CASTROGIOVANNI, 2004). Pensamos ser o Turismo uma prática social que envolve o deslocamento de Sujeitos pelo Território e que têm no Espaço Geográfico seu principal objeto de consumo. Esse proporciona que o Sujeito pesquisador, abordando o fenômeno turístico, trabalhe com perspectivas para o desenvolvimento e a compreensão de esferas pertencentes à Geografia.

Considerando, então, que o Turismo, enquanto atividade, tem participação importante na formação do Espaço Geográfico local. Existe a preocupação de compreendermos, mesmo temporariamente, como/se os monocultivos arbóreos poderão influenciar nessa atividade. Assim, a importância de sabermos se existe um conflito de interesses entre o Turismo e a plantação intensiva de Pinus está na possibilidade de podermos mediar essas questões, identificando os problemas e os pontos críticos, para que este trabalho possa ser utilizado como uma possível ferramenta que, mesmo incompleta, auxilie na gestão do Território, beneficiando a população local, mas também com a preocupação no que diz respeito à questão ambiental.

OBJETIVOS

Como objetivos que nortearão, a princípio, esta pesquisa, destacamos:

Objetivo Geral

Analisar as possíveis consequências decorrentes dos monocultivos arbóreos no Espaço Geográfico (o todo) compreendido em São Francisco de Paula, RS (parte), seus reflexos na Paisagem local, e como/se esses movimentos podem interferir no Turismo praticado em São Francisco de Paula, RS.

Objetivos Específicos

- Analisar se os impactos que o monocultivo de Pinus têm causado na (trans)formação do Espaço Geográfico de São Francisco de Paula trazem consequências ou não para o Turismo local;
- Estudar como o Turismo tem ocorrido no município, para entender, provisoriamente, a organização do Espaço Geográfico em São Francisco de Paula;
- Investigar como os Sujeitos que visitam o município, os Sujeitos proprietários de empreendimentos turísticos e os Sujeitos residentes percebem as mudanças na Paisagem ocasionadas pelos monocultivos arbóreos.

1. CAMINHOS/CAMINHADA METODOLÓGICA

Em uma pesquisa, é possível observarmos o reflexo de inúmeras vivências, aprendizados, construções e desconstruções epistemológicas pelos quais os Sujeitos pesquisadores passaram no trajeto de suas vidas. Isso é possível perceber ao assumirem as epistemes inscritas nas (re)leituras sobre os fatos abordados durante a pesquisa. Contudo, acreditamos que, neste momento, alguns esclarecimentos se fazem necessários para auxiliar o Sujeito leitor na busca pela compreensão temporária dos elementos que nortearam a realização desta dissertação, mas sem desfazer o seu olhar de incompletude.

1.1. TIPO DE PESQUISA

Por compreender um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, objetivando traduzir e expressar o sentido dos fenômenos no Espaço Geográfico em certo tempo (MAANEN, 1979, p. 520), pode-se dizer que esta é uma Pesquisa Qualitativa, de caráter exploratório, do tipo estudo de caso. Contudo, relembramos que os fenômenos aqui vistos se tecem conjuntamente com o todo. Dessa forma, buscamos ligar este estudo de caso com o desafio do complexo de, ao mesmo tempo, unir, contextualizar e globalizar, sem ter a pretensão de esgotarmos a análise.

A observação empírica foi o ponto de partida do caminho metodológico que pretendemos trilhar.

Acreditamos, assim, que a Pesquisa Qualitativa pode ser o melhor meio para “compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo, pois são essas que motivam o comportamento que cria o próprio mundo social” (BAUER & GASKELL, 2003, p. 32). Pensamos, portanto, que essa subjetividade pode ser importante na busca pela

compreensão não só do mundo social, mas da totalidade que é o Espaço Geográfico, e que podem emergir quando não tratamos somente com dados frios, ou com motivos, necessidades, interpretações do pesquisado, mas também com as inquietações dos pesquisadores, considerando os contextos das diferentes vivências e leituras de mundo de pesquisados e/ou pesquisadores.

Pensamos que “o mundo, como o conhecemos e experienciamos, isto é, o mundo representado e não o mundo em si mesmo, é constituído através dos processos de comunicação” (*idem*, p. 20). Dessa maneira, é relevante, a fim de compreender uma determinada expressão da realidade que os Sujeitos envolvidos na pesquisa concebem, utilizarmos a maior quantidade de instrumentos metodológicos que apreendam as mais diversas formas de comunicação formal e informal, de forma a abstrair dos Sujeitos envolvidos suas impressões e expressões da realidade (ROVER, 2003, p. 7) num certo tempo.

1.2. MÉTODO DE ANÁLISE

Esta pesquisa pretende transitar com os princípios do Paradigma da Complexidade, a partir das contribuições de Edgar Morin (2003).

Pensamos que o método complexo responde à necessidade de buscarmos respostas que fujam das abordagens reducionistas e simplificadoras, as quais acabam cegando a ciência das múltiplas (inter)relações que se “tecem” no espaço e que são inerentes a esse. O *fazer ciência* – em nossa leitura – não deve fazer com que o Sujeito pesquisador esqueça a necessidade de trazer a sociedade para junto da pesquisa, no sentido de valorizar também os saberes e práticas que partem dessa, e não somente o conhecimento produzido na academia. Neste encaminhamento, acreditamos que a complexidade pode ser vista como método que permite ao pesquisador “sair do gabinete” e que, além de ser um Sujeito que busca verdades provisórias, seja também um agente que “tece” conhecimentos junto às mais diversas interpretações da realidade na tentativa de compreendê-la provisoriamente.

A partir disso, entre os princípios da complexidade, destacamos a Dialógica, o Princípio Hologramático e o Princípio da Auto-Eco-Organização. Os demais princípios se mostram presentes do decorrer do trajeto sem serem priorizados neste trabalho.

Na Dialógica, tese e antítese não se excluem, não formando um sistema fechado no qual a síntese seria a superação dessas. Assim, os monocultivos arbóreos e o Turismo parecem não ser necessariamente antagônicos, mas, em alguns casos, podem ser complementares. Além do Sujeito turista que concebe a plantação intensiva de Pinus como um elemento negativo, possivelmente encontraremos turistas que entendem o Pinus como um elemento que vem a compor positivamente a Paisagem, conferindo a essa um “ar europeu” talvez, valorizado por muitos. Da mesma maneira, possivelmente os impactos na estrutura da Paisagem e, por consequência, no Turismo, irão depender da forma e dos locais como estão dispostos os monocultivos dessa espécie arbórea.

O princípio Hologramático se baseia na técnica de produção de uma imagem física projetada no espaço, em três dimensões, o que provoca a sensação de espessura. O que explica esse princípio é o fato de que cada ponto do holograma acaba por reproduzir praticamente todo o objeto, porém em dimensão menor. Dessa forma, o princípio hologramático aponta que o todo está inscrito na parte, da mesma forma que essa está inscrita no todo. Assim, a complexidade da organização da totalidade (em constante processo de totalização) precisa da complexidade organizacional de seus elementos singulares, que por sua vez precisam, recorrentemente, da complexidade organizacional do todo (JACOB, 1985; KOESTLER, 1978). Dessa forma, cada ponto contém quase a totalidade do objeto. Ao buscarmos entender (mesmo que provisoriamente) São Francisco de Paula, temos que ter em mente que lá estão presentes reflexos de sistemas de objetos e ações não só locais, mas que extrapolam os limites municipais e que podem alcançar o nível regional, o nacional e até mesmo o global. Os monocultivos arbóreos podem ser um exemplo esclarecedor, pois são o reflexo de uma atividade que se desenvolve no município, mas que, além de abastecer um mercado local, supera as divisas municipais – a celulose e os móveis produzidos a partir dessa atividade chegam a ultrapassar a fronteira nacional. O Turismo também pode ser encarado dessa maneira, uma vez que reflete a sua apropriação pelo sistema capitalista, o qual motiva o deslocamento de um número crescente de Sujeitos para locais/lugares diferentes dos seus de residência habitual, por motivos dos quais muitos também obedecem a uma lógica externa, que se faz presente nos mais variados cantos do mundo.

A auto-eco-organização nos traz a noção de autonomia e dependência, ou seja, o município de São Francisco de Paula é autônomo enquanto gestor do seu Território, mas também é dependente de outras esferas, como as estaduais, as nacionais e, inclusive, de movimentos muitas vezes impostos pelo global – seja na descentralização das culturas

(HALL, 2002), seja no mercado global, entre outros. Os proprietários de terras no município também possuem sua autonomia quanto ao tipo de exploração que desenvolvem em suas terras – porém, esses são dependentes/influenciados por elementos externos, como legislação, balança comercial, preços de possíveis insumos agrícolas, etc.

Para alcançarmos respostas satisfatórias – mesmo que provisórias – acreditamos na possibilidade de dialogar com diferentes correntes filosóficas sem que essas sejam “camisas de força”, mas para que venham contribuir com as necessidades das inquietudes da pesquisa na busca por compreendermos as epistemes inscritas nas vivências dos diferentes Sujeitos, no planejamento e na gestão de São Francisco de Paula. Não buscamos chegar a verdades absolutas e soluções aplicáveis a todas as situações, assim como acreditamos que irão surgir novas inquietações durante o percurso, uma vez que a complexidade não gera modelos, mas sim possibilidades.

1.3. PROCEDIMENTOS

Pensamos que as atividades de campo são importantes, pois possibilitam que entremos em contato direto com a área de estudo – lembrando que o pesquisador não é alheio ao objeto de pesquisa. Durante as idas a campo, analisaremos, mesmo que provisoriamente, os impactos que o monocultivo de Pinus causa no Espaço Geográfico, como esses movimentos se refletem na Paisagem, e a percepção dessas mudanças por determinados Sujeitos que pensamos ser importantes. Além disso, cruzaremos as informações coletadas em campo com os demais procedimentos citados a seguir:

1.1.3 Fotografias

Durante as atividades de campo, realizamos registros fotográficos de paisagens que contêm formas, estruturas e funções que acreditamos ser importantes para a pesquisa. Registrar os *Campos de Cima da Serra*, seus atrativos turísticos e os impactos que acreditamos que os monocultivos arbóreos podem causar na Paisagem são etapas importantes deste trabalho. Ao selecionarmos as imagens a serem analisadas, definimos os objetos de estudo e indicamos a sua relevância para elucidar as questões de pesquisa. A fotografia, além

de ser um “certificado de presença” (BARTHES, 1984, p. 129), representa um recorte da sociedade ou de um fato, o qual iremos utilizar na busca pela ilustração de nossas leituras sobre as paisagens que nos parecem relevantes para elucidar algumas questões propostas. Destacamos que as imagens a serem analisadas constituem não a realidade objetiva, mas sim uma forma de olhar registrada pela ação de Sujeitos associada a processos técnicos. Da mesma forma, a análise textual que justifica a utilização de algumas fotografias ao longo do texto se caracteriza por ser de caráter subjetivo. Contudo, destacamos que a “concepção da fotografia como uma forma de construção da realidade, e assim sujeita a interpretações subjetivas [...] da mensagem visual, não subtrai, porém, a validade da análise da imagem como documento” (COUTINHO, 2006, p. 332). Concordamos que as representações pictóricas-iconográficas constituem parte importante no processo de apreensão de conhecimento e de expressão. A informação visual é o mais antigo registro da história humana (SQUIRRA, 1999) e é uma ferramenta de comunicação para mostrarmos ao leitor, de forma clara e objetiva, a relevância dos fatos que pretendemos abordar.

1.3.2 Entrevistas

A entrevista nos permite descobrir diferentes maneiras de descrever e perceber e fenômenos. Para a realização desta pesquisa, pensamos em utilizar majoritariamente entrevistas em profundidade, semiabertas, com questões semiestruturadas.

A entrevista em profundidade⁶ é uma

[...] técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística. (DUARTE, 2008, p. 62)

A entrevista em profundidade nos possibilita ir além da coleta de informações, estabelecendo um diálogo menos carregado de objetividades, que nos permite descobrir subjetividades, juízos de valor, identificar problemas, intenções, entre outros fatores importantes na busca da compreensão das informações do entrevistado. Isso além de permitir aprofundar determinados assuntos que no decorrer da entrevista descobrimos ser importantes

⁶ Grifo nosso.

para o informante e para a pesquisa. Dessa forma, a entrevista também pode ser

[...] uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para a descrição de processos nos quais está ou esteve envolvido. É uma pseudo conversa realizada a partir de um quadro conceitual previamente caracterizado. (DUARTE, 2008, p. 64)

Pensamos ser importante destacar que não deve ser obtida uma visão objetiva do tema de pesquisa, uma vez que as entrevistas se baseiam em relatos de interpretações e experiências.

Das entrevistas em profundidade, utilizaremos a entrevista *semiaberta*, pelo fato de essa se caracterizar pela flexibilidade que nos permitirá explorar o tema de nossa pesquisa, partindo de um roteiro com questões-guia, que tem origem no problema de pesquisa. Cada pergunta deve apresentar certa amplitude que dê ao entrevistado certa flexibilidade em suas respostas. Por isso, os instrumentos de pesquisa exigem poucas perguntas, uma vez que essas devem ser discutidas em profundidade, tratadas individualmente como perguntas abertas, para que sejam exploradas ao máximo. Dessa maneira, “cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual as perguntas gerais vão dando origem a específicas”, assim como as questões podem ser adaptadas no decorrer da entrevista (DUARTE, 2008, p. 66).

A entrevista semiaberta nos permite criar uma estrutura de comparação entre as respostas, o que deve nos auxiliar na sistematização das respostas dadas pelos diferentes informantes.

1.3.3 Seleção dos Sujeitos informantes

Por se tratar de um estudo qualitativo e termos optado por um maior número de entrevistas em profundidade, a amostra está mais ligada

[...] à significação de à capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema de pesquisa. [...] É possível, entrevistando pequeno número de pessoas, adequadamente selecionadas,

fazer um relato bastante consistente sobre um tema bem definido (DUARTE, 2008, p. 68)

A seleção dos entrevistados foi feita de forma intencional, ou seja, esses foram escolhidos a partir da percepção do Sujeito pesquisador a respeito do conhecimento do tema pesquisado, o qual acreditamos existir por parte dos Sujeitos entrevistados selecionados.

As entrevistas com os Sujeitos turistas serão por conveniência (ou acidental), uma vez que esses serão escolhidos pela “proximidade ou disponibilidade” (*ibidem*, p. 69).

Dessa maneira, as entrevistas devem ser realizadas com:

- Sujeitos turistas: São os chamados “informantes-padrão”, uma vez que “estão envolvidos com o tema de pesquisa, mas que podem ser substituídos por outros sem que se espere prejuízo na qualidade das informações obtidas” (*ibidem*, p. 70). Entrevistar os turistas se mostra importante para buscar conhecer qual a percepção do turista em relação à Paisagem que ele está encontrando no município, e saber a qual universo simbólico os Sujeitos se remetem ao pensar em São Francisco de Paula enquanto destino turístico. Realizaremos dez entrevistas em dois momentos:
 1. Quando os Sujeitos turistas chegam em São Francisco de Paula, na Casa do Turista: realizar entrevistas semiestruturadas, com vistas a questionar o que os motivou a conhecer o município, que tipo de Turismo pensam em praticar e que Paisagem esperam encontrar.
 2. Quando os mesmos Sujeitos turistas já tiverem realizado suas atividades no município, para sabermos se eles encontraram o que esperavam quando escolheram São Francisco de Paula como destino turístico. Para isso, devemos solicitar que os entrevistados respondam a uma entrevista fechada, na forma de questionário, ou que deixem algum meio de contato para que possamos realizar esta entrevista. Nesta etapa, acreditamos que o questionário com perguntas fechadas pode facilitar no que diz respeito à disponibilidade dos entrevistados, por ser de mais rápida aplicação. As entrevistas foram realizadas no segundo final de semana de novembro de 2008, por motivos de disponibilidade da pesquisadora.
- Para Sujeito público: Prefeito que assinou o Plano Diretor municipal. Devem ser realizadas entrevistas em profundidade, semiabertas, com questões semiestruturadas. A importância em entrevistá-lo está no fato de esse ser um informante-chave (*ibidem*), pois está envolvido com questões importantes para a

pesquisa, que é a formulação do Plano Diretor municipal. A entrevista foi realizada em outubro de 2008 por motivo de disponibilidade do Sujeito entrevistado.

- Para Sujeito público: Secretário de Turismo. Também devem ser realizadas entrevistas em profundidade, semiabertas, com questões semiestruturadas. Esse também se caracteriza por ser um informante-chave, uma vez que está diretamente envolvido quem a questão de pesquisa. A entrevista foi realizada em novembro de 2007 por motivo de disponibilidade do Sujeito entrevistado.
- Sujeitos proprietários de estabelecimentos nos quais se pratique o Turismo. Devem ser realizadas entrevistas em profundidade, semiabertas, com questões semiestruturadas em:
 1. Dois estabelecimentos em que o valor da hospedagem seja de até 17 % do valor do salário mínimo nacional no ano de 2008 (quatrocentos e quinze reais), para o quarto simples;
 2. Dois estabelecimentos em que o valor da hospedagem seja de até 60% do salário mínimo nacional no ano de 2008 para o quarto simples;
 3. Dois estabelecimentos com diárias acima 61% do salário mínimo nacional no ano de 2008 para quarto simples.

Acreditamos que, por se tratarem de estabelecimentos destinados a receber turistas de poder aquisitivo diferentes, esses proprietários poderão contribuir com diferentes impressões sobre as percepções dos turistas que recebem.

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2007 e dezembro de 2008, por motivo de disponibilidade dos Sujeitos entrevistados e da pesquisadora.

- Sujeito técnico agrícola do município. Deve ser realizada entrevista em profundidade, semiaberta, com questão semiestruturada. Acreditamos ser enriquecedor para a pesquisa entrevistar informantes que atuem na área da agricultura, para entendermos a posição e impressões a respeito dos monocultivos arbóreos.
- Dois Sujeitos proprietários que possuam áreas com mais de cem hectares destinados aos monocultivos arbóreos. Devem ser realizadas entrevistas em profundidade, semiabertas, com questões semiestruturadas. Buscamos entrevistá-los para conhecer os motivos que os levaram a praticar o monocultivo arbóreo em suas propriedades. A entrevista foi realizada em

novembro de 2008 por motivo de disponibilidade dos Sujeitos entrevistados.

1.3.4 Fontes Secundárias

- O processamento de imagens do satélite Landsat 5, sensor TM, de outubro de 2008 foi feito com o auxílio dos Softwares ENVI 4.3 e ArcGis 9.2, os quais foram fornecidos pelo Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia (CEPSRM), com fins de gerar mapas das áreas com monocultivos arbóreos no município. O mapa resultante foi elaborado com o auxílio de Guilherme Garcia de Oliveira – Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto – UFRGS. O produto final nos auxiliará a entender a espacialização das áreas destinadas aos monocultivos arbóreos no município.
- Agenda de eventos do município, para compreendermos quais eventos possuem ligação com questões culturais exaltadas pelos gestores responsáveis pelo Turismo em São Francisco de Paula e que têm ligação com a paisagem típica local.
- O Plano-Diretor de São Francisco de Paula também é uma fonte importante de pesquisa, uma vez que a partir dele podemos saber quais as diretrizes que a administração municipal destaca como prioritárias na gestão daquele espaço.
- Folheteria turística do município, a fim de entendermos quais elementos são exaltados pelos responsáveis pelo Turismo em São Francisco de Paula como atrativos turísticos.
- Sítios relacionados ao Turismo em São Francisco de Paula – na busca de sabermos o que é destacado como atrativo turístico no município;
- Consulta às obras em fontes secundárias que tratem de questões do município – como a história, características geográficas, entre outros.

2. REVISÃO CONCEITUAL TEÓRICA

Procurando ter maior segurança ao discutirmos a problemática desta pesquisa, precisamos deixar claro, mesmo provisoriamente, como entendemos alguns conceitos utilizados e também cada categoria de análise empregada. Entendemos, neste momento, que é indispensável que os instrumentos de análise estejam dotados de condição de coerência para que possam ser instrumentos de auxílio investigativo.

Neste momento textual, acreditamos ser relevante destacar o motivo pelo qual evitamos utilizar o termo comumente escutado nos meios de comunicação quando tratam de “silvicultura”: maciço florestal. Ao nos reportarmos ao conceito legal de floresta (PEREIRA, 1950, p. 179), reproduzimos trechos da exposição de motivos do anteprojeto do Código Florestal, de 1934. Esse não é o código florestal brasileiro mais recente. O vigente atualmente corresponde à lei 4.771/65. Contudo, no Código Florestal que data de 1934, ficam as disposições sobre o entendimento do conceito de floresta. No significado vulgar, floresta é entendida como toda a vegetação alta e densa que cobre uma área de grande extensão. Porém, não é somente essa forma de vegetação que necessita de proteção, apesar do nome dado ao Código. O Anteprojeto do código resolveu essa dificuldade, estatuinto em parágrafo único do Art. 2º que, para os efeitos do Código, são equiparadas às florestas todas as formas de vegetação, que sejam de utilidade às terras que revestem o que abrange até mesmo as plantas forrageiras nativas que cobrem os nossos vastos campos naturais, próprios para a criação de gado.

Silvicultura é uma palavra derivada do Latim (*silvester*) que remete à Floresta. Entendemos neste momento que, para ser floresta, é preciso que exista biodiversidade. Cabe salientar que não estamos falando somente de espécies vegetais, mas de espécies animais também. Isso posto, pensamos que a utilização dos termos “silvicultura” e “maciço florestal” seriam equivocados, uma vez que não é possível identificar uma biodiversidade significativa no interior dessas áreas. Dessa forma, quando utilizarmos a palavra “silvicultura” será para

nos remetermos a estudos em que essa palavra é utilizada, ou para respeitarmos as falas dos sujeitos entrevistados que utilizaram este termo.

Nesta pesquisa também utilizaremos alguns conceitos importantes para pesquisas em Geografia, tais como *Espaço Geográfico* (SANTOS, 1997); *Paisagem* (SENE, 2003), (SANTOS, 1996). (CASTROGIOVANNI, 2003); *Lugar* (TUAN, 1990) e *Globalização* (CANCLINI, 2005), assim como buscaremos estabelecer um diálogo entre conceitos de outras áreas do conhecimento e que para esta pesquisa são importantes – tais como os conceitos de *Cultura* (BERQUE, 1998), *Turismo* (BENI, 1998), *Atrativo Turístico* (BENI, 1998), *Sujeito* (MORIN, 1996), *Identidade* (CASTELLS, 2001), entre outras subcategorias de análise que possamos recorrer para darmos conta do nosso objeto de estudo, caso seja necessário, pois sabemos que a caminhada reflexiva tem início, mas parece não ter mais fim.

2.1. ESPAÇO GEOGRÁFICO

Para a realização deste trabalho, pensamos ser necessário, inicialmente, uma revisão da compreensão do objeto de estudo da Geografia: o Espaço Geográfico.

A noção de espaço é definida por Santos (1997, p. 49) como “algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O Espaço seria o conjunto indissociável de um sistema de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não”. Quanto aos sistemas de objetos e de ações, não devemos tentar explicá-los separadamente, uma vez que eles não possuem realidades filosóficas se os vemos separadamente. Então, o Espaço pode e deve ser incorporado às análises sociais, uma vez que as ações são condutas plurais de atitudes, pensamentos, sentimentos, podendo ser racional, afetiva ou tradicional.

Resgatamos a fala do autor que, com a consolidação da Geografia Crítica no final da década de 1970, questiona as análises das relações espaço-sociedade realizadas até então:

Como podemos esquecer por tanto tempo essa inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único (SANTOS, 1977, p. 93).

Sene (2003, p. 126) colabora pontuando que “não é possível compreender o Espaço Geográfico sem a sociedade, mas também não é possível apreender a sociedade sem o Espaço Geográfico”. Essa citação faz emergir o princípio Hologramático, em que o espaço Geográfico representa o Todo, e a sociedade, uma das partes que o compõe. O autor ainda afirma que “a relação sociedade-espaço é dialética porque os condicionamentos são recíprocos. Por isso é que não é possível uma relação sociedade-natureza ou sociedade-Paisagem”. Desse modo, pensamos ser importante destacar que acreditamos na relação Dialógica entre sociedade-espaço, pois os condicionamentos não nos parecem ser somente recíprocos, mas multidimensionais. Assim, se fecharmos a análise em uma tríade tese, antítese e síntese, acabaríamos simplificando em uma síntese as relações que são infinitas e multicausais. Isso posto, concordamos que o Espaço Geográfico resulta das interrelações entre a sociedade e o espaço, uma vez que entendemos que as relações da sociedade ocorrem no espaço, podendo ser refletidas na Paisagem e resultando na transformação da natureza em meio técnico e, atualmente, em meio técnico-científico-informacional – que seria o

[...] meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vêm o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção. (SANTOS, 1996, p. 234)

As grandes áreas de monocultivo arbóreo encontradas em São Francisco de Paula podem ser um exemplo dessa natureza transformada em meio técnico-científico-informacional, uma vez que resultam não na configuração resultante de uma natureza primária, mas sim da intencionalidade humana resultante da convergência de estudos e das técnicas utilizadas para um aumento da produção arbórea para fins industriais. Pensamos que os próprios Campos de Cima da Serra podem servir como exemplo, pois por anos foram e são utilizados e manejados para atender à atividade econômica da pecuária. A intencionalidade humana, em função dos diferentes usos e ocupação que destinamos às diversas porções do Espaço Geográfico, resultando na transformação da natureza em meio técnico-científico-informacional.

Santos (2003) atribui a importância que o Espaço Geográfico vem ganhando na análise das Formações Sociais às mudanças sociotécnicas que estão ocorrendo nas relações sociedade-espço e aos avanços teórico-metodológicos já citados.⁷

Convém lembrarmos que, em 1978, Santos já mostrava que é inútil procurarmos uma realidade “Espaço Geográfico” que seja oposta a uma realidade “Espaço Econômico” – dentro de uma perspectiva do Materialismo Histórico – fora dos raros recônditos do planeta que não são ainda o quadro de uma atividade econômica. Quase vinte anos depois, em 1997, o autor afirma que podemos considerar três dados constitutivos da época para examinar as transformações atuais do Espaço Geográfico:

- a) *a unidade técnica** – pois no passado era possível identificar “tantos sistemas técnicos quanto eram os lugares. A história humana é igualmente a da diminuição do número de sistemas técnicos, movimento de unificação acelerado pelo capitalismo. [...] Hoje, observa-se por toda parte [...], a predominância de um único sistema técnico, base material da mundialização” (SANTOS, 1997, p. 49). Podemos traçar um paralelo entre a unidade técnica e o que podemos observar em São Francisco de Paula, onde as extensas áreas de monocultivo arbóreo, as técnicas de correção do solo, os insumos agrícolas, e até mesmo o Turismo obedecem a técnicas hegemônicas que se instalam nos mais diversos locais e passam a ser responsáveis por uma nova (des)ordem espacial. Porém, é importante destacar que, como o espaço não é homogêneo, outros sistemas técnicos, outras lógicas também podem atuar simultaneamente;
- b) *a convergência dos momentos* – a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária na escala do mundo”;
- c) *a unicidade do motor* – que seria, então, o sistema bancário, que unificou a mais-valia, tornada mundial pelo viés da produção.

Então, neste momento, discutimos o Espaço Geográfico sem esquecermos que ele faz parte de um sistema mundial e, assim sendo, traz consigo lógicas que não fazem sentido somente para o local, mas as quais têm impressas em si marcas que dizem respeito a um todo planetário, que se faz presente das mais diversas maneiras. É o que podemos observar no Espaço Geográfico de São Francisco de Paula, onde atividades como o Turismo, os monocultivos arbóreos, o cultivo de batatas, a pecuária, entre outros, são desenvolvidos

⁷ Essas mudanças ocorrem em diferentes intensidades de acordo com o local.
* Grifo nosso.

localmente, mas que refletem e são reflexos de um todo complexo no qual o município está envolvido.

A artificialidade de porções do Espaço Geográfico atualmente é um tema que chama a atenção. Cada vez mais nos deparamos com lógicas que são estranhas e que não permitem que o lugar e os habitantes se reconheçam nelas. Podemos perceber isso principalmente ao observarmos que os novos objetos que formam os sistemas hegemônicos surgem para atender às necessidades das ações hegemônicas. Então, notamos que a observação de Santos (1997, p. 91) – “Esses sistemas técnicos contemporâneos são capazes de uma força de invasão de qualquer outro sistema já instalado” – se faz mais do que adequada para entendermos, mesmo que provisoriamente, o espaço em que vivemos.

Os Sujeitos envolvidos nessa nova (re)formul(ação) dos espaços parecem causar uma nova *ordem desordeira*, ou seja, “enquanto eles produzem uma ordem em causa própria, criam, paralelamente, desordem para tudo o mais” (SANTOS, 2003b, p. 86). Podemos traçar um paralelo entre a fala do autor e a questão da plantação intensiva de Pinus não só em São Francisco de Paula, mas no Rio Grande do Sul e em outros diversos locais do Brasil. Ao se instalarem nas mais diversas localidades, é possível perceber uma nova (des)ordem simultânea, que pode trazer mudanças não só na economia desses locais, mas na estrutura do espaço, nas relações de territorialidade, na cultura, entre outros – se fazendo presente o princípio da Auto-Eco-Organização – uma vez que a autonomia do local está relacionada com movimentos globais. O mesmo acontece com relação ao Turismo. Dependendo da maneira como/se ele é planejado, ele também pode trazer consigo novas (des)ordens, anunciadas ou não.

Para discutirmos Espaço Geográfico, além da artificialidade que esse assume em função dessas novas lógicas que se impõem com as verticalidades do sistema hegemônico, não podemos esquecer que, além de ele ser um “reductor” da técnica – impedindo que ela seja absoluta (SANTOS, 1996) – ele também carrega sua memória, sua história. É nesse momento que a discussão sobre rugosidades se faz necessária. Essas são formas espaciais herdadas de diversas temporalidades e que, no presente, assumem novas funções (SANTOS, 1996). Como exemplo, citamos uma antiga casa de capataz no hotel fazenda *Capão do Ipê*, a qual atualmente é utilizada como hospedagem para o público turista que busca contato com a cultura local e com os símbolos significativos dessa cultura. Desse modo, com a organização pretérita do espaço se fazendo presente, a herança geo-histórica acaba influenciando as condições locacionais e o conjunto dos sistemas de técnicas e ações.

Assim, para a compreensão do Espaço Geográfico, é necessário ter em mente toda a complexidade contraditória e complementar que o compõe. Acreditamos ser preciso analisá-lo dentro de uma lógica global que interfere – em diferentes intensidades – nos mais variados espaços do planeta. Uma abordagem integradora que considere a relevância da geohistória, dos sistemas de objetos e ações, do contexto ao qual o Espaço em questão está inserido, as verticalidades e horizontalidades, entre outros importantes elementos de análise, é o que pensamos ser o ideal para a compreensão do Espaço Geográfico.

É importante destacarmos que as (trans)formações que ocorrem no Espaço Geográfico – sejam elas de ordem hegemônica ou não – acabam refletindo naquilo que também é um importante conceito para ser analisado e discutido: a Paisagem. Estabelecendo um diálogo entre os conceitos de Espaço Geográfico e de Paisagem, neste momento textual, concordamos que “Paisagem seria a aparência do Espaço Geográfico”, e que o Espaço Geográfico seria, então, “a Paisagem animada pela sociedade, a materialização da relação sociedade-natureza” (SENE, 2003, p. 120). A análise da Paisagem é a primeira decomposição, o primeiro passo a ser dado para a compreensão do Espaço Geográfico. Isso porque ela está impregnada de história, o que nos permite tentar entender como ela chegou à sua configuração atual, e quais motivos fizeram com que ela se apresentasse para os observadores de determinada maneira. Não podemos esquecer que a Paisagem é tão múltipla quanto os observadores, quando entendida como uma porção do espaço que pode ser apreendida com um olhar (SANTOS, 1996).

2.1.1. Paisagem

A análise da Paisagem é um instrumento importante nesta pesquisa. Para que este instrumento nos auxilie nesta caminhada, precisamos entender como utilizá-lo de forma que fique claro que ela exprime também uma história, o que vai nos ajudar a entendermos sua (trans)formação ao longo dos anos em São Francisco de Paula.

Ao tentarmos esclarecer como entendemos o conceito de *Paisagem*, pensamos ser necessário, inicialmente, colocar que, “[...] tomada isoladamente, a Paisagem é um vetor passivo. Somada ao valor social que lhe é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social.” (LUCHIARI, 2001, p. 13). Com isso, concordamos que “a razão

simbólica, constitutiva do processo de construção da Paisagem, desnatura seu significado e revela sua dimensão cultural” (*idem*, p. 9). Como exemplo, citamos a pecuária extensiva, presente na Paisagem de São Francisco de Paula, que é uma atividade tradicional do município. Pensamos ser ela um elemento histórico importante para a conservação (em parte) das características naturais da região (campos), além de parecer possuir íntimas ligações com a cultura local, como podemos observar nas fotos 3 e 4.



Foto 3 – Paisagem típica em propriedade que se dedica à pecuária extensiva em São Francisco de Paula.

Fonte: Foto da autora em 05/2007.



Foto 4 – Paisagem dos Campos de Cima da Serra.

Foto: Marli Tereza Michelsen de Andrade em 05/2007.

Esses fatores parecem ser fundamentais para entendermos a Paisagem predominante ao longo dos anos na chamada região dos Campos de Cima da Serra – Paisagem aqui entendida

[...] não apenas como uma unidade visível do arranjo espacial que nossa visão alcança, mas que tem memória, que compreende e só é compreendida através do processo histórico, como a Paisagem tem um caráter social, pois é formada por movimentos impostos pelos grupos sociais através de seu trabalho, trocas informacionais, culturas e emoções (CASTROGIOVANNI, 2003, p. 46).

Graças aos fatores históricos de formação do município, desenvolveu-se uma população com identidade cultural que deixou e deixa as suas marcas no espaço. Dessa forma, pensamos ser necessário lançarmos um olhar reflexivo sobre a Paisagem da área estudada nesta pesquisa. As formas-objetos, enquanto *significantes*, são assumidas pelos seus *significados* pela totalidade (SANTOS, 1986, p. 24) – o que nos leva a destacar que os símbolos contidos nos objetos de uma Paisagem podem nos dizer muito sobre as dinâmicas socioespaciais. Em função de lógicas externas – que aqui são representadas principalmente por monocultivos arbóreos e pelo Turismo – o Espaço Geográfico do município vem se transformando, e essas transformações estão se refletindo na Paisagem – como mostram as fotos que seguem – assim como parecem estar sendo afetadas também as atividades diárias de muitos proprietários que se dedicam para essas práticas econômicas (Turismo e monocultivo de Pinus).



Foto 5 - Diferença na Paisagem causada pelos diferentes usos do solo, em São Francisco de Paula.

Fonte: Foto de Luiz Fernando Mazzini Fontoura em 05/2007



Foto 6 - Diferença na Paisagem causada pelos diferentes usos do solo, em São Francisco de Paula.

Fonte: Foto de Aldomar Arnaldo Ruchert em 05/2007.

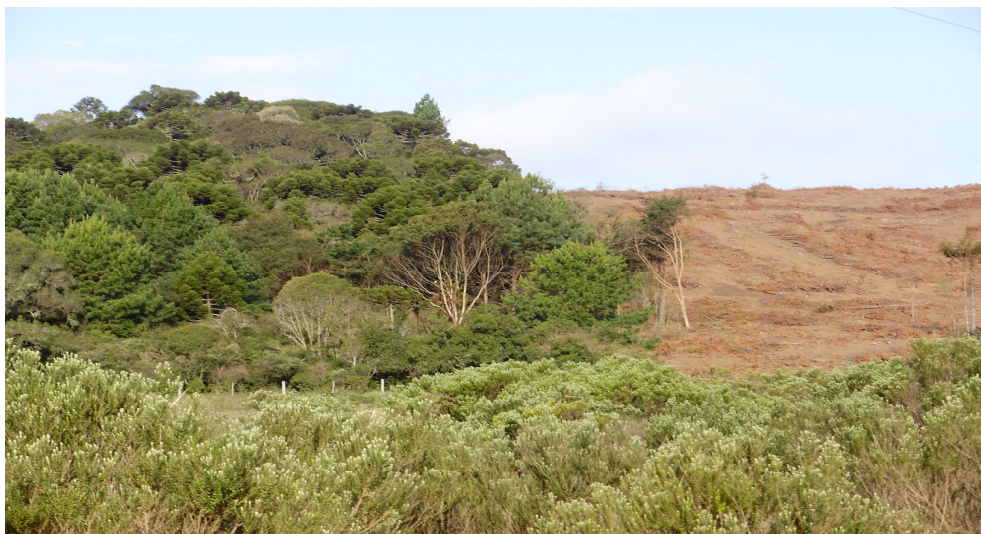


Foto 7 - Diferença na Paisagem causada pelos diferentes usos do solo.

Fonte: Foto da autora em 08/2008.

Nas fotografias seis e sete, podemos perceber certa homogeneização refletida na Paisagem em função dessas lógicas hegemônicas, nas quais, para obter maior lucro, uma espécie arbórea toma lugar de uma diversidade biológica, padronizando uma parcela do espaço e facilitando o processo produtivo. Na foto 7, podemos observar o contraste que fica na paisagem quando a área de monocultivo arbóreo é cortada.

Com relação aos locais de interesse para o Turismo, destacamos, além dos impactos dos monocultivos junto às estradas que ligam aos atrativos turísticos do município

(fotos 1 e 2), os impactos nos próprios pontos turísticos, como é possível observarmos nas fotos 7 e 8. Ambas as fotos são do Parque da Cachoeira. Na primeira, é possível observar uma extensa área com monocultivo arbóreo junto a um rio e uma cachoeira que são os principais atrativos turísticos do local. A foto seguinte é de um mapa turístico do parque, em que aparecem espacializadas as áreas de monocultivo arbóreo, o que nos faz perceber que essa é uma atividade econômica que não está passando despercebida no que diz respeito aos impactos que causam à paisagem. Em outro momento textual, veremos como essas transformações parecem estar sendo percebidas pelos turistas que têm São Francisco de Paula como destino turístico.



Foto 8 – Monocultivo de Pinus no parque da Cachoeira.

Fonte: Foto da autora em 11/2008



Foto 9 – Mapa do Parque da Cachoeira sinalizando as áreas com monocultivo arbóreo. Fonte: Foto de Evelin Biondo em 11/2008.

Pensamos ser importante destacar que a Paisagem existe, “em primeiro lugar, na sua relação com um Sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz, e a transforma em função de uma certa lógica” (BERQUE, 1998, p. 84). Mesmo acreditando que a relação da sociedade se dá com o espaço, e não com a Paisagem, já que essa seria a “materialidade congelada” (SANTOS, 2006), pensamos que a contribuição de Berque (1998) pode ser enriquecedora para esta pesquisa. Neste trabalho, as novas formas de uso do solo, que vem se alterando ano após ano em função da desvalorização da pecuária extensiva, expressam essas novas relações do espaço com a sociedade.

2.1.2 Território

Outro movimento importante a ser analisado é o conflito de interesses que pode estar se formando no município em questão, uma vez que o monocultivo arbóreo é uma

atividade que vem causando muita polêmica. Isso nos leva a uma discussão sobre Territórios, já que esses trazem reflexos de relações de poder.

Neste trabalho, abordamos o conceito de Território a partir da compreensão de Meo (1998). Para o autor, o Território possui dois elementos essenciais: o espaço social, que seriam as formas herdadas pela atuação dos grupos sociais que o compõem, e o espaço vivido, que seria o componente mais subjetivo.

Dessa maneira, Território seria – segundo uma definição provisória do termo, como o próprio autor explicita – testemunha de uma apropriação às vezes econômica, ideológica e política (portanto, social) do espaço por grupos, que atribuem a ele representações específicas deles mesmos, a sua história, sua singularidade. Afirma que esse ocorre no tempo presente, sendo utilizado nas práticas cotidianas, e é referência da identidade. A memória carrega no espaço seu campo simbólico. Ou seja, ao ser encarado como construído no tempo presente, mas com a influência de diversas temporalidades – assim como o processo de identidade territorial, – a complexidade do Território tem raízes no passado, mas emerge dos desafios da atualidade.

O autor atribui quatro qualidades suplementares ao Território:

1. O sentimento de pertença à identidade coletiva. O Território descrito a partir dos dados (espaciais) da Geografia, inserido dentro de cada grupo, ou mesmo vários grupos sociais de referência. Podemos notar esse sentimento de pertença, por exemplo, em músicas que falam da região serrana e, especificamente, de São Francisco de Paula⁸.

2. A dimensão política. O Território traduz um modo de controle do espaço, garantindo a especificidade e a permanência, a reprodução dos Sujeitos que o ocupam. Como exemplo, citamos uma das formas de controle do espaço presente no Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Integrado – PDDAI – do Município de São Francisco de Paula. O documento define diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento territorial – e que acaba definindo também especificidade e a permanência, à reprodução dos Sujeitos que o ocupam.

3. O seu notável campo simbólico, no arranjo que as sociedades sucessivamente investem nele. Alguns de seus elementos, instaurados em valores patrimoniais, contribuem para fundar ou endurecer o sentimento de identidade coletiva dos Sujeitos que o ocupam. A territorialidade simbólica possui importância social, principalmente

⁸ Ver música “São Francisco é Terra Boa”, do grupo *Os Bertussi*, em anexo.

no caso de se admitir que um grupo social não pode nascer, sobreviver, e ficar consciente de si mesmo sem se apoiar sobre as formas visíveis do espaço. Dessa maneira, o Território identidade torna-se um potente instrumento de mobilização social. Com São Francisco de Paula passando por modificações que nos parece tão visíveis, qual será a territorialidade simbólica que deve começar a se (re)compor? Essa é uma inquietação que abordamos, mas não é respondida nesta pesquisa.

4. A importância do tempo longo, da história em matéria de construção simbólica dos Territórios. Em Meo (1998), vemos a necessidade que o espaço tem da espessura do tempo, das repetições silenciosas. O tempo longo realmente nos parece ser de fundamental importância para entendermos o Território São Francisco de Paula. Porém, não podemos esquecer que vivemos em tempos acelerados, nos quais mudanças ocorrem em ritmos cada vez mais acelerados. Acreditamos que a plantação intensiva de Pinus e o Turismo são reflexos dessas rápidas mudanças que se instalam e passam a também (trans)formar os espaços. Vem, então, a inquietação: tempo longo ou “tempo curto”? Em quais aspectos cada um desses tempos terão mais importância na (re)composição atual do Território e das identidades territoriais no município?

Acreditamos ser também necessária a discussão sobre os tempos lentos e os tempos rápidos (SANTOS, 2002, p. 21). Segundo o autor, “tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas, e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados.” Em São Francisco de Paula, o tempo rápido seria o tempo introduzido pelas novas lógicas que se instalam, dos monocultivos arbóreos e do Turismo. Essas coexistem em um sistema dialógico com o tempo lento, o qual pensamos ser representado de forma subjetiva por parte dos Sujeitos residentes, pelos estabelecimentos rurais que, mesmo sendo locais, muitas vezes se praticam atividades de tempo rápido. O tempo rápido pode ser representado, por exemplo, pelo Sujeito turista que chega em um hotel-fazenda, no interior do município de São Francisco de Paula, e se conecta à Internet, podendo resolver problemas em uma escala de tempo real com qualquer Sujeito ou instituição em qualquer parte do planeta. Ou até mesmo ser representada pelo Sujeito produtor que investe na plantação intensiva de Pinus, que muitas vezes nem sequer mora no município, mas arrenda terras ou as possui, e interfere diretamente na complexidade que envolve a Paisagem local (e, por consequência, na cultura, no tempo lento), podendo definir o período de corte, dependendo da cotação da madeira no mercado

que obedece a lógicas globais.

Os Territórios estariam ou não Sujeitos também a essas formas de analisar o tempo? Essas temporalidades

[...] concomitantes e convergentes [...] têm como base o fato de que os objetos também têm uma temporalidade, os objetos também impõem um tempo aos homens. A partir do momento em que eu crio objetos, os deposito num lugar e eles passam a se conformar a esse lugar, a dar, digamos assim, a cara do lugar, esses objetos impõem à sociedade ritmos, formas temporais do seu uso, das quais os homens não podem se furtar e que terminam, de alguma maneira, por dominá-los. Não naquele sentido a que Maffesoli se reportou, quando disse que os objetos deixaram de ser obedientes e passaram a nos comandar. Os objetos nos comandam de alguma maneira, mas esse comando dos objetos sobre o tempo consagra, no meu modo de ver, essa união entre o espaço e o tempo, tal como nós geógrafos o vemos. (SANTOS, 2002, p. 21)

De que forma esses novos objetos que são introduzidos em São Francisco de Paula (plantações de Pinus, maquinários, hotéis, pousadas...) irão (se irão) “dominar” os Sujeitos envolvidos? Que novas relações com o Território devem surgir (ou não)? São muitas as inquietações que surgem a partir das diversas possibilidades de análise desse problema de pesquisa. Acreditamos ser importante destacar tais inquietações; porém, essas são questões que não ambicionamos responder neste momento, ficando abertas as possibilidades de uma pesquisa futura, uma vez que os caminhos não se esgotam.

Na acepção a mais ampla e a mais global, o Território multidimensional participa de três ordens distintas: a) da ordem da materialidade, da realidade concreta dessa Terra, a realidade geográfica do mundo e como essa registra a ação dos Sujeitos e transforma-se pelos seus efeitos; b) da *psyché* do individual, na qual a territorialidade identifica-se. O emocional e pré-social do Homem à Terra, como um relatório *a priori*; c) da ordem das representações coletivas, sociais e culturais, que conferem-lhe seu sentido e se regeneram quando entram em contato com o universo simbólico cuja base fornece referencial (MEO, 1998).

O Território possui diferentes escalas no Espaço Geográfico, e pode também ser entendido como área ou espaço de exercício da soberania do Estado (HAESBAERT, 1995, 1997; HAESBAERT e LIMONAD, 1999), podendo ser também em Território Político (relação espaço-poder em geral) ou Jurídico-política (relações espaço-poder institucionalizadas) – quando visto como um espaço delimitado e controlado – através do qual se exerce um determinado poder; Território Cultural ou simbólico-cultural – quando visto

como um produto da apropriação/valorização de um grupo em relação ao seu espaço vivido e/ou Território Econômico – enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o Território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. Essas diferentes escalas de análise são percebidas ao longo da pesquisa, quando observarmos os diferentes poderes e formas e escalas de atuação dos diferentes Sujeitos envolvidos nesta pesquisa. Para isso, é importante entendermos que Território e territorialidade dizem respeito à espacialidade humana (HAESBAERT, 2004).

Com relação à territorialidade, essa

[...] é um uso historicamente mutável do espaço, uma vez que é socialmente construída e depende de quem está controlando quem e por quê. É um componente geográfico chave para compreender como a sociedade e o espaço são interconectados (SACK, 1986, p. 03).⁹

A territorialidade humana parece envolver três processos interligados (SACK, 1986):

1. *A classificação das coisas por área, o que conduz à delimitação de zonas.* Seria o caso dos zoneamentos de atividades agrícolas, por exemplo. No caso do Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura no Rio Grande do Sul¹⁰, foram definidas potencialidades e restrições de uso para cada Unidade de Paisagem do Estado.
2. *A comunicação da territorialidade ao outro. “Territorialidade pode ser simples de comunicar porque requer somente um tipo de símbolo – a fronteira”* (SACK, 1986, p. 32). Aqui, podemos observar o exemplo das Unidades de Conservação, como o Parque Estadual do Tainhas¹¹, em São Francisco de Paula, que é uma Unidade de Proteção Integral (tem como objetivo conservar a natureza sem o uso direto dos seus recursos). A partir do momento em que é criado, comunica-se que a atuação dos Sujeitos é limitada¹². Ou, então, a simples

⁹ Tradução minha.

¹⁰ Trabalho que tem como objetivo elaborar um “instrumento de gestão que possibilite avaliar de forma integrada a vulnerabilidade dos ambientes frente a implantação da atividade de silvicultura. Compreende a setorização do Território estadual em unidades de Paisagem com características naturais semelhantes, que são utilizadas como unidade de gestão ambiental.”

Disponível http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp. Acesso em 05/02/2008, 12:00.

¹¹ O parque fica situado nos municípios de São Francisco de Paula, Jaquirana e Cambará do Sul, e foi instituído com o princípio de proteger os recursos naturais existentes na Mata Atlântica no RS, incluindo o ecossistema dos Campos de Cima da Serra e as matas do vale do rio Tainhas.

¹² Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA), Parque Estadual define-se como “áreas de domínio público com os objetivos básicos de preservação de ecossistemas naturais; realização de pesquisas científicas, de atividades de educação ambiental, de recreação, de contato com a natureza

delimitação de uma propriedade, comunicando que o que está no seu interior pertence a alguém.

3. Esforço para manter o controle sobre o acesso à área ou ao que a cerca.

Também podemos citar o exemplo das taipas, das cercas, das placas que comunicam que, a partir de determinada localidade, existe uma territorialidade que não deve ser violada, como no exemplo da foto 10:



Foto 10 - Placa na entrada de uma propriedade que pratica o monocultivo de Pinus em São Francisco de Paula.

Foto: Luiz Fernando Mazzini Fontoura em 05/2007.

Em observações empíricas, pudemos verificar como a questão territorial pode nos auxiliar na análise de fatores que podem estar contribuindo para o acirramento de possíveis conflitos entre territorialidades, uma vez que diversos Sujeitos divergem de opinião com relação a esse assunto, devido aos pesos diferentes que dão às questões ambientais, econômicas e sociais envolvidas, ou até mesmo por excesso de (des)informação. Além disso, pode-se perceber uma preocupação dos Sujeitos entrevistados que dependem economicamente do Turismo, uma vez que esses temem que, em função das mudanças na Paisagem ocasionadas pelos monocultivos arbóreos, a procura dos turistas pelo município diminua.

2.2. TURISMO

A Organização Mundial do Turismo (1994) entende Turismo como as atividades realizadas por um período de tempo consecutivo inferior a um ano por Sujeitos durante viagens e permanência em lugares diferentes do seu local de residência habitual, para ócio, negócios e outras finalidades. E, “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos são classificados como atrativos turísticos”¹³ (BENI, 1998, p. 271).

Buscando apoio no mesmo autor, entendemos como Sujeitos *Turistas*

[...] visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas [...], cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências. (*idem*, p. 37)

Também pensamos ser necessário trabalharmos com o conceito de excursionistas, que são “visitantes temporários que permanecem menos de vinte e quatro horas” (BENI, 1998, p. 271) no local visitado, pois em São Francisco de Paula a excursão é uma atividade comum devido também à sua proximidade com outros centros urbanos.

Esses dois conceitos são importantes para a realização da pesquisa, uma vez que representam parte dos Sujeitos que pretendemos entrevistar para entendermos provisoriamente suas impressões sobre a transformação na Paisagem local e a prática do Turismo.

A expansão das atividades turísticas e, conseqüentemente, o aumento de sua importância para o estudo da formação e das transformações do Espaço Geográfico têm sido fatores que se mostram cada vez mais relevantes para estudos no cenário científico. O setor turístico tem se mostrado como uma atividade que manifesta tendências expansivas no nível mundial. Alguns autores defendem que essa é uma das atividades que mais benefícios econômicos tem gerado para a *população envolvida*¹⁴. Neste trabalho não acreditamos que essa seja uma verdade absoluta, uma vez que pensamos que sem o devido planejamento e gestão, essa pode ser uma atividade com potencial para trazer problemas, assim como ocorre

¹³ Grifo nosso

em a qualquer outra atividade que ocorre de forma intensiva. Porém, pensamos que, no caso de São Francisco de Paula, reiterando que com o devido planejamento para fins que possibilitem o desenvolvimento local, o Turismo pode ser uma possibilidade que traga benefícios sociais para o patrimônio local.

Os principais fatores que contribuíram para a expansão do setor turístico ao longo dos tempos foram, entre outros, o aumento do tempo livre, em consequência da racionalização e do aumento da produtividade nas empresas e a diminuição na jornada de trabalho; o acesso mais facilitado a automóveis por parte da população; o aumento na renda de amplas camadas da população, que passaram a destinar parcelas crescentes dos rendimentos em lazer; o aumento no número de empresas prestadoras de serviços relacionados ao Turismo, como organização de roteiros turísticos e comercialização de pacotes de viagens; o aumento da urbanização em consequência da industrialização, que faz com que um número cada vez maior de Sujeitos viagem à procura do “verde”. (RUSCHMANN, 1997, p. 14).

Dessa maneira, acreditamos que o desenvolvimento do Turismo ao longo dos anos está intimamente ligado a um sistema em que a otimização da produção e a capacidade de transformar os mais variados fatores em mercadoria são fundamentais para a sua manutenção. O desenvolvimento desse sistema parece ter gerado transformações nas relações sociais e na própria relação do Sujeito com o espaço que ocupa.

Em sua análise sobre a *condição humana*, Arendt (1997) toca em questões interessantes a serem analisadas. Segundo a autora, enquanto na antiguidade os Sujeitos buscavam a esfera pública¹⁵ fundamentalmente como pessoas, para entrar em contato umas com as outras, na modernidade, o que podemos observar é que os Sujeitos vão à esfera pública como compradores, fabricantes, para entrar em contato com produtos que podem ser consumidos e / ou vendidos. O poder que mantém coeso esse mercado de trocas em que se transformou a esfera pública não é a potencialidade que surge quando essas se unem na ação do discurso, e sim a soma dos *poderes de troca*.¹⁶

¹⁴ Grifo nosso. Acreditamos ser importante destacar que os “benefícios econômicos para os Sujeitos envolvidos” não necessariamente se refletem em desenvolvimento para as localidades onde o Turismo acontece, o que não impede que isso também aconteça.

¹⁵ Sobre esfera pública, trazemos algumas colocações da autora: “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDR, 1997, p. 59).

“A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos” (ARENDR, 1997, p. 62).

¹⁶ Grifo da autora. (Adam Smith, citado em ARENDR, 1997, p. 222)

Muitos Sujeitos encaram o *Turismo* como uma face dessa transformação que as relações humanas vêm sofrendo ao longo da história. Neste trabalho, sustentamos que não é o *Turismo*, mas sim o sistema capitalista em que vivemos – e as atividades econômicas exploradas de acordo com sua lógica – que transforma paisagens, tende a acelerar a (trans)formação das culturas, (re)definir identidades, religiões, símbolos, e criar novas mercadorias para serem consumidas. Para isso, há a necessidade da realização de planejamento dessa atividade, que leva uma imensidão de Sujeitos a se deslocarem no Território e a interferirem diretamente na (re)organização do Espaço Geográfico.

Em *Análise estrutural do Turismo* (BENI, 1998), são citadas algumas características do Turismo. Entre elas, são destacados itens como a eficiência desse para incentivar a difusão de informação sobre uma determinada localidade ou região, de seus atrativos naturais, sociais e culturais; para inaugurar novas perspectivas sociais com o possível desenvolvimento econômico, social e cultural da região; “integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional”; “desenvolver a criatividade em vários campos”; promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas.

Algumas dessas características nos parecem passíveis de questionamentos.

Quando o autor cita o desenvolvimento econômico e cultural, pensamos ser necessário ter mais cuidado ao tratar sobre esses dois temas. Acreditamos que, talvez, seria mais viável tratar de *crecimento econômico*¹⁷, uma vez que o desenvolvimento faz parte de uma relação mais ampla de fatores a serem beneficiados, não somente nas esferas econômica e cultural. Assim, pensamos que nem todo crescimento econômico reflete necessariamente em desenvolvimento.

Talvez seja interessante destacarmos a relação dialógica que existe quando se fala em integrar e incrementar a consciência nacional, uma vez que o Turismo pode trazer influências das mais variadas localidades como influência dos turistas e excursionistas. O reforço da nacionalidade ou da identidade local deve ocorrer no esforço em manter a identidade e cultura locais como atrativos turísticos. Corre-se o risco, então, de se negar a dinamicidade cultural, forjando uma cultura congelada aos moldes tradicionais.

O sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo também nos parece perigoso se colocado enquanto discurso “fechado”. Essa “abertura ao mundo” pode ter vários resultados, e um não necessariamente exclui o outro. Pode promover um enriquecedor contato

entre culturas, promover novas ideias, discussões, entre outros fatores que venham a beneficiar o desenvolvimento local. Porém, é necessário que se tome o devido cuidado para que o local não se torne “escravo” do Turismo, assim como muitas vezes é possível observar os locais que se especializam em determinadas atividades, que acabam se transformando em simulacros¹⁸, e nem sempre trazem benefícios diretos para grande parte da população local. Acreditamos que a alternativa para o desenvolvimento não pode ser ancorada em uma só atividade. A heterogeneidade de atividades pode ser a chave para evitar a dependência a uma ou duas atividades que sirvam de esteio para determinadas localidades.

Da mesma maneira, são citados os seguintes prejuízos que o Turismo pode provocar às localidades no qual ocorre: degradação dos recursos naturais; criação de estereótipos referentes não só aos turistas, mas do país ou região de que procedem; falta de perspectiva para os grupos da população local das áreas de destinação turística, quando esses não obtêm os benefícios diretos advindos do Turismo; desintegração da comunidade e “dependência do capital [...] ou de estereótipos existentes em face do Turismo” (BENI, 1998). Dessa forma, rompe-se com o princípio da causalidade linear. Um movimento pode ter diversos resultados, e esses possuem diversas causas, muitas delas podendo ser contraditórias umas às outras, as quais voltam a agir sobre sua causa – podendo ser observado o princípio do anel recursivo. Paradoxalmente, as causas do Turismo (como desejo de desenvolvimento para uma determinada localidade, ou os atrativos naturais) podem sofrer consequências contrárias do que se foi desejado (degradação ambiental e acirramento das desigualdades sociais), caso os sujeitos envolvidos com essa atividade não tenham o devido planejamento para alcançar os objetivos esperados. Isso pode fazer com que essas consequências retornem positivamente ou negativamente sobre o Turismo. É importante que esse não seja um sistema fechado. Os movimentos se tecem conjuntamente no Espaço Geográfico. Dessa forma, as causas e consequências também se tecem em conjunto com diversos outros movimentos simultâneos.

Acreditamos ser necessário novamente ressaltar que pensamos não ser o Turismo o responsável direto pelas possíveis consequências supracitadas, mas sim a maneira como ele é entendido quando praticado nos moldes de um sistema que visa o lucro (seja este

¹⁷ Grifo nosso.

¹⁸ Simulacros não estão relacionados com uma oposição entre o real e o signo, entre simulação e realidade, e não significa irrealidade. Eles são formas, experiências, objetos, códigos e digitalidades que se apresentam mais reais do que a própria realidade (BAIDRILLARD, 2001).

lucro controlado por agentes privados ou pelo Estado) como fim primordial para a prática dessa atividade.

Diante disso, pensamos que o *Turismo* deve ser entendido em toda a sua complexidade, e trabalhado, sempre que possível, com interdisciplinaridade, uma vez que ele abarca elementos das mais variadas ciências: Geografia, Biologia, História, Economia, Administração, Arquitetura, Engenharia, entre outras. Ele pode ter se potencializado graças a um sistema que se encarrega de transformar tudo em mercadoria, inclusive as relações. Mas o *Turismo* também pode ser encarado como uma “válvula de escape”, um refúgio para os impactos psicológicos da vida urbana, uma vez que esse, por vezes, proporciona vivências diferentes, nas quais os Sujeitos se “desarmam” e ficam, mesmo que temporariamente, “abertos” para entrar em contato com novas experiências, novos Sujeitos e novos pensamentos, diferente da individualização e alienação, comuns no cotidiano dos centros urbanos.

Em São Francisco de Paula, o Turismo também surge para a população local como uma atividade que pode possibilitar uma maior preservação de elementos marcantes da Paisagem e, por consequência, da Cultura e da Identidade territorial que resultam de um tempo longo. Então surge a seguinte inquietação: a comunidade local estaria preparada para um Turismo de maiores proporções, como parece ser o desejo de alguns gestores municipais, ou não? Caso o Turismo venha a se desenvolver com maior intensidade, ele seguiria um modelo que viesse a contribuir para o real desenvolvimento local, ou não? Essas são questões que são abordadas durante a pesquisa, mas que não são respondidas neste momento, até mesmo pelo grau de contraditoriedade entre os sujeitos entrevistados, como veremos adiante.

Por outro lado, pensamos que as possíveis transformações que cultura e identidade local podem sofrer podem acabar levando a consequências contraditórias e complementares ao Turismo. Alguns locais nos quais o Turismo se torna a principal atividade econômica podem acabar virando cenários, nos quais alguns Sujeitos representam os estereótipos¹⁹ que o turista busca. Isso pode evitar a “constante reprodução das ações rotineiras e cotidianas, muitas das quais são ações não-reflexivas” (COSGROVE, 1998, p. 101) por parte dos sujeitos residentes – uma transformação brusca na cultura – que, no caso de São Francisco de Paula, é um atrativo turístico importante. Dependendo dos objetivos e da

¹⁹ Entendemos o estereótipo como sendo uma imagem pré-concebida sobre alguns Sujeitos, coisas ou situações.

forma de Turismo a ser incentivado no local, essa é uma consequência que pode ser contraditória ou complementar a essa atividade.

2.3. CULTURA

Nesta pesquisa, procuramos estabelecer um diálogo entre a Paisagem local e as transformações recentes na porção do Espaço Geográfico compreendido por São Francisco de Paula. Dessa forma, buscamos entender provisoriamente como esses movimentos acabam interferindo na cultura. Neste momento textual, acreditamos que a Paisagem é o reflexo da sociedade na qual se vive, das relações que os Sujeitos aí estabelecem com a natureza; é um cenário que está carregado de lembranças históricas cuja significação é apreendida pouco a pouco, no qual aprendemos a nos orientar. Seu papel na aquisição de conhecimento, reflexos e atitudes é muito importante. A Paisagem se configura como sendo uma das matrizes da cultura, além de ser, também, o lugar no qual os grupos sociais e as atividades dos Sujeitos gravam sua marca (BERQUE, 1998).

Os grupos sociais, ao manifestarem as suas práticas, imprimem suas marcas no espaço que ocupam. Essas marcas se transformam em um fator de identidade dos grupos sociais, sendo, dessa maneira, consequência e causa da identidade territorial que se constitui historicamente.

Destacamos, neste momento, três maneiras pelas quais a *Geografia Cultural* moderna aborda a questão. Primeiramente, relacionando cultura com consciência: “A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não-reflexivas, rotineiras da vida cotidiana [...]”(COSGROVE, 1998, p. 101). Como exemplo, citamos fatos comuns ao dia-a-dia de alguns sujeitos, como a roupa que vestem, formas de falar em cada situação, tipo de alimentação, entre outros. A cultura é aqui tida como “determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas” (*idem*). Posto isso, fica o questionamento: em São Francisco de Paula, com a introdução e a presença cada vez mais forte de monocultivos arbóreos e do próprio Turismo, quais hábitos diários e rotineiros podem deixar de ser executados com a naturalidade que acontecia até então? Quais são os impactos dessas mudanças na cultura local?

Ao relacionar cultura com natureza, o autor destaca que qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura, apesar dessa transformação nem sempre ser visível, especialmente para um estrangeiro (COSGROVE, 1998, p. 102). Com relação a essa colocação, nos questionamos se a intervenção causada pela plantação intensiva de Pinus envolve sua transformação em cultura ou na cultura. Ou seja, os monocultivos arbóreos, assim como a pecuária, serão apropriados pela população local, resultando em fonte de significados, ou resultarão somente no enfraquecimento dos laços culturais atuais? Essa é uma inquietude a ser investigada. “Revelar os significados na Paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, representar essa Paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos”(COSGROVE , 1998, p. 103).

Assim “a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder” (CASTELLS, 2001, p. 24). Uma maneira pela qual a *Geografia Cultural* moderna pode abordar a questão cultural é na relação existente entre cultura e poder:

[...] o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é mais bem concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é às vezes chamado de hegemonia cultural. (COSGROVE. 1998, pp. 104-105)

Com relação à colocação, ficam algumas inquietações. Pensamos que impor a sua cultura para todos os Sujeitos não significa que fatores culturais das classes dominadas não sejam absorvidos. Como exemplo, citamos os costumes do chimarrão ou o do pinhão, que são hábitos herdados de populações indígenas, as quais foram sendo exterminadas com o passar dos anos; contudo, esses fatores culturais foram absorvidos e são praticados até os tempos atuais. Outro fator que consideramos instigante é que a pecuária extensiva se caracterizou por ser a principal atividade econômica da classe dominante na região. Hoje, ao compararmos com tempos pretéritos, essa atividade está enfraquecida e desvalorizada economicamente (principalmente quando praticada de forma tradicional), e os monocultivos arbóreos parecem surgir como uma nova prática econômica das classes dominantes. Assim,

surge outra inquietação: as transformações culturais resultantes dessa nova atividade trarão quais consequências para o desenvolvimento de São Francisco de Paula?

2.4. GLOBALIZAÇÃO: CENÁRIO MUNDO

Partindo do pressuposto que complexidade é “um tecido (*complexus*: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e múltiplo” (MORIN, 2003, p. 20), e que ela é também “o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem o nosso mundo fenomenal” (*idem*), o fenômeno da globalização se mostra importante de ser discutido. Lembrando que um dos princípios da complexidade que norteiam nossa pesquisa é o hologramático – no qual cada ponto possui a quase-totalidade das informações do todo e que o todo está presente no ponto analisado – pensamos que, para fazermos uma análise complexa, é prudente tratarmos sobre a Globalização.

Para tentarmos entender a complexidade do Espaço Geográfico, é importante a compreensão do fenômeno técnico em suas manifestações atuais, no processo de (re)produção de uma inteligência planetária. Entre essas manifestações, a emergência de uma unicidade técnica, a unicidade do tempo (com a convergência dos momentos) e de uma unicidade do motor da vida econômica e social parecem ser a base do fenômeno da globalização e das atuais transformações do Espaço Geográfico (SANTOS, 1996, p. 189).

No início da história social do planeta, havia tantos sistemas técnicos quanto eram as combinações entre os grupos sociais locais que esses habitavam. Em função da dificuldade de mobilidade, essas técnicas muitas vezes acabavam restritas às áreas geográficas nas quais surgiam. Com o passar dos anos, com a maior facilidade de acesso a outros grupos sociais e o conjunto coerente que esses formavam nas áreas que ocupavam, as técnicas passaram também a entrar em contato, sendo absorvidas e/ou muitas vezes impostas a outros grupos sociais em outras áreas geográficas. Dessa forma, podemos pensar em uma desterritorialização das técnicas, no sentido de que essas não mais estão necessariamente ligadas a um único meio. A reterritorialização ocorre após a instalação em um novo meio,

num sistema dialógico em que essas o (trans)formam e se transformam. Essa maior mobilidade acaba por reduzir o número de sistemas técnicos. Contudo, a emergência de uma unicidade técnica só acontece a partir da Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de organismos supranacionais, novos estados nacionais, o fim de alguns impérios e a

[...] entrada em cena da informação e do consumo como denominador comum universal, tudo isso trabalha para facilitar o triunfo das técnicas baseadas na informação e que iriam revolucionar doravante a economia e a política, antes de incluir a cultura no processo global de mudanças (SANTOS, 1996, p. 191)

Esse movimento de unificação se acelera, e no período contemporâneo alcança seu ápice, sendo a base material da globalização. Pensamos ser importante destacar que o fenômeno da unicidade técnica não implica na abolição dos demais sistemas técnicos. Esses continuam a existir. O que ressaltamos é a capacidade de um sistema técnico poder estar presente em toda superfície global.

Contudo, neste momento, Globalização é entendida como a intensificação das dependências recíprocas, do crescimento e da aceleração das redes econômicas e culturais que operam em escala mundial sobre uma base mundial; como um produto de múltiplos movimentos, alguns contraditórios, com resultados abertos, que implicam em conexões local-global e local-local (CANCLINI, 2003).

O que diferencia a internacionalização da globalização é que a internacionalização “foi uma abertura de fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos das outras” (CANCLINI, 2005, p. 32), enquanto a globalização

[...] supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por sistemas com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo (CANCLINI, 2005, p. 32).

Os monocultivos arbóreos podem ser um exemplo dessa interação funcional. Extensas áreas são destinadas à plantação intensiva de Pinus no Estado, porém, essa madeira muitas vezes será beneficiada e transformada em celulose, móveis, compensados (entre outros), e seus produtos finais utilizados em locais muito distantes. A unicidade técnica também pode aparecer nesses monocultivos, pois sementes, insumos, enfim, técnicas, também podem ser as mesmas utilizadas em diferentes porções da superfície terrestre. O Turismo é

outro exemplo no qual podemos buscar os reflexos da globalização: a complexa rede que se tece para dar suporte a essa atividade, como os inúmeros Sujeitos das mais variadas partes do planeta que atuam e se beneficiam com/para a facilidade de acesso e a diminuição do tempo envolvido no deslocamento, além das redes que se formam entre agências de Turismo, hotéis, locadoras de automóveis, restaurantes, etc.

Um Sujeito pode contratar uma agência de Turismo no Rio Grande do Sul para ter acesso aos demais serviços dos quais pretende desfrutar em outras cidades, estados, países e continentes (isso sem falar no Turismo Espacial, que já teve seus primeiros “clientes”), o que demonstra essa interação funcional que a globalização trouxe consigo.

Abordar essa lógica que se impõe de forma muitas vezes vertical é necessário, uma vez que os monocultivos arbóreos são um reflexo das exigências de um mercado global que tece suas influências nos mais variados Territórios.

Da capacidade dos atores hegemônicos de intervir sobre o ordenamento e reordenamento de Territórios, numa escala global, resulta, entre outras coisas, uma crescente artificialidade de objetos e de ações. Esta pode gerar uma sensação de estranhamento, por parte dos indivíduos, do seu entorno (CRUZ, 2002, p. 16).

A artificialidade dos objetos e das ações podem ser entendidas como a artificialidade da Paisagem, das novas práticas e do abandono de práticas tradicionais (por parte da população), que são introduzidas como consequência da plantação intensiva de Pinus.

Como observou Canclini (2003), a globalização não é um fenômeno que atua somente na esfera econômica, impondo novas práticas que atendam a um mercado global dentro da lógica de consumo atual. Pensamos que ela tende a atuar nas mais variadas esferas, que interagem entre si e trazem consigo transformações de todas as ordens, em graus variados de local para local.

2.5. SUJEITO

Nesta pesquisa, é importante que tratemos de conceitos como os de Identidade e de Cultura. Porém, como essa é uma pesquisa que transita com o Paradigma da Complexidade, a discussão parece mais bem conduzida se antes abordarmos o conceito de

Sujeito. Inicialmente, é relevante termos claro o conceito de Indivíduo para entendermos a noção de Sujeito. A complexidade envolvendo esses conceitos permite revelar a relação entre o universo social e biológico. O conceito de indivíduo aparece como pré-requisito ao conceito de Sujeito. Do ponto de vista biológico, o indivíduo é o produto de um ciclo de reprodução, mas esse produto é, ele próprio, reprodutor em seu ciclo. Assim, também, quando se considera o fenômeno social, são as interações entre indivíduos que produzem a sociedade; mas a sociedade, com sua cultura, suas normas, retroage sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de uma cultura (MORIN, 1996). Dessa maneira, aparece o conceito de Sujeito, que nos permite superar, aliado com a teoria da auto-organização e da complexidade, os substratos comuns à biologia, à antropologia, de forma que as barreiras entre essas ciências se unam na tentativa de compreendermos a complexidade do que nomeamos real.

O Sujeito emerge ao mesmo tempo que o mundo. Emerge desde o ponto de partida sistêmico e cibernético, lá onde um certo número de traços próprios aos Sujeitos humanos (finalidade, programa, comunicação, etc.) estão incluídos no objecto-máquina. Emerge sobretudo a partir da auto-organização, onde a autonomia, individualidade, complexidade, incerteza, ambiguidade se tornam quase caracteres próprios do objecto (MORIN, 2003, p.57)

Essa auto-organização permite que a autorreferência conduza também à consciência de si, e que essa flexibilidade provoque a reflexão. A “suficiência” (resultado da recursividade do ser) e a “insuficiência” (que resulta do fato de ser “aberto”, irresolúvel em si mesmo) também aparecem como resultado agora da auto-eco-organização.

Dessa maneira, partimos da noção de Sujeito (ser e estar Sujeito) e destacamos a importância desse conceito para buscarmos entender o conceito de análise *Identidade*. Isso pelo fato de que, para existir identidade, é necessário que exista interação – ultrapassando os limites do próprio corpo e interagindo com o espaço (objetos e ações).

A ciência ocidental, há muitos anos se pode observar, baseou a formação do conhecimento a partir da eliminação positivista do Sujeito, na crença de que os objetos existiam por si próprios e, portanto, poderiam ser estudados enquanto tais. Isso na tentativa de depurar o conhecimento de juízos, valores, e coisas que não são inerentes aos objetos, como se esses não fossem dotados de intencionalidades (MORIN, 2003, p. 58).

Neste momento textual, acreditamos ser necessário destacar essas características dos Sujeitos – enquanto conceito fundamental de análise em pesquisas que transitam com o Paradigma da Complexidade –, pelo fato de esses serem fontes de informação que formam a base “sólida” dessa caminhada. Dessa maneira, pensamos ser importante destacar as (in)certezas a que esses podem nos levar, uma vez que análises que partem de análises individuais de seres que são e estão Sujeitos de si e ao/do meio. O que seria o “ruído” que poderia surgir na produção do conhecimento aqui é tratado como um reflexo da realidade, pois pensamos que a intencionalidade é inerente aos objetos, às ações e às interpretações sobre esses. Mesmo com as (in)certezas que podem surgir, acreditamos que os Sujeitos são elementos importantes de análise, uma vez que o Espaço Geográfico é composto por objetos e por ações, não sendo portanto uma entidade que basta a si mesma. O Espaço Geográfico é composto também por Sujeitos, que desencadeiam uma série de movimentos, alguns dos quais abordamos nesta pesquisa.

Desse modo, pensamos que Sujeito e mundo estão um para o outro dialogicamente “de maneira recíproca e inseparável” (MORIN, 2003, p. 58). O mesmo ocorre com relação ao Espaço Geográfico, uma vez que, uno e múltiplo, ele abrange toda a superfície terrestre.

Isso posto, para dar prosseguimento aos esclarecimentos conceituais e teóricos que norteiam esta pesquisa, pensamos ser necessário estabelecer um diálogo entre o que foi abordado sobre Espaço, Paisagem, Turismo, cultura e globalização, para então podermos compreender a complexidade que envolve o conceito de *identidade*.

2.5.1. Identidade

Aqui, partimos do pressuposto que Identidade é um instrumento que nos auxilia na caminhada para analisarmos os Sujeitos e que, portanto, a ela se aplicam as impressões sobre esses.

Pensamos que a cultura desempenha papel fundamental como fonte de significado para os grupos sociais. Castells (2001) e Hall (2002), em suas obras, defendem

que, apesar de vivermos em um mundo globalizado, que aparentemente levaria a uma homogeneização cultural, existem culturas que resistem a esse movimento.

Uma das consequências da Globalização diz respeito à questão da Identidade – aqui entendida como “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 2001, p. 22), algo que não é estático, fechado. Sua construção vale-se da matéria-prima fornecida por múltiplas fontes, como História, Geografia, Biologia, instituições produtivas e reprodutivas, por memórias coletivas e pessoais (*idem*, p. 23). É ser um elemento de compreensão social que está em constante (trans)formação.

Identidade também aparece como

[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, podem haver múltiplas identidades. Essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. (CASTELLS, 2001, p. 22)

Atualmente, pensamos poder perceber um movimento acelerado de descentralização de identidades (HALL, 2002), uma vez que sofrem pressões por todos os lados – em ritmo cada vez mais acelerado – ao entrar em contato com diferentes culturas. Aqui, podemos estabelecer um paralelo entre o aumento desse contato com a intensificação do Turismo em determinadas localidades – o que pode vir a acontecer em São Francisco de Paula – dependendo do Turismo (se) planejado – como a exemplo de municípios vizinhos (Gramado e Canela), que possuem como principal atividade econômica o Turismo.

Neste momento, também é importante tratarmos de globalização, pois ela

[...] tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas unificadas ou trans-históricas. Entretanto, seu efeito geral permanece contraditório. (HALL, 2003, p. 82)

A globalização tece suas múltiplas, contraditórias e complementares causas e consequências nas mais variadas esferas. O Turismo parece ser uma dessas causas/consequências, que traz para o convívio dos Sujeitos o choque entre diversas culturas diferentes, contribuindo para esse um movimento acelerado de descentralização de identidades. O mesmo ocorre quanto aos monocultivos de Pinus – que reflete uma interação

funcional que possui centros dispersos, e que surge em função de uma demanda que ultrapassa a esfera local.

Em função de lógicas contraditórias e complementares presentes em diferentes escalas de abordagem das partes (São Francisco de Paula e Rio Grande do Sul) com o todo, acreditamos ser necessário citarmos a formação de Identidades Legitimadoras e Identidades de Resistência (CASTELLS, 2001), que resultam das disputas e materialização de poder presentes no Espaço Geográfico.

Assim, podemos observar as chamadas Identidades Legitimadoras – aquelas introduzidas pelas instituições dominantes da sociedade, no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos Sujeitos (cerne da teoria de autoridade e dominação, de Sennet, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo), quando observarmos algumas características do tradicionalismo gaúcho – que vamos abordar mais adiante neste trabalho –, pois esse também parece implicar em legitimar e manter o modelo dominante de sociedade.

Já a Identidade de resistência – criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, que os leva a intenções de resistência e/ou sobrevivência, baseados em princípios diferentes dos que permeiam as instituições, ou mesmo opostos a esses últimos – aparece como um paradoxo nesta pesquisa. Isso devido ao fato de a resistência também partir da intenção de preservação da cultura gaúcha – uma vez que também observamos a intenção de resistência frente às mudanças que não deixam de ser reflexos da globalização através dos monocultivos arbóreos e de outros movimentos que podemos perceber em São Francisco de Paula. Possivelmente, essa contradição ocorre em função das diferentes escalas de poder que estão presentes no mesmo Território. O que em um momento e de acordo com a análise se caracteriza como sendo Identidade Legitimadora (o tradicionalismo gaúcho), em outro momento parece se mostrar como uma Identidade de resistência – devido ao fato de resistir a uma ordem superior, resultado de uma certa imposição de uma lógica global no local.

A resistência observada não parece chegar à escala da abordada por Castells (2001), como formação de comunas, ou comunidades (Etzioni) ou nacionalismos. Porém, nos parece que essas identidades de resistência que observamos no município também surgem a partir de um sentimento de alienação e/ou ressentimento contrário à exclusão injusta, de natureza política, econômica ou social. Isso devido às novas relações de poder presentes nos novos usos do Território – que fragmentam ainda mais algumas diferenças sociais.

2.6 AS NOVAS RURALIDADES

Discussões sobre os novos papéis do rural brasileiro e o estudo de suas novas dinâmicas estão cada vez mais presentes nas reflexões em Geografia. Apesar das transformações que o espaço rural brasileiro vem sofrendo, ainda é comum nos depararmos com abordagens que trazem quase como sinônimas as palavras rural e atraso. Nem as roupagens mais modernas (e muitas vezes mais excludentes) do agronegócio e as novas tecnologias utilizadas nos espaços rurais têm sido capazes de desmistificar as falas em que o rural aparece de mãos dadas com o que é obsoleto e sinônimo de não-desenvolvido.

Outra abordagem do rural que pensamos estar equivocada é aquela que o coloca em oposição ao urbano, como se esses fossem elementos contraditórios.

A partir de uma análise complexa do município de São Francisco de Paula, a partir do Turismo e dos monocultivos arbóreos, pensamos que esse trabalho possa trazer contribuições que auxiliem na desmistificação de algumas classificações que há anos o rural carrega consigo. Ao mostrar que o Espaço não é algo estático, mas que está em constante processo de totalização (SANTOS, 1996) e que essa totalização implica em novas dinâmicas que (trans)formam o Espaço, acreditamos ser esse o ponto de partida para estudos que não buscam a simplificação e o reducionismo que por muito imperou nos trabalhos científicos.

O rural não é estático. Portanto, se procurarmos respostas pensando no espaço rural do século XVIII, realmente não o encontraremos mais dominando, uma vez que cada vez mais encontramos no campo processos que nasceram da industrialização e que dominam e absorvem a produção agrícola. (LEFEBVRE, 1999, p. 15), trazendo novas dinâmicas e técnicas.

Neste momento textual, concordamos que ruralidade é um conceito de natureza territorial, e não setorial. As cidades não são definidas pelas indústrias e nem o campo pela agricultura (ABRAMOVAY, 2000). Essa definição explícita é o que acreditamos estar presente nas novas dinâmicas do rural brasileiro, e, mais especificamente, em São Francisco de Paula.

[...] o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo da modernidade. Há no rural brasileiro ainda muito do atraso, da violência, por razões em parte históricas, relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo. Mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelo “agrobusiness” como por novos Sujeitos sociais: alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de *escargot*, plantas e animais exóticos, etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão e de loteamentos clandestinos, muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas. (SILVA, 2001, p. 39)

O que o autor está colocando do trecho explicitado é a emergência de novas atividades, pontuadas como não-rurais, que atualmente estão se fazendo cada vez mais presentes no espaço rural – além de trazer a afirmação de que o rural não pode ser visto como em oposição ao urbano. Um exemplo das novas atividades desenvolvidas no rural, e que não estão em oposição ao urbano, é o Turismo.

Alguns municípios do Brasil, principalmente, no Estado do Rio Grande do Sul estão desenvolvendo diversos empreendimentos socioculturais, a partir da prática do turismo rural em áreas onde estão estabelecidas propriedades de agricultura familiar. [...] a associação entre o turismo e o modo de vida das famílias rurais está demonstrando que essa é uma estratégia altamente promissora para o desenvolvimento local. Potencialidades que o meio rural sempre pôde oferecer, mas foram constante subaproveitadas por falta, tanto de políticas públicas locais como pela carência de uma mentalidade empreendedora baseada no associativismo e cooperativismo, agora estão sendo exploradas de maneira sustentável. Por isso, se pode dizer que uma nova construção social rural está surgindo em alguns municípios brasileiros (BLANCO, 2004, p. 45)

Em São Francisco de Paula, da forma como está acontecendo o Turismo no espaço rural, pensamos que essa seja uma atividade que possui potencial para oferecer possibilidades de desenvolvimento local. Pensamos ser necessário destacar que essa não parece ser uma verdade universal. O Turismo, quando se torna a base da economia de alguns municípios, pode acirrar algumas fraturas sociais e conflitos entre classes, não levando ao desenvolvimento, mas somente a um crescimento econômico que beneficia somente alguns Sujeitos.

Partindo de uma análise sobre dois fenômenos presentes em São Francisco de Paula, o Turismo e os monocultivos arbóreos, pretendemos demonstrar que urbano e rural podem ser vistos como contraditórios e, ao mesmo tempo, complementares, partindo de uma análise dialógica dentro de toda a complexidade envolvida.

2.7. O LUGAR / ENTRE-LUGAR SÃO FRANCISCO DE PAULA

Quando pensamos na porção do Espaço Geográfico que compreende São Francisco de Paula, destacamos que, por se tratar de um conjunto indissociável de um sistema de objetos e ações (SANTOS, 1996) e também de um Território – que possui inúmeras territorialidades –, devemos lembrar que, além dos objetos, os Sujeitos são indispensáveis para buscarmos compreender, mesmo que provisoriamente, a complexidade presente. Contudo, pensamos que a dimensão simbólica que esses Sujeitos atribuem ao Espaço Geográfico – sejam esses Sujeitos pertencentes ou não ao Território em questão – é importante. Essa dimensão simbólica deve nos ajudar a compreender as diferentes relações que determinados Sujeitos têm com os espaços que ocupam.

O sentimento de pertencer ou não ao espaço nos permite ressaltar e entender os lugares de convívio, nos quais os Sujeitos vão se encontrar e dividir suas emoções. Isso que nos leva a questionar a essência do local onde é vivida a experiência comum, buscando a dimensão simbólica do espaço. Para tanto, pensamos ser importante entendermos no que consiste o conceito de lugar.

Neste momento textual, pensamos o Lugar como sendo a porção do espaço do qual nos apropriamos para a vida, que é vivido, reconhecido, e que cria/possui identidade. Pensamos nas relações toponímicas (TUAN, 1990) dos Sujeitos com o espaço, ou seja, o elo afetivo entre os Sujeitos e o ambiente físico. O local onde nos sentimos em casa, com o qual nos identificamos, deixa de ser somente um local para se transformar em um lugar. Essa é a diferença que é crucial para entendermos os diferentes significados e valores que atribuímos a diferentes porções do Espaço Geográfico. Além de ser resultado das relações humanas e, portanto, da dialogicidade entre os homens, também é resultado dessa dialogicidade entre os elementos da natureza e dos homens. Com isso, pensamos nos “lugares-mundo-vividos”, que se formam a partir das relações cotidianas de uso e ligação ao espaço, o que acaba

configurando concomitantemente os “lugares-território”, os quais pensamos ser definidos também por questões de uso e ligação, mas numa perspectiva muitas vezes da própria manutenção da existência e da identidade (*idem*). Com o sentimento de pertencimento e a identificação com o espaço, pensamos surgir também o sentimento de poder com relação a esse espaço (mesmo que temporariamente) ocupado.

Contudo, destacamos que as relações com o espaço são diferentes de Sujeito para Sujeito em cada momento de suas vidas. Praticando o Turismo, por exemplo, podemos nos identificar temporariamente com determinada porção do Espaço Geográfico, atribuindo a ele também uma identidade. Neste momento, pensamos ser apropriado destacar o conceito de Entre-Lugar (CASTROGIOVANNI, 2007), que entendemos como o Lugar praticado pelo Sujeito durante certo tempo, sem que ocorra a plena “lugarização”, uma vez que a relação com aquele local é temporária. O Entre-Lugar turístico ocorre como “[...] el espacio turístico formado a través del desplazamiento del sujeto visitante al dialogar con los sujetos y objetos del espacio geográfico visitado” (CASTROGIOVANNI, 2007, p. 10). Assim como o Lugar, ele é representativo, e seus significados dependem de cada Sujeito, uma vez que por um período determinado de tempo pode ocorrer o sentimento topofílico e a identificação com o local.

Pensamos que o conceito de Lugar, assim como o de Entre-Lugar, nos auxilia no entendimento de como os diferentes Sujeitos envolvidos nesta pesquisa entendem e sentem provisoriamente o Espaço Geográfico que compreende o Território de São Francisco de Paula – temporariamente ou não –, além de auxiliar também na compreensão das diferentes territorialidades que existem lá, já que pensamos que não são somente os elementos concretos que definem os Territórios, mas as relações socioespaciais que se dão sobre ele. Dessa forma, com o entendimento dos diferentes significados e valores que conseguirmos identificar nos diferentes Sujeitos consultados, além de buscarmos compreender a participação desses diferentes Sujeitos no Território de São Francisco de Paula, pensamos poder entender, mesmo que provisoriamente, as práticas de uso e também de gestão daquela porção do Espaço Geográfico.

3. O MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO DE PAULA

São Francisco de Paula está localizado na chamada Encosta Inferior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, em uma região fisiograficamente classificada como *Campos de Cima da Serra*.

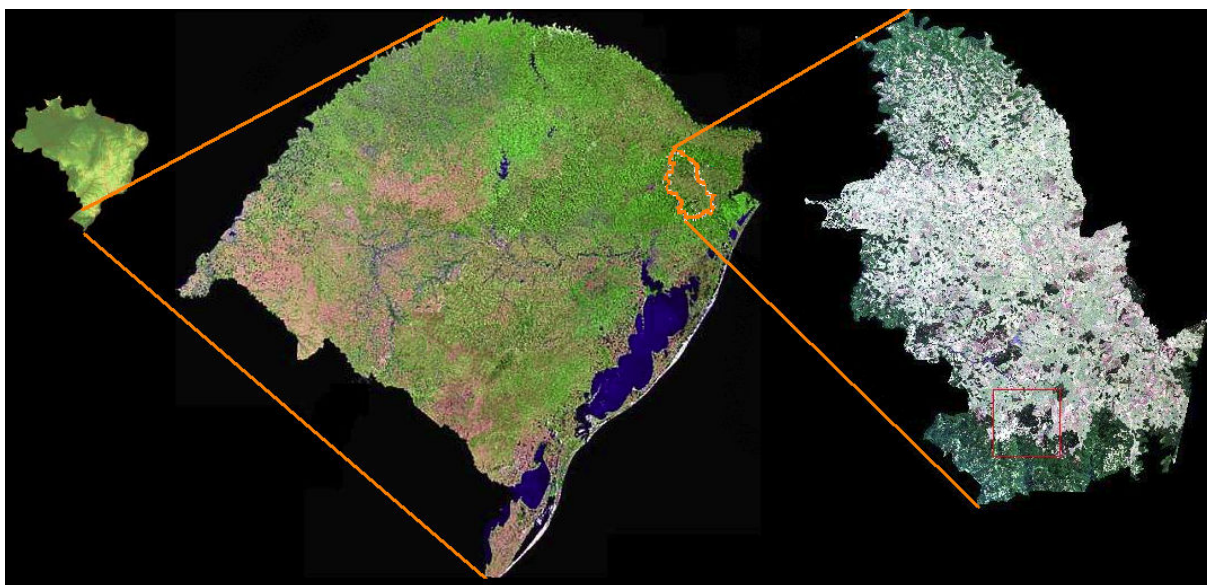


Figura 1- Brasil, Rio Grande do Sul e São Francisco de Paula, respectivamente.

Os Campos de Cima da Serra, ou Planalto dos Campos Gerais, conforme a clarificação do Projeto Radambrasil (1986), assentam-se sobre a Unidade Morfoestrutural da Bacia do Paraná, mais especificamente sobre a litologia da Formação Serra Geral. Essa Formação, segundo dados do mesmo projeto, é composta por uma sequência espessa de vulcanitos basálticos, possuindo termos ácidos intercalados que se tornam mais abundantes quanto mais próximos da porção superior dessa formação. Podemos observar nos mapas geológico (Fig. 02) e geomorfológico (Fig. 03) – fornecidos pela Secretaria do Meio Ambiente de São Francisco de Paula – que a presença de fraturas está por vezes relacionada às feições de vales ou Sulcos Estruturais. O mesmo não ocorre necessariamente quando se

tratam de Falhas Inferidas, pois essas podem ter sido cobertas por sedimentos e/ou diferentes tipos de materiais. Abaixo do derrame inferior de lava da formação Serra, está situada estratigraficamente a Formação Botucatu, composta por espesso pacote de arenito eólico, que pode se apresentar intercalada com os derrames basálticos. Quanto à geomorfologia, a área está situada no Planalto Meridional, sobre rochas efusivas basálticas.

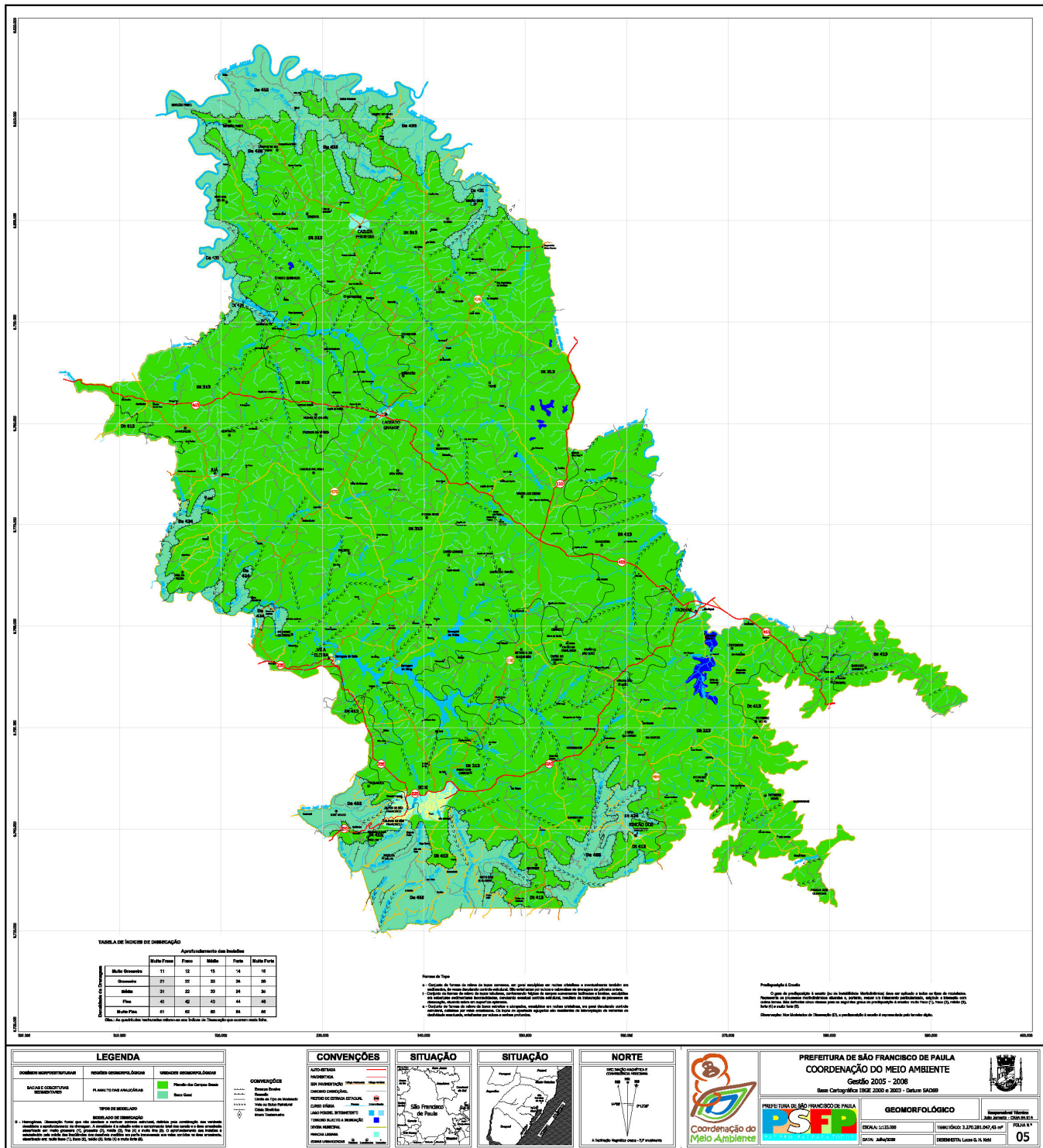
Com relação às Unidades Morfoesculturais presentes, encontramos as Coxilhas da Superfície do Planalto, que ocorrem na superfície do Planalto ou dos Campos Gerais e se caracterizam por serem formas de relevo de dissecação diferencial, onde ocorrem profundos entalhamentos fluviais que se encaixam em linhas estruturais, fazendo com que as drenagens apresentem diversas orientações estruturais. Na Unidade Geomorfológica Planalto dos Campos Gerais (Fig. 03), localizada nas altitudes mais elevadas do Estado, predomina a Estepe, onde ocorre a vegetação gramíneo-lenhosa (campestre), os capões de Araucária angustifolia, Floresta de Galeria, e os solos turfosos com gramíneas, tibouchinas e juncais. Essa vegetação está intimamente ligada a alguns fatores culturais do município – uma vez que é encontrada grande parte do seu Território. Já na Unidade Geomorfológica Serra Geral, observamos a Floresta Ombrófila Mista – que se caracteriza por apresentar o estrato superior, dominado pela Araucária angustifolia, e o estrato inferior, constituído por árvores de portes mais baixos ou arbustos arborescentes, em grande parte pertencentes às Mirtáceas, sendo comuns a Casca D’Anta (*Drymis brasiliensis*) e o Pinheiro Bravo (*Podocarpus lambertii*) – espécie ameaçada de extinção (PROJETO BIODIVERSIDADE RS. Acesso em 01/03/2009)²⁰.

Na porção Leste do município, podemos observar a Unidade Morfoescultural Escarpa, ou Encosta do Planalto, que se caracteriza por possuir um relevo irregular devido às grandes diferenças altimétricas. Ela constitui a Unidade Geomorfológica Serra Geral e se caracteriza por ser composta por terminais escarpados abruptos do Planalto dos Campos Gerais, desenvolvidos sobre rochas efusivas básicas. A borda leste dos Campos Gerais apresenta um relevo escarpado com desníveis acentuados de até 1000m, que corresponde à área conhecida como Aparados da Serra. Aqui, observamos a Floresta Ombrófila Densa,

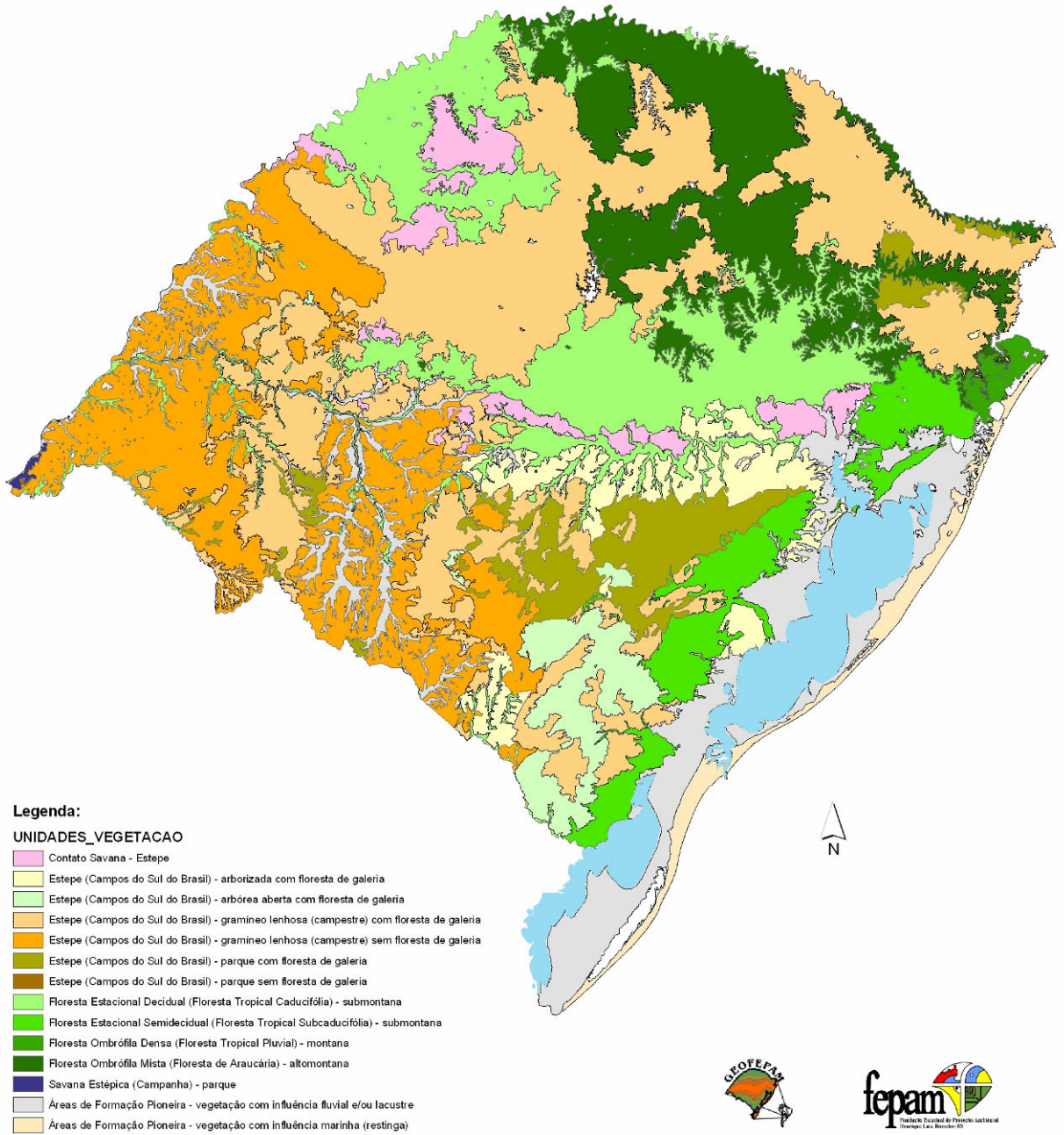
²⁰ Acesso em 01/03/2009).

que se caracteriza por se localizar em ambientes ombrófilos²¹, que estão relacionados aos elevados índices termo-pluviométricos da região litorânea. Essa vegetação apresenta três estratos definidos: no superior, encontramos espécies dominantes, como o tanheiro (*Alchornea triplinervia*), a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), o angico (*Parapiptadenia rígida*), entre outras. O estrato intermediário apresenta a ocorrência do palmito (*Euterpe edulis*), espécie ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul, e no estrato arbustivo são encontradas inúmeras espécies, como a samambaia preta (*Hemitelia setosa*) e o xaxim (*Dicksonia sellowiana*) (PROJETO BIODIVERSIDADE RS. Acesso em 01/03/2009).

²¹ Termo criado por Elleberg & Mueller-Dombois (1965/6), que substituiu o *Pluvial* (de origem latina) por *Ombrófila* (de origem grega). Ambos possuem o mesmo significado, “amigo das chuvas”. (PROJETO BIODIVERSIDADE RS. Acesso em 01/03/2009)



Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul - RADAM



Em São Francisco de Paula, a ocupação por grupos sociais²² iniciou com os índios Caaguaras ou Caáguas, Sujeitos que habitavam a região que compreende os Campos de Cima da Serra: uma parte de Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana (onde temos alguns fósseis) e grande parte de São Francisco de Paula. Os caaguaras revestiam uma parte de suas cabeças com uma mistura de cera e mel silvestre; por esse motivo, eram conhecidos também por Coroados. Bandeirantes e índios Caingangues (habitantes das matas da região de Caxias do Sul) foram em parte responsáveis pelo fato de os Coroados terem sido dizimados.

Os Caaguaras que não foram mortos acabaram sendo levados pelos Jesuítas para as Missões. Com as incursões bandeirantes para o Sul do Brasil, os Caaguaras também se tornaram presas fáceis para os paulistas de Sorocaba – que levaram esses índios como mão-de-obra escrava. Por volta de 1700, estavam praticamente dizimados pelos bandeirantes e/ou por doenças.

Com a expansão da mineração na zona das Gerais, no final do século dezoito, o Rio Grande do Sul passou a ser um dos maiores fornecedores de animais de tração, próprios para a atividade extrativa. Com isso, paulistas e lagunistas, entre outros, vieram para o Sul do Brasil com a intenção de buscar mulas para abastecer a zona mineradora. O caminho percorrido por essas tropas partia de Palmares do Sul, atravessava o atual Território de Santo Antônio da Patrulha, chegava ao planalto pelos Campos de Cima da Serra, e iam na direção de Lages, avançando até Sorocaba. O processo de ocupação dos Campos de Cima da Serra teve início a partir do trânsito desses tropeiros por esse caminho – o que levou a localidade a receber os primeiros sesmeiros²³. O capitão Pedro da Silva Chaves, um português estabelecido em Itu (SP), foi um dos sesmeiros pioneiros. A atual área urbana de São Francisco de Paula pertenceu, de 1742, a Francisco Pinto Bandeira, que a legalizou em 1752, com o nome de Fazenda da Cria, topônimo que ainda se conserva nos arredores da cidade. Conforme descreve o historiador e professor Ruy Ruben Ruschel, o fazendeiro deslocou-se cerca de dez quilômetros para leste, fixando-se nas cabeceiras do Arroio do Pinto (chamado dessa maneira em função do nome do fazendeiro), afluente superior esquerdo do Rio Santa

²² Dados da Prefeitura municipal de São Francisco de Paula e da obra “São Francisco de Paula. Nossa Terra. Nossa gente” (TEIXEIRA, 2002)

²³ Em Portugal *sesmeiro* era o nome dado ao funcionário real responsável pela distribuição de sesmarias, no Brasil, o sesmeiro era o titular da sesmaria.

Cruz. Foi então que o Capitão Pedro da Silva Chaves – um dos maiores latifundiários da região – lhe comprou a área em que hoje se situa a cidade.

Quando o Capitão Pedro da Silva Chaves, natural de Lisboa, doou uma pequena porção de suas terras, juntamente com algumas vacas, para serem patrimoniadas por uma capela – que ele próprio construiu – na qual o padre José da Silva Leal Lemos (seu filho), viria a ser o primeiro capelão – teve início a cidade de São Francisco de Paula. A cidade assim foi chamada por esse ser o nome do santo a que o Capitão Pedro da Silva Chaves, falecido em 1777, era devoto.

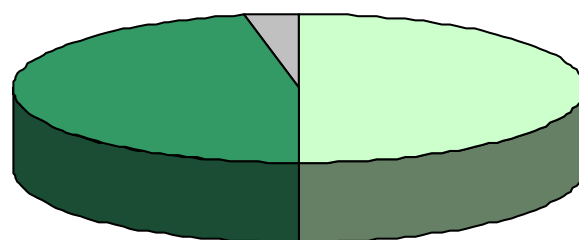
O Território que hoje corresponde ao Estado do Rio Grande do Sul em 1809 era chamado de Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e era dividido em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. O Território que hoje corresponde ao município de São Francisco de Paula pertencia a Santo Antônio da Patrulha, que era constituída da Vila de Santo Antônio da Patrulha (sede do Município das freguesias de Nossa Senhora da conceição do Arroio – hoje Osório – e Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria – hoje Vacaria) e do povoado de Cima da Serra (hoje São Francisco de Paula).

Em 1835, São Francisco de Paula tinha a denominação de Capela, desconhecendo-se a data de elevação a essa categoria. A capela de Cima da Serra foi elevada à categoria de Freguesia de Cima da Serra pela Lei Provincial n.º 266, de 30 de novembro de 1852. O Território continuou pertencendo a Santo Antônio da Patrulha. Pela Lei n.º 1.152, em 24 de maio de 1878, a capela de Cima da Serra passou à categoria de Vila, ficando com a denominação de São Francisco de Paula de Cima da Serra. O Município de São Francisco foi extinto pela Lei n.º 1.750, de 15 de março de 1889, anexando-o ao de Taquara do Mundo Novo (hoje Taquara). Entretanto, o Governo do Estado, pelo Ato n.º 26, em 06 de dezembro do mesmo ano, revogou a referida lei. Em 1º de setembro de 1892, devido ao Ato n.º 302, o município de São Francisco de Paula foi extinto novamente e anexado ao vizinho município de Taquara do Mundo Novo. O município de São Francisco de Paula de Cima da Serra foi restabelecido, definitivamente, pelo Decreto n.º 563, de 23 de dezembro de 1902. Foram questões econômicas que levaram o município a ter se emancipado e, depois, tornado a ser anexado a Taquara. São Francisco de Paula era bastante fraco em questões econômico-

financeiro. Isso em função da principal atividade a que se dedicava. Nessa época, São Marcos – que pertencia à São Francisco de Paula – decide se anexar a Caxias, com a justificativa de que São Francisco não atendia às necessidades de São Marcos (escolas, estradas, infraestrutura). Em 1920, vindo de Porto Alegre, Jonathas Abbott foi nomeado para a função de intendente do município de São Francisco de Paula. Segundo as fontes secundárias pesquisadas, foi a partir de então que o município começou a se estruturar administrativamente. Em 07 de janeiro de 1903, verificou-se a instalação administrativa do município. Intendente era o nome dado a quem ocupasse o cargo de primeiro mandatário do município. Essa denominação perdurou até a Revolução de 1930, passando, a partir de 1931, à denominação de prefeito. Atualmente, São Francisco de Paula é um dos maiores municípios do Rio Grande Sul, com quase 3.300 km² de área e com altitudes que variam de 900 a 1.000 metros acima do nível do mar.

Uma característica marcante do município diz respeito a fatores identitários da população. Segundo diversas fontes primárias e secundárias consultadas, é bastante presente, nos discursos sobre o município, a intenção de reforçar que a identidade de São Francisco de Paula pode ser reconhecida principalmente pelos costumes tradicionalistas, que estariam presentes no dia-a-dia da comunidade, na culinária, nos eventos e nas lidas campeiras – atrativos que interessam ao Turismo. Podemos evidenciar esse fato, por exemplo, analisando a característica dos eventos que constam na agenda municipal:

Caracterização dos eventos em São Francisco de Paula/RS 2008



- Ligados ao imaginário do campo
- Outros
- Ligados exclusivamente ao ecoturismo

Gráfico 1- Caracterização dos eventos em São Francisco de Paula.

Fonte: Prefeitura municipal de São Francisco de Paula, disponível em folder do Município.

Dos trinta e três eventos listados no site da Prefeitura municipal, dezessete estão ligados ao imaginário do campo, destacando rodeios, feiras gastronômicas, entre outros. Um evento está ligado exclusivamente ao Turismo Ecológico e ao de aventura (o ECOSERRA, que ocorre no mês de outubro), e os demais têm outras finalidades. Pensamos que essa caracterização nos ajuda a entender como a questão cultural está ligada ao espaço rural, às chamadas “lidas campeiras” e à tentativa de preservação ou resgate dos costumes do chamado “gaúcho serrano”.

Com relação às regionalizações a que pertence o município, segundo a Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – SETUR/RS (2008) –, São Francisco de Paula é integrante da região das Hortênsias, devido ao grande número dessa espécie asiática (*Hydrangea opulcides*), plantada junto às rodovias que interligam os municípios que pertencem a essa região (Canela, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula). Ao contrário do Pinus, essa é uma espécie exótica que parece ter maior relação com os elementos da paisagem, com os quais a população local se identifica. É possível observar na cidade algumas obras, como a foto 10, que retratam esses elementos. As hortênsias – flores pintadas junto à estrada – aparecem junto com Araucárias, outra espécie que parece ser importante para a significação da Paisagem na qual, aprendemos, os Sujeitos residentes parecem se orientar. A paisagem retratada nos traz elementos importantes para a cultura local, além de retratar, também, as marcas dos grupos sociais (BERQUE, 1998).



Foto 11 - Foto de quadro pintado por um artista local que retrata Hortênsias e Araucárias. Local: Restaurante em São Francisco de Paula. Fonte: foto da autora em 15/11/2008.

Durante o trabalho em campo, foi possível perceber que existem muitos fatores identitários que estão atrelados à Paisagem do município. Parece ocorrer um processo de construção de significados baseados em um conjunto de atributos culturais interrelacionados – não esquecendo que a Paisagem é, neste momento, entendida como marca e matriz da Cultura (BERQUE, 1998) – o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Mesmo o monocultivo de Pinus parecendo estar mais presente na paisagem do município do que as Hortênsias, essas prevalecem como um elemento de identidade do local. Os Pinus não aparecem retratados nos quadros pintados e pendurados nas paredes das casas e equipamentos turísticos. Pensamos que isso pode ser reflexo das múltiplas identidades que podem haver para um Sujeito ou até mesmo para um ator coletivo. Essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social (CASTELLS, 2001, p. 22). É o que podemos observar nas fotografias que seguem, as quais contêm elementos que parecem ser importantes para a compreensão dos elementos que são marca e matriz da cultura na paisagem:

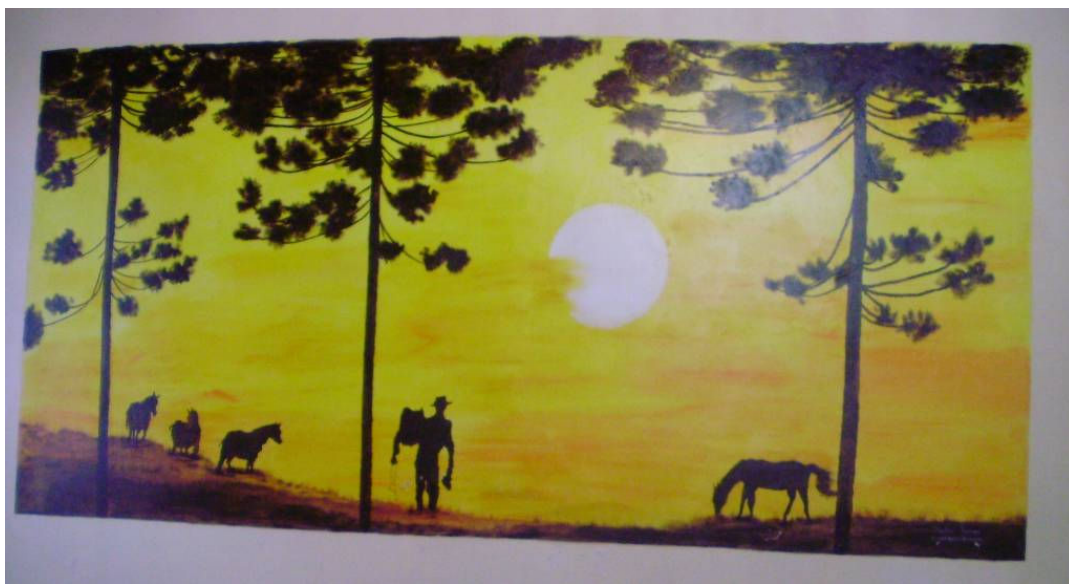


Foto 12 – Foto de quadro pintado por um artista local em hotel de São Francisco de Paula.
Fonte: foto da autora em 15/11/2008.



Foto 13 – Foto de quadro em hotel de São Francisco de Paula, pintado por um artista local
Fonte: foto da autora em 15/11/2008.

O município possui uma estrutura de hospedagem, gastronomia, lazer, compras e serviços em que a Paisagem e a cultura locais são importantes e comumente exaltados

através das mais diversas formas simbólicas. Desses equipamentos turísticos, grande parte não é e nem parece pretender ser de grande porte. Esse é um fator que nos parece ser contraditório. Ao reunir municípios com intenções tão díspares no que diz respeito ao público-alvo e às características do Turismo desenvolvido, a SETUR/RS pode não estar atendendo às necessidades específicas de São Francisco de Paula. Isso devido ao fato de que, novamente segundo diversas fontes primárias e secundárias consultadas, a administração municipal e parte dos investidores em Turismo parecem ter a intenção de valorizar fatores culturais e identitários que não necessariamente parecem ter o mesmo peso na exploração do Turismo nos demais municípios dessa região. Esses fatores (contraditórios) merecem uma análise crítica e atenciosa, na tentativa de elucidar alguns elementos que podem contribuir na busca do desenvolvimento local e regional.

4.DESENVOLVIMENTO: QUAL? PENSADO POR QUEM?

Este capítulo tem a preocupação de trazer as estratégias que parte dos Sujeitos residentes em São Francisco de Paula encontrou para buscar o desenvolvimento socioespacial. Para isso, o tema em desenvolvimento será considerado não a partir da monodimensionalidade²⁴ que por anos transitou entre estudos científicos e discursos políticos, que abordavam o desenvolvimento a partir, principalmente, da faceta econômica – como se o desenvolvimento econômico trouxesse automaticamente consigo melhoras em outras esferas da realidade, como a política e a social, por exemplo, o que já ficou por vezes provado que nem sempre acontece. Desenvolvimento será abordado a partir da perspectiva de que:

Crescimento e modernização, se não forem acompanhados por distribuição da riqueza socialmente produzida e atendimento de necessidades materiais e não-materiais elementares, não devem, por conseguinte, valer como indicadores de desenvolvimento em sentido estrito. O que implícita ou explicitamente está aí sendo colocado é a pertinência da substituição do conceito economicista de desenvolvimento das teorias da modernização por outro mais abrangente, *social*. (SOUZA, 1996, p. 7-8)

O autor ainda ressalta que não parece ser suficiente criticar as políticas de desenvolvimento e as ideias das teorias da modernização e do crescimento; “a concepção capitalista de desenvolvimento deve ser mais profundamente questionada” não somente porque “a experiência histórica dos países desenvolvidos não se deixam imitar massivamente [...] mas também porque os países ditos desenvolvidos merecem ter sua natureza modelar posta em dúvida – aliás, em vários sentidos” (*ibidem*).

Desse modo, São Francisco de Paula é o cenário (a parte) que escolhemos para, quem sabe, podermos mostrar como abordagens equivocadas e monodimensionais de desenvolvimento (que muitas vezes é tratado como sinônimo de crescimento econômico) ainda estão presentes nos discursos que (trans)formam o Espaço Geográfico (o todo) – como parece ser o caso do discurso que prega que a “silvicultura” ou o plantio de batatas,

como principais atividades econômicas são a solução o desenvolvimento do município. Porém, quando se fala nos retornos econômicos que essas atividades podem gerar, não são citadas as potenciais perdas, como os impactos ambientais – que podem trazer danos em longo prazo –, os impactos na cultura e em outras atividades, como o Turismo, que também pode sofrer essas consequências, mas que também, se praticado de forma desorganizada e intensiva, pode vir a causar impactos negativos – demonstrando a possível complementaridade e a contraditoriedade simultâneas das ações.

A seguir, veremos um trecho da entrevista realizada com o prefeito de São Francisco de Paula (2008), Décio Colla, em outubro de 2008, na qual o questionamos sobre o que a sua gestão priorizava na busca pelo desenvolvimento local:

Décio – Pra buscar o desenvolvimento?

[...] Vamos esquecer a palavra desenvolvimento... O que o ser humano quer? Tá. O que o ser humano precisa? Qual é a coisa mais importante pra um ser humano? [...] Segurança. Segurança significa ter um emprego e ter uma condição razoável de vida. É isso que importa pro indivíduo, né. O que nós queremos? Que o nosso povo tenha segurança, tenha capacidade de estudar, se formar, desenvolver a sua profissão, desenvolver os dons e as habilidades que eles têm; isso é que nós temos que fazer pra pessoa ser feliz naquilo que ela quer ser feliz. [...]. Então nós temos que cuidar da formação do nosso pessoal, pra ter chance de ter uma profissão boa, serem bons profissionais e fazerem sucesso, ponto. [...] O que significa desenvolvimento? Pra nós, hoje significa educar, educar, educar, educar. (Entrevista realizada em 11/2008)

Podemos perceber que, inicialmente, o Sujeito entrevistado destaca o que a população de São Francisco de Paula espera ter, para somente depois explicitar o que ele entende por desenvolvimento. Aqui, a dimensão política do Território aparece quando notamos um modo de controle do espaço que visa garantir a especificidade e a permanência, a reprodução dos Sujeitos residentes no município. A Educação foi o fator principal destacado. Na fala que segue, o prefeito procura esclarecer as estratégias para aumentar a arrecadação e dar maiores possibilidades de infraestrutura para o município também foram abordadas para tentar esclarecer quais as ações da sua gestão na busca por alcançar o que ele julga ser necessário para atender às demandas dos Sujeitos residentes em São Francisco de Paula.

Décio – Quais são as perspectivas que tem São Francisco pra sobreviver hoje? A nossa maior receita de ICM é uma usina que gera dez megawatts. Olha só, é a maior receita que nós temos. Estão sendo construídas mais quatro. Nos próximos três anos elas estão prontas [...]. Isso significa que nós vamos ter um aumento de receita, do ponto de vista do recolhimento do ICM, muito bom por causa disso. Tem mais três prováveis pontos de usina eólica, que também vão nos gerar rendimento e tem a possibilidade de uma termoelétrica pra ocupar essa sujeira do Pinus. Então praticamente nós teremos uma meia dúzia, aliás, umas oito usinas gerando dinheiro pra nós, muito dinheiro. [...] E tem outro detalhe também que distrito industrial do apanhador [...] aonde todas as grandes indústrias de Caxias vão querer vir, porque não tem mais lugar em Caxias, saturou Caxias e só tem um lugar pra eles escaparem, que é a Rota do Sol. (Entrevista realizada em 11/2008)

Nessa fala, o Sujeito entrevistado ressalta que, a partir do crescimento econômico, será possível oferecer uma infraestrutura melhor para os cerca de vinte mil habitantes de São Francisco de Paula. É possível percebermos, em suas palavras, um discurso desenvolvimentista. Porém, é interessante observarmos certa contraditoriedade no que diz respeito à preocupação com a questão ambiental. O entrevistado destaca que a usina Termoelétrica viria para ocupar a “sujeira” deixada pelo Pinus. Contudo, ele parece não considerar os impactos ambientais que uma termoelétrica pode causar. Do ponto de vista da poluição visual, considerando as dimensões do município, o impacto da termoelétrica abrangeria uma porção mais pontual do município, o que não ocorrem com relação aos monocultivos de Pinus que estão espalhados em diversas áreas. Assim, não observamos considerações sobre outras formas de impacto no meio ambiente, além das causadas pelos monocultivos. Podemos perceber isso também na fala que segue:

[...] vamos ter todas as grandes indústrias, elas vão estar ali. Isso vai nos dar um renda somada [...], daqui a uns 4, 5, 6 anos, em torno de cem milhões por ano. Hoje, a nossa receita é um quarto disso, né? Aí vocês vão ver o que é São Francisco, como ela vai ficar certinha, bonita, sabe, com todas aquelas infraestruturas que tu precisa prontas e funcionando [...]. Nós precisamos dar mais infra-estrutura, nós temos que ter uma escola técnica, nós temos que formar melhor nossos alunos, nós conseguimos trazer uma universidade pra cá, hoje nós já temos várias faculdades aí de graça à distância de excelente qualidade, né? [...]. Hoje nós já estamos construindo escolas, né? As nossas escolas municipais eram um lixo, lixo, hoje tudo tá informatizado, nós só não temos ainda computadores em algumas escolas porque não tem segurança pra deixar lá. [...] Trabalho pra fazer [...] esse tipo de atendimento, né, a formação do indivíduo. Desde a creche... A motricidade do bebê, os cuidados gerais, a nutrição, né? [...] É, chamar as empresas, só que elas vão ficar lá longe daqui. (Entrevista realizada em 11/2008)

Na fala do Sujeito entrevistado também nos parece evidente, novamente, a dimensão política do Território – com a intencionalidade de definir diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento territorial – que acaba interferindo também nas especificidades, na permanência e na reprodução dos Sujeitos residentes. Foi bastante destacada a importância da educação e os meios para começar a alavancar fundos para que esse desenvolvimento seja alcançado. A questão do novo polo industrial, que deve se localizar longe do centro urbano, foi pontuada em função da movimentação na economia do município. Porém, não foram citados os cuidados ambientais que devem ser tomados na tentativa de evitar ou diminuir possíveis impactos. O crescimento econômico esteve presente na fala do Sujeito entrevistado, assim como o investimento em educação para qualificar a mão-de-obra a ser empregada nas novas e nas atuais ações.

Com essa fala, também acreditamos ter exemplificado o que a atual gestão entende por desenvolvimento. Porém, neste momento, pensamos ser importante lembrar o princípio de que todo o conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito/cérebro numa cultura e num determinado tempo, e relacionarmos com o fato de que os Sujeitos partem de vivências diversas que refletem em seus posicionamentos frente às situações. Nosso posicionamento não nos permite concebermos o desenvolvimento desvinculado do meio ambiente, devido às condições da qualidade de vida. Já os possíveis impactos ambientais das ações previstas pela atual gestão municipal parecem ser (des)considerados (ou desconhecidos?) para a qualidade de vida dos Sujeitos residentes. Contudo, é importante lembrarmos que a dialógica nos permite assumir racionalmente a associação de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo. Apesar de serem contraditórias, as concepções de desenvolvimento não necessariamente se excluem. O crescimento e a modernização, se ocorrerem nas perspectivas destacadas pelo entrevistado, parece “propiciar um certo atendimento de necessidades materiais e não-materiais elementares” (SOUZA, 1996, p. 8), como a educação. Tentamos explicitar a complexidade que está envolvida nessa busca pelo desenvolvimento local, a partir da fala do prefeito, na figura que segue, em que a dialógica está presente.



Figura 2 - Esquema sobre palavras-chave observadas do prefeito para busca pelo desenvolvimento local.

Ao tratarmos de desenvolvimento, na figura pontuamos as palavras que nos parecem ter mais destaque na fala do prefeito: segurança, educação, crescimento econômico e qualidade de vida. Contudo, acreditamos ser importante questionarmos alguns pontos que nos parecem ser relevantes na busca pela compreensão – mesmo que provisória e baseada na nossa interpretação – do desenvolvimento da forma como entendemos e como aparece na entrevista.

A segurança, da forma como foi tratada, aparece como uma segurança econômica para os moradores. Isso está baseado na educação para a formação de mão-de-obra qualificada para trabalhar no (para) o município. O novo polo industrial aparece como um centro de absorção dessa mão-de-obra, mas que, com a receita que pode vir a gerar para o município, deve incrementar o orçamento municipal para que então esse possa alavancar a qualidade de vida da população. A qualidade de vida também aparece na fala do entrevistado quando esse coloca que o polo industrial deve se localizar longe da área urbana. Contudo, sabemos que o município de São Francisco de Paula possui uma grande extensão territorial, e que boa parte da população não é moradora necessariamente da área urbana. Com o polo industrial – que seria um o Território visto como fonte de recursos – uma maior parte da população será absorvida nos novos postos de trabalho. Mas entendemos que isso não necessariamente significa distribuição de renda – nem qualidade de vida. Essas são questões

que dependem das condições de trabalho e da remuneração por esse trabalho. Nesse caso, estaremos tratando de Território Econômico em que fica enfatizada a dimensão espacial das relações econômicas, o Território incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Sendo também um produto da divisão “territorial” do trabalho no município.

Com um novo polo industrial, provavelmente surgirão alguns impactos ambientais que pensamos não poder passar despercebidos nesta pesquisa – e acreditamos que também estão diretamente relacionados à qualidade de vida da população. Como serão tratados os dejetos dessas indústrias? A qualidade das águas? A qualidade do ar? A qualidade do solo? Essas não são questões que ambicionamos responder nesta pesquisa, mas que pensamos que devem ser problematizadas e não devem passar despercebidas.

4.1. OS SUJEITOS: AS AÇÕES SOBRE O TURISMO

Neste capítulo buscamos analisar a relação dos Sujeitos nos movimentos de interesse para esta pesquisa. Pensamos ser relevante lembrar que tratamos tanto dos Sujeitos enquanto responsáveis pelas ações destacadas quanto dos que estão Sujeitos a essas ações.

Na esfera estadual, pensamos que o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no RS, que foi aprovado pela resolução CONSEMA n.º 187/2008 em Porto Alegre, em 09 de abril de 2008, é um documento importante para discutirmos algumas das deliberações a respeito dos monocultivos arbóreos no Rio Grande do Sul e em São Francisco de Paula.

Este estudo foi feito a partir da setorização do território estadual em regiões naturais homogêneas, as chamadas Unidades de Paisagem Natural – UPNs – que foram definidas através de critérios que refletem características fisionômicas e paisagísticas originais e cuja definição não leva em consideração as transformações perpetradas na Paisagem pelo uso antrópico. Cabe ressaltar aqui que o entendimento do conceito de Paisagem utilizado neste trabalho diverge em alguns pontos do utilizado para a realização do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no RS. Neste trabalho, as transformações perpetradas na Paisagem pelo uso antrópico são consideradas nas demais referências à Paisagem, pois entendemos que Paisagem tem também um caráter social, já que também “é

formada por movimentos impostos pelos grupos sociais através de seu trabalho, trocas informacionais, culturas e emoções” (GASTAL; CASTROGIOVANNI, 2003, p. 46).

São Francisco de Paula é abrangido por quatro UPNs: PM6, PM11, PM12, PM15 e PM16. Na PM12, que abrange a maior parte do município, foram destacados os seguintes objetivos de conservação: Conservação das áreas remanescentes de campos nativos e banhados; Conservação da Paisagem e do potencial turístico dos Campos de Cima da Serra; Conservação das “zonas de contato” entre os ecossistemas campo, banhados e florestas; Manter corredores de contato com as demais UPN, especialmente dos rios Tainhas e Camisas; Manter os sistemas socioeconômicos tradicionais ligados à cultura do gaúcho; e Conservação das zonas de nascentes.

Para alcançar esses objetivos, foram identificadas algumas restrições para o uso do solo nesta UNP: deverão ser identificadas, demarcadas e protegidas as áreas de ocorrência de campo da Unidade em estágio médio e avançado de regeneração. Essas áreas não poderão ser convertidas em plantações florestais; deverão ser identificadas, demarcadas e consideradas as áreas de exclusão de plantações florestais os *habitats* característicos da espécie *Elachistocleis erythrogaster*; na zona de amortecimento dos parques Nacionais deverão ser respeitadas as regras estabelecidas pelo plano de manejo; na zona de amortecimento do Parque Estadual de Tainhas, deve ser considerada excludente de plantações florestais a área de 10 km de entorno, conforme Resolução CONAMA 13/90; na zona da APA, não serão admitidas plantações florestais até a conclusão e aprovação do Plano de Manejo da UC; deverão ser demarcadas e protegidas as áreas de proteção da avifauna, objeto da indicação da região como IBA – Área Importante para a Conservação das Aves; manter sem plantações florestais uma faixa mínima de 150m no entorno de ambientes de banhados, turfeiras; nas áreas com ocorrência de espécies ameaçadas de extinção como *Xolmis dominicanos* e *X. flavus*, que habitam banhados específicos (do tipo turfeiras) e porções de campo limpo adjacentes, deverá ser mantida uma faixa de proteção a ser definida através de estudos específicos; deverá ser mantida uma faixa de proteção ao longo dos afloramentos rochosos. Essa faixa deverá ser suficiente para evitar o sombreamento e garantir a conectividade desses ambientes; deverá ser mantida sem plantações florestais²⁵ uma faixa de 500m ao longo das rotas turísticas²⁶; não poderão ser implantadas barreiras no conjunto de estradas principais e vicinais nessa região, na qual a cultura da população e da visualização da Paisagem dos

²⁵ Mantivemos o termo “plantações florestais” pois assim consta na fonte consultada. Porém, ressaltamos que entendemos o mesmo como monocultivo arbóreo.

campos; deverá ser mantida uma faixa de proteção de 100m em torno dos sítios arqueológicos. Deverão ser marcados e respeitados os direitos das comunidades quilombolas (FEPAM, 2008); não serão admitidas plantações florestais em zonas de nascentes que deverão ser demarcadas em escala local; nas demais áreas, deverão ser utilizados os valores previstos na tabela 1:

| Módulo Fiscal (*) | Percentual (**) | Tamanho da Gleba (ha) | Área de efetivo plantio (ha) |
|-------------------|-----------------|-----------------------|------------------------------|
| Até 1 MF | 50 | 25 | 12 |
| De 1 a 5 MF | 45 | 125 | 56 |
| De 5 a 10 MF | 40 | 250 | 100 |
| De 10 a 20 MF | 30 | 500 | 150 |
| De 20 a 40 MF | 30 | 1000 | 300 |
| Acima de 40 MF | 30 | >1000 | >300 |

(*) Módulo Fiscal 25

(**) O percentual deverá ser calculado, excluídas a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente.

Tabela 1 - Quantificação do tamanho das áreas permitidas para monocultivos arbóreos nas propriedades situadas na PM 12.

Fonte: Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no RS, aprovado pela resolução CONSEMA N.º 187/2008

Para o plantio de espécies exóticas, deverão ser atendidos os seguintes condicionantes: a forma da área plantada deve ter a face orientada perpendicularmente à direção predominante dos ventos entre maio e junho (período de produção de sementes). Quanto à rotação máxima de 20 anos, poderá haver aumento do tempo de rotação caso não haja produção de sementes ou a implantação de medidas aprovadas para controle de invasão biológica; o controle das invasões biológicas nas áreas externas aos cultivos também deverá atender os critérios estabelecidos no documento Procedimentos e Critérios Técnicos para o Licenciamento Ambiental de Silvicultura (FEPAM, 2006).

Para essa UNP, foi dada a seguinte recomendação: estimular as atividades associadas a espécies nativas da região (erva mate, araucária, produção de mel, planta medicinais).

Nosso objetivo aqui não é analisar o documento em si. Vendo o exemplo da UNP que mais abrange o Território de São Francisco de Paula, pretendemos demonstrar, neste momento textual, as formas de atuação externas ao Território municipal – o que nos traz novamente à Auto-Eco-Oganização.

Por se tratar de um documento que gerou muitos conflitos de interesse, o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no RS, uma série de ações acabaram sendo desencadeadas, desde o início do mandato da atual governadora do estado, Yeda Rorato Crusius. Em substituição ao pessoal técnico capacitado, ocorreram novas nomeações de pessoas de confiança da governadora para chefias de órgãos ambientais estaduais; foram liberadas concessões de "autorização provisórias" para os monocultivos arbóreos, licenças ambientais definitivas, assim como acabou acontecendo a alteração da proposta original de Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no RS – organizada pelos técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental para atender aos interesses das indústrias papelarias e dos investidores em monocultivos arbóreos – segundo o que pudemos observar.

Uma das sugestões do Parecer da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos é estabelecer a Bacia Hidrográfica e a Unidade de Paisagem Natural como bases para a definição das diretrizes de uso para a atividade de Silvicultura no RS. As Unidades de Paisagem Natural devem ser consideradas prioritariamente no que se refere à proteção da flora e fauna, dos patrimônios cultural, arqueológico e paleontológico e no resguardo das terras dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. E que as Bacias Hidrográficas sejam consideradas quanto aos usos socioeconômicos e disponibilidade hídrica. Também foi sugerido inserir entre os princípios e critérios a promoção e criação de empregos e renda, nas regiões-alvo da expansão dos monocultivos arbóreos, melhoria da qualidade de vida dos gaúchos e priorizar o emprego e qualificação de mão-de-obra local.

Essas, entre outras modificações, parecem ser resultado de discordâncias entre diferentes Sujeitos e que, a princípio, sujeitam São Francisco de Paula a essas deliberações.

Pensamos ser também o Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Integrado – PDDAI do Município de São Francisco de Paula –, que data de quatorze de novembro de dois mil e seis, uma fonte interessante para tentarmos entender como são estabelecidas as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento territorial. Esse documento explicita as (deliber)ações que os Sujeitos responsáveis pela gestão do Território do município, em um dado momento, pensaram ser adequadas para atender a determinados interesses da (re)organização municipal. As deliberações desses Sujeitos influenciam na vida e nas atividades de outros Sujeitos que participam de outras maneiras da organização daquele Território e que estão Sujeitos a essas deliberações. Contudo, cabe destacar que não pensamos serem essas relações tão lineares a ponto de que todas as questões previstas no PDDAI sejam realizadas conforme o previsto. Isso porque a complexidade das relações não está restrita a

normas rígidas, já que se tratam de relações entre *ser* Sujeito ativo e *estar* Sujeito às relações que resultam no/do Espaço Geográfico.

No Art. 4º do Título 1 – Dos objetivos e princípios fundamentais – inciso I, é destacado que uma das funções sociais do Território de São Francisco de Paula é a oferta de condições adequadas para a realização das atividades voltadas para o desenvolvimento socioeconômico, *especialmente ao Turismo*²⁷.

Acreditamos ser relevante destacar a importância que é dada ao Turismo pelos Sujeitos responsáveis pela gestão municipal – principalmente quando esses destacam, no primeiro inciso de um artigo de lei que trata das funções sociais do Território, a importância de ofertar condições adequadas, especialmente ao Turismo, apostando nesse para promover o desenvolvimento socioeconômico. Se continuarmos a observar o Art. 4º, vamos perceber que essa é uma função do Território²⁸ que aparece antes mesmo de ofertar condições dignas de moradias para os habitantes: atender a demanda de serviços públicos e comunitários da população que habita e/ou atua no município; preservar e recuperar o meio ambiente; e, por fim, preservar a memória histórica e cultural.

O Turismo também merece destaque no capítulo dois – da Promoção econômica. No primeiro artigo desse capítulo (Art. 11), é definido que a Política Municipal para o Desenvolvimento Socioeconômico deve promover e aumentar o emprego e renda, assim como o acesso da população a essas oportunidades, através do estímulo a atividades compatíveis com as potencialidades socioeconômicas do município, *especialmente o Turismo*²⁹ e sua inserção regional, principalmente através de atividades que: complementem as cadeias produtivas locais e regionais; gerem maior número de empregos; respeitem a legislação ambiental e promovam a reciclagem de resíduos, de forma a minimizar os impactos; contribuam para o desenvolvimento técnico e social, promovendo a absorção da mão-de-obra residente no município; e ampliem as possibilidades de organização de novos negócios e empresas através de cooperativas de trabalhadores.

²⁷ Grifo nosso.

²⁸ No PDDAI o conceito de Território foi adotado como sendo o espaço físico de domínio do Município constituído pelos elementos de estruturação que o compõe, sendo estes o patrimônio natural; o sistema de circulação; as atividades de produção econômica; o sistema de relações sócio-culturais; os elementos físico-espaciais; os sistemas de planejamento e gestão setoriais integrados; e os programas de desenvolvimento territorial, ambiental, econômico e social.

Contudo, pensamos ser necessário destacar que, para a realização desta pesquisa, utilizamos a conceituação de Território explicitada anteriormente, para estabelecermos as devidas relações entre as (rel)ações resultantes em um Território e as demais categorias de análise.

²⁹ Grifo nosso.

A partir dessas colocações, pensamos que o Turismo, da forma como vem sendo praticado no município, parece estar atendendo aos incisos desse artigo. Pelo fato de ter uma proposta diferenciada dos demais municípios do entorno que participam da Região das Hortênsias, e de não ser um Turismo que tenha a pretensão de grandes contingentes, não nos parece ser algo que acabe mercantilizando o espaço de forma a torná-lo um simulacro, da mesma forma como não parece estar causando graves impactos ambientais. Por parte dos Sujeitos residentes entrevistados, o Turismo é uma atividade vista com bons olhos. Os Sujeitos residentes, mesmo a parte que não está envolvida na atividade, parecem reconhecer no Turismo uma atividade promissora, que pode auxiliar na busca pelo desenvolvimento local. Isso fica claro na fala de uma entrevistada (M1), ao ser questionada sobre a sua opinião a respeito do Turismo em São Francisco de Paula:

[...] eu acho que ele á bom, ele é bom, porque não é um Turismo que tá destruindo a natureza, eles não tão... Eles não tão degradando nada, não tem destruição. Vale a pena. E a cidade tem que ganhar dinheiro dessa forma, usando o que tem, porque tu vê, não tem empresa, não tem fábrica, né? Então tem que usar a natureza, mas a seu favor e não contra, né? Não destruindo, né? Tem que trabalhar os dois juntos, aliando-se, e aí vai bem, vai tudo bem. Porque olha quanto campos lindos aí, quantos hotel maravilhoso a gente tem. O lago São Bernardo, tão lindo, quantas cachoeiras aí. Então tem que usar isso a favor, né? Tem que fazer crescer. (Entrevista com Sujeito residente em São Francisco de Paula, realizada em outubro de 2008)

Ainda sobre o Plano Diretor, no inciso dois do Art. 12 – “Para que a Política Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico atinja seus objetivos” –, é posto, no item “c”, que o Poder Executivo poderá promover gestões e/ou parcerias com entidades e organizações federais, estaduais e municipais, escolas técnicas, universidades e empresas visando a capacitação profissional, *especialmente voltada para o Turismo*³⁰. Algumas dessas parcerias já existem. Um exemplo é a parceria entre o curso de graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER –, que ocorre na modalidade de Ensino à Distância. O curso se originou no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e atua sistematicamente no ensino, pesquisa e extensão. Com essa atuação, foi percebida a necessidade de formação de tecnólogos que estejam capacitados a compreender e atuar nas questões locais e regionais como Sujeitos participantes no desenvolvimento rural.

³⁰

Grifo nosso

Esse curso surge quando o MEC, buscando interiorizar a oferta de cursos superiores e fomentar o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio da Secretaria de Ensino à Distância, aprova a proposta do PLAGEDER, com 610 vagas distribuídas em 12 polos que ficam em doze municípios do Rio Grande do Sul – sendo um deles São Francisco de Paula.

O curso visa oferecer uma formação em nível superior e busca capacitar profissionais críticos para atuarem em questões relacionadas ao desenvolvimento, planejamento e gestão rural, focando nas questões regionais de cada polo. Com isso, parece permitir por parte desses Sujeitos uma maior atuação na formulação e no assessoramento das políticas públicas e nas questões ambientais. O curso está estruturado de forma que os componentes curriculares são direcionados para a elaboração e de projetos, estágios e monografia, nos quais os alunos são instruídos a buscar entender a realidade local da sua região. Outras instituições que contribuem com o projeto Universidade Aberta do Brasil – CAEDSFP – são: UFPEL, UFSC e UFSM. Contudo, todos os Sujeitos moradores entrevistados parecem concordar que os incentivos ainda são insuficientes, especialmente os voltados para o Turismo.

Podemos exemplificar com os seguintes trechos de entrevistas que segue:

Carla – E existe algum fator limitante para o desenvolvimento do Turismo, para o crescimento dessa atividade aqui em São Francisco de Paula, ou não?

PI - Ah, sim, a falta de eventos, né? Pra nós é falta de eventos, principalmente assim. Se desse mais eventos, qualquer evento pequenininho que seja já traz gente.

Carla – Mas e nos últimos tempos teve um investimento maior da Secretaria de Turismo, ou não?

PI - Acho que até teve, acho que nos últimos... Agora na... Nessa época que o Colla ficou teve assim, hã, a gente teve um secretário de Turismo, a época que foi atrás e tal, mas falta muito, né? Eles fizeram alguma coisa, mas muito pouco, né? Até porque a cidade tem arrecadação baixa, né? Não tem, não dá pra fazer muito. Então, assim, teria que ter... Continuar, mais investimentos, principalmente na área de eventos. Divulgação da cidade, né! (Entrevista com proprietária de hotel em São Francisco de Paula – outubro de 2008).

Na fala do Sujeito entrevistado, a falta de eventos que promovam e que sejam promovidos pelo município aparece como limitante para o aumento das atividades turísticas locais. Contudo, houve o reconhecimento de que atualmente existiu um maior interesse por parte dos gestores municipais para o incentivo do Turismo. Porém, ela reconhece que a arrecadação pode ser um entrave para maiores investimentos. Quando perguntada se o

Turismo tem se mostrado presente nas dinâmicas locais, a entrevistada relata que em 2008 “Podia ser melhor, esse ano tá meio devagar”. E diz:

[...] acho que São Francisco é meio deixada de lado, né, nesse ponto do Turismo. Se colocar a ajuda da secretaria de Turismo, da prefeitura, acho que eles poderiam dar mais uma ajuda. [...] Eu conheço bastante gente, pessoal que vem aqui e diz que o nosso artesanato é muito mais bonito que o de Gramado e de outros lugares, até porque a gente trabalha com o artesanato mesmo, a gente não trabalha em série, a gente não produz assim um produto artificial. [...] A gente tem um público muito grande de São Paulo, de Brasília, do Rio, os cariocas também tão começando a vir aqui pro sul [...]. Só que a gente não tem tanto apoio. Eu não digo assim, a pessoa vem direto oferecer dinheiro. Não, não, apoio que eu digo é o seguinte: mais propaganda pra cidade, né? Mostrar as coisas lindas que a cidade tem, porque São Francisco é bonita, é muito bonita, basta ser explorada, ser bem explorada, né. (Entrevista com Sujeito residente e artesã de São Francisco de Paula - outubro de 2008)

Na fala dessa entrevistada, notamos que a prefeitura e a Secretaria de Turismo poderiam ser mais atuantes no sentido de oferecer maior apoio para pessoas envolvidas, assim como uma melhor divulgação do município. A percepção das relações de poder que existem na concepção do Território se faz presente nas falas das entrevistadas. Parte da responsabilidade da situação do Turismo local é atribuída à gestão municipal, seja com relação à divulgação a outros incentivos para essa atividade.

Carla – E com relação ao Turismo aqui no município, vocês pensam que ele é importante pro município, ou não?

E1 - É importante, minha querida, é importantíssimo!

E2 - É importantíssimo, é uma pena que a gente ainda tá engatinhando, né? Se tu pensar em termos de Canela e Gramado, São Francisco é bem mais velho, né? Nós estamos engatinhando! (Entrevista com Sujeitos residentes em São Francisco de Paula – outubro de 2008)

Dessa forma, segundo os Sujeitos entrevistados, a falta de eventos e de divulgação é o principal entrave para o crescimento da atividade turística no município. Pensamos estar evidente na fala dos Sujeitos entrevistados o reconhecimento e a importância e do potencial do município para o Turismo. Todos concordam que o Turismo em São Francisco de Paula poderia ser mais bem trabalhado, com maiores investimentos em divulgação do seu potencial turístico. Sujeitos que fazem parte e atuam em diversas dinâmicas do município reconhecem no Turismo um potencial, mas reconhecem também algumas limitações para o desenvolvimento dessa atividade. Enquanto Sujeito atuante diretamente

nesta atividade, *PI* reconhece que está sujeita a questões que estão além de sua capacidade de (atu)ação no que diz respeito aos fatores limitantes para o crescimento do Turismo local.

Contudo, contraditória e complementarmente, acreditamos neste momento que, ao analisarmos a fala do prefeito municipal, do secretário de Turismo e também analisando o Plano Diretor Municipal, parece que a preocupação dos gestores municipais está atenta para o Turismo, e que existe o reconhecimento dessa atividade como um potencial municipal. Assim, o que nos parece contraditório é o relato da preocupação com relação ao reconhecimento da população sobre esse potencial, pois quando questionado sobre a importância do Turismo para o município, Décio destaca:

Décio – Ele, ele... Em termos de rendimentos. No sonho dos administradores é muito importante, no sonho dos hoteleiros é importante e no sonho dos donos de restaurante é importante, tá. Por resto da população ainda eles não se deram conta desse potencial, tá. Mas é um potencial ainda muito grande, tá, pra ti atrair pessoas, né, hã, e tem, tem muita chance, nós temos que descobrir assim o caminho da comercialização, nós temos que formatar melhor os nossos produtos pra atrair mais pessoas. (Entrevista realizada com o prefeito em outubro de 2008).

Parece-nos também que, além da atenção especial, os investimentos estão sendo feitos. Contudo, a prefeitura esbarra no orçamento municipal, que neste momento não é suficiente para se investir da forma desejada.

A foto a seguir mostra um investimento importante para o Turismo no município, que procura demonstrar que essa não é uma preocupação tão atual: o Centro de Informações Turísticas do município (também conhecida como a “casa do turista”), que atende aos turistas que chegam diariamente em São Francisco de Paula. A casa foi implantada desde 1992 com esse objetivo, e lá é feita a divulgação dos atrativos turísticos da região, das rotas turísticas³¹ a que o município pertence, do equipamento turístico de que o município dispõe, e dos atrativos turísticos de uma forma geral. Dessa forma, o Turismo parece ser uma atividade que por alguns anos está recebendo uma determinada atenção. Na própria casa e no seu interior podemos observar elementos destacados como importantes símbolos da cultura e da paisagem local, como quadros, ferramentas e instrumentos, música, e elementos lúdicos.

³¹ Ver anexo 1.



Foto 14 - Centro de Informações Turísticas do município de São Francisco de Paula / RS.

Fonte: foto da autora em 15/11/2008.



Foto 15 – Ferramentas, instrumentos, e elementos lúdicos destacados como importantes símbolos da cultura e a paisagem local, no Centro de Informações Turísticas do município de São Francisco de Paula / RS.

Fonte: foto da autora em 15/11/2008.

O atendimento na Casa do Turista pode evidenciar que a atenção ao Turismo continua sendo prestada, pela quantidade de informações, mapas, e trabalhos com o Turismo e com os turistas que são desenvolvidos lá. Através da distribuição de fôlderes, é feita a divulgação do município contendo os nomes e endereços dos hotéis, pousadas, campings, locais que oferecem passeios a cavalo, pesca esportiva, esportes e aventura, venda de produtos coloniais, restaurantes, bares, cafeterias, lancherias, malharias e artesanatos cadastrados. Oferece também mapas da cidade, do município e da região, que fazem também referência a questões culturais locais.



Foto 16 - Capa do Folder Turístico do município.

Fonte: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio. 2008

Pensamos que os diferentes posicionamentos com relação à atenção dada ao Turismo é resultado da complexidade das relações entre os diferentes Sujeitos e as relações de poder existentes em um mesmo Território.

Décio – [...] Só que as pessoas daqui, na real, na real, se nós vamos fazer uma pesquisa perguntando qual é a importância do Turismo, não vai passar de 5% na cabeça deles que o Turismo é importante, né? Então isso é sempre um sonho dos administradores a parti de 1989. Até então, até 1988, aqui a questão do Turismo era tratada assim: “deixa esses caras pra não vim nos tirar o sossego”. E eu me lembro que naquela época a gente fazia pergunta, nós fizemos pesquisas, pra saber qual era a importância do Turismo e só 2% das pessoas falaram do Turismo, 2% das pessoas.” (entrevista com o Prefeito Décio Colla – outubro de 2008)

Os Sujeitos residentes e Sujeitos investidores locais reconhecem o potencial do Turismo e a necessidade de atenção que julgam que esse merece – porém, acreditam que existe o limitante da falta de investimento nesse por parte dos gestores municipais. Contudo, contraditoriamente, os gestores municipais destacam a falta de reconhecimento por parte da população com relação ao Turismo, ressaltando a falta da “cultura do Turismo”³². A instalação de uma Casa do Turista e de equipamentos que começam a fazer com que o Turismo se mostre presente na Paisagem possivelmente fará com que essa seja uma atividade que começará (se é que já não começou) a se fazer presente no dia-a-dia dos Sujeitos residentes, e, por sua vez, na cultura – uma vez que a Paisagem se configura como sendo uma das “matrizes da cultura” (BERQUE, 1998). Segundo entrevistas com parte dos Sujeitos residentes, esse reconhecimento do Turismo já existe. Pensamos que isso possa ser resultado dessas marcas na Paisagem, que se transformam em um fator de identidade dos grupos sociais que se constitui historicamente (BERQUE, 1998). Cabe questionarmos até que ponto essa “cultura do Turismo”, ressaltada pelo prefeito, pode trazer contribuições. É importante que se tenha discernimento para reconhecer até que ponto esse pode ser um fator positivo para os Sujeitos residentes, ajudando então no desenvolvimento local, e não somente no crescimento econômico de apenas uma parcela de Sujeitos, criando ou acirrando desigualdades sociais.

³² Entendemos por “Cultura do Turismo” o maior envolvimento e aceitação da população com essa atividade. Pequenas ações, como manter suas casas pintadas e os pátios bonitos e organizados, segundo os gestores, representariam uma melhoria da imagem da cidade – assim como a maior receptividade por parte dos comerciantes locais.

4.2. POR QUE OS MONOCULTIVOS ARBÓREOS?

A partir de observações empíricas durante viagens a lazer e em trabalhos de campo realizados no período da graduação, constatamos que, em São Francisco de Paula, houve um aumento significativo das áreas destinadas aos monocultivos arbóreos.

Segundo o Diagnóstico socioeconômico e ambiental do Parque Estadual do Tainhas/RS (VERDUM et. al., p. 41, 2007), no ano de 1996, o município apresentou um crescimento na produção de madeira em metros cúbicos, sendo registrado um aumento de 89.500 para 287.471, para produção de madeira em tora, e de 71.000 para 286.471 para madeira em toras para outras finalidades. A produção sofreu pequena queda nos anos seguintes, mantendo-se estável até 2004³³.

Segundo o diagnóstico, é importante lembrar que, em função de estímulos estatais, o setor moveleiro teve acentuado crescimento durante os governos Britto e Dutra³⁴. Além desses fatores, a expansão dos monocultivos arbóreos pode estar associada às áreas de declínio econômico em regiões nas quais os níveis de renda da terra sejam baixos – como é o caso da pecuária. A plantação intensiva de Pinus parece ter se expandido sobre os Campos de Cima da Serra de forma mais acentuada nos últimos anos, possivelmente em função dos baixos preços das propriedades e da ausência de restrições da legislação ambiental (VERDUM et. al., p. 41, 2007) até aquele momento.

Contudo, pensamos que existe um fator simbólico que pode estar relacionado a uma antiga prática comum no município: o corte de Araucárias. Esse propiciou, durante anos, a presença de madeiras que, com a proibição da extração de árvores nativas em 1992³⁵, levou a um aumento significativo nas áreas ocupadas pelo plantio dessa espécie exótica para fins industriais. Ao entrevistarmos um proprietário de estabelecimento rural no qual se pratica a plantação intensiva de Pinus, podemos perceber que uma de suas motivações para investir no plantio de Pinus em São Francisco de Paula, além de o preço das terras ser menor se comparado aos de Caxias do Sul (seu município de origem), foi o fato de que a atividade

³³ Informações organizadas a partir dos disponíveis em <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela> . Acesso em 15 de outubro 2006 e março de 2007.

³⁴ Antônio Britto governador do Rio Grande do Sul pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) de 1994 até 1998, quando tentou a reeleição, mas foi derrotado por Olívio Dutra, do PT (Partido dos Trabalhadores). Olívio Dutra foi governador do Rio Grande do Sul de 1999 até 2003.

³⁵ Em 1992 a UNESCO declarou os remanescentes de Mata Atlântica como Reservas da Biosfera (RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, 2002, p. 27)

madeira ter sido a o ramo no qual ele atua há anos – ou seja: é uma questão cultural, uma vez que a cultura aqui está sendo constantemente reproduzida em suas ações:

Carla – E quando o Sr. começou a plantar Pinus aqui, já tinha trabalhado com isso antes, ou não?

Proprietário – não eu já tinha plantado uma arezinha lá em Ana Reque, inclusive ainda ta plantado ainda tem lá, mais arapuca, chega àquela vontade de plantar mais um pouco. Mas aí a gente resolveu a sair fora de Caxias pra poder então plantar numa propriedade maior e estamos aí.

Carla – E o Sr. que começou com essa atividade na família trabalhar com madeira?

Proprietário – eu sempre me criei nesse tipo de coisa com madeira, serralheria essa coisas.

[...]

Carla - E aqui em SFP o Sr. encontrou boas condições pra o plantio de pinus?

Proprietário – Sim muito boas porque lá perto de Caxias não tem condições para esse tipo porque as terras são muito caras. E aqui então facilito o preço da terra e tal mais barata. Então foi o jeito que a gente conseguiu comprar uma propriedade pro plantio de elliotti e macieira. (Entrevista com proprietário de estabelecimento rural destinado aos monocultivos arbóreos)

Na entrevista que segue, percebe-se que a produção de madeira está presente nas práticas familiares há algumas gerações. A propriedade em questão pertence à família do Sujeito entrevistado há cerca de duzentos anos. Nesse caso, acreditamos que a questão cultural é importante para entendermos a opção por essa prática. Cultura está relacionada à consciência: “A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são não-reflexivas, rotineiras da vida cotidiana” (COSGROVE, 1998, p. 101). A opção por continuar produzindo madeira pode ser um reflexo dessas ações muitas vezes não-reflexivas, rotineiras da vida cotidiana, já que por anos essa atividade faz parte das práticas econômicas da família.

Durante a entrevista estavam presentes o dono da propriedade – um senhor de cerca de setenta anos –, seus dois filhos – ambos engenheiros florestais –, sua esposa e um proprietário de estabelecimento rural destinado ao Turismo, que colaborou para conseguirmos contato com alguns Sujeitos entrevistados. Segundo o Sujeito entrevistado, ele nasceu nas proximidades da propriedade, que está há cerca de duzentos anos com sua família

[...] é mais de duzentos anos, então são quatro gerações e cada uma durou cinquenta, eu já estou nos setenta meu pai quase oitenta, meu pai durou

setenta e poucos este meu avô ali morreu com uns oitenta, esse deve ter durado muito pouco também. [...]

Carla – Quais atividades vocês desenvolvem nas suas propriedades?

J. – agropecuária agricultura e silvicultura.

Carla – e na agricultura o que?

J. – plantio de milho

Carla – e a quando começou a plantação de Pinus?

J. – dois anos

A - Na verdade, os nossos antepassados já praticavam a silvicultura há muito mais tempo com o manejo das araucárias, que são os pinheiros nativos, hoje a gente pratica plantio. (Entrevista com proprietários de estabelecimento rural onde se pratica a plantação intensiva de Pinus)

Quando questionado sobre os motivos que os levaram a investir na plantação de Pinus, eles alegaram a diversificação da produção. Essa fala nos remete ao que já foi comentado pelo técnico agrícola do município, que defendeu que se as propriedades destinassem parte de seu território (algo em torno de 10%) para o monocultivo arbóreo. Essa área seria, então, uma espécie de poupança, um seguro. Assim, evitaria que extensas áreas dos produtores locais fossem plantadas se arrendadas para empresas e empreendedores.

Carla - E o que levou vocês a investirem na plantação de Pinus aqui?

A. - Tem também a questão da diversificação da propriedade como se fosse uma poupança muitas vezes, fazer investimentos para uma colheita futura

Carla – e vocês tiveram algum tipo de incentivo? Da onde surgiu a ideia?

A. - Não, bem pelo contrário só desincentivo, bastante dificuldade, (8:38)

Carla – e tu tens uma estimativa do tamanho da área plantada só pra ter uma ideia?

Antônio – Vinte hectares

Carla – Vinte hectares e a plantação têm dois anos?

A – Isso.

Carla – E vocês pretendem aumentar a área de plantação?

A. - Não sei por enquanto não a não ser que surja algum incentivo e tal aí pode ser que pode vir aumentar. (Entrevista com proprietários de estabelecimento rural onde se pratica a plantação intensiva de pinus)

Segundo relatos de Sujeitos moradores do município, foi a partir da Floresta Nacional do IBAMA (FLONA), localizada no município, que espécies de *Pinus. sp.* passaram a ser distribuídas para os interessados em plantá-las. Isso fica evidente na fala de um condutor de Turismo local:

A indústria moveleira já é culturalmente daqui da região. Quando “acabaram” com a Araucária³⁶, o IBAMA introduziu o Ellioti, aqui na região para tentar manter os empregos e o serviço das madeireiras da região. Hoje, no município, infelizmente as madeireiras estão quase todas fechadas, já esteve bem mais forte do que está hoje. As pessoas estão cortando as toras daqui e estão levando para fora para serrar. Estão levando a celulose, não está ficando no município. Então, qual é a riqueza que está ficando? (Entrevista com condutor de Turismo de São Francisco de Paula em novembro de 2007)

Outro fator que nos pareceu ser importante neste momento para compreendermos o aumento significativo nos últimos anos das áreas destinadas a esse monocultivo foi a proibição da queima de campo e a aplicação de multas pesadas para quem a praticar. Isso também foi possível constatar na fala de alguns entrevistados:

De uns cinco anos pra cá, proibiram a queima de campo, e começaram a plantar Ellioti, por isso tem muitas plantações novas.?(Entrevista com condutor de Turismo de São Francisco de Paula em novembro de 2007)

A sapeca, a sapeca³⁷ não é uma coisa ruim se feita todos os anos só pra tirar a parte queimada dos campos, né. Hã, é o jeito que tu tem e manter o campo limpo, pra criação de gado a sapeca é a melhor coisa. Nós temos que fazer uma diferença, queimada é uma coisa e a sapeca é outra coisa, a queimada te dá aquela ideia de como se as pessoas tivessem queimando uma floresta ou coisa parecida, mas a sapeca não, a sapeca é um fogo tão rápido, sabe, que ela não afeta nada [...] Porque a sapeca anual, né, é uma sapeca pequena, agora se tu deixa 4, 5 anos e depois vai queimar; meu Deus do céu! Ai dá um fogaréu, né? [...] Exatamente a proibição da sapeca nos atiraram pro lado da silvicultura. (Entrevista com o Prefeito Décio Colla em outubro de 2008)

Analisado as falas dos Sujeitos entrevistados, podemos ver que elas convergem quanto às explicações para a aparente intensificação do plantio de Pinus. A causa citada é a proibição da queima de campo e a aplicação de multas pesadas para quem as praticasse. Na entrevista que segue também percebemos isso, segundo os relatos do Sujeito entrevistado:

³⁶ Também conhecida como Pinheiro-do-Paraná, de nome científico *Araucária angustifolia*. A Floresta com Araucária ocupava uma área de cerca de 200 mil quilômetros quadrados, e se estendia por parte do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de serem encontradas também em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As Araucárias sofreram e sofrem intensa pressão por atividades agropecuárias, extração de madeira, crescimento urbano, etc.

[...] eu sou nato daqui, venho de família que não teve grandes terras, mas teve umas chacinhas pra fora. E teve um vizinho lá que tem 500 ha. de campo. Eu já plantei Pinus, e quando eu comecei a plantar, ele me disse: “Bah! Tu é louco em estragar o campo. Deus me livre! Eu não faço isso nunca! O dia em que eu fizer isso tu pode me mandar prender que eu não to bem!” Os caras, um que eu conheci, levou uma multa de 20 e poucos mil por uma sapecada de campo. Por que ele tem que queimar! Tem banhado, pedra, não tem como roçar. E um cara com 500 ha, um trator não para de roçar nunca! E daí ele levou uma multa, se desgostou, dividiu a fazenda no meio e entregou para uma empresa dessas, 250 há. Pra plantar Pinus. Esses dias eu ataquei ele e perguntei! E aí! Como é q é..? daí ele disse: “Bah! Essas leis, não da p fazer nada, a gente não é mais dono do que tem.. tive que fazer isso contra a minha vontade, mas fiz. (Entrevista com técnico agrícola do município em novembro de 2007)

Segundo a interpretação dos fatos pelo Sujeito entrevistado, seu vizinho decidiu arrendar parte das terras que possui devido a uma multa que recebeu por ter praticado a sapecada. Para o sujeito entrevistado, pareceu algo paradoxal, pois o mesmo vizinho, antes do ocorrido, o havia questionado sobre o fato de ele plantar Pinus em suas terras. Mesmo parecendo contraditória sua atitude, diante da situação exposta, é possível conceber dialogicamente suas ações nos diferentes momentos, sem que elas se excluam. Isso pelo fato de que parece não ter sido uma ação que contradissesse necessariamente sua fala. É preciso considerar as emergências para tentar entender o todo. A multa parece ter sido um fator crucial, que o levou a arrendar parte de sua propriedade, o que não o faria caso não tivesse assumido tal dívida. Diante dos fatos narrados, o Sujeito entrevistado declara que, para evitar esse tipo de situação, acredita que o plantio de Pinus deveria ser incentivado de forma controlada, como observamos a seguir:

Acho que tinha que incentivar as propriedades a plantar, todas elas, dentro da sua área livre, 10% de Pinus em morros de pedra, naquelas áreas que não dá pra fazer nada. Porque ai ele não vai precisar vender no dia em que ele estiver apertado, o dia que ele quiser fazer uma viagem, o dia que der um problema de saúde, sabe? É uma aposentadoria. Ai o problema, como eu disse esse de 500ha, que não plantava por nada. Se ele tivesse plantado 50 há, hoje ele não estaria vendendo 100, 150 para outros, que foram lá e plantaram [...]. A legislação está apertando muito o pecuarista que faz a “sapecada”. Qualquer multa por hectare é dois, três mil que eles estão cobrando. E quem leva uma multa vai desgostando, desgostando. O pessoal tem áreas grandes aqui, nós temos muitos fazendeiros aqui de 500 ha., de 200 ha. (Entrevista com técnico agrícola do município em novembro de 2007)

A proibição da sapecada, além de, segundo eles, dificultar o uso do solo para a pecuária, faz com que as multas aplicadas acabem levando alguns proprietários a venderem suas terras ou as arrendarem para conseguir pagar sua dívida. Também vendem ou arrendam na falta de expectativa sobre como alcançar um bom rendimento a partir do uso do solo na sua propriedade.

Contudo, achamos necessário destacar a complexidade envolvida na explicação da aparente intensificação da produção de madeira em função da proibição da sapecada, a qual pode ser expressa pela seguinte figura:

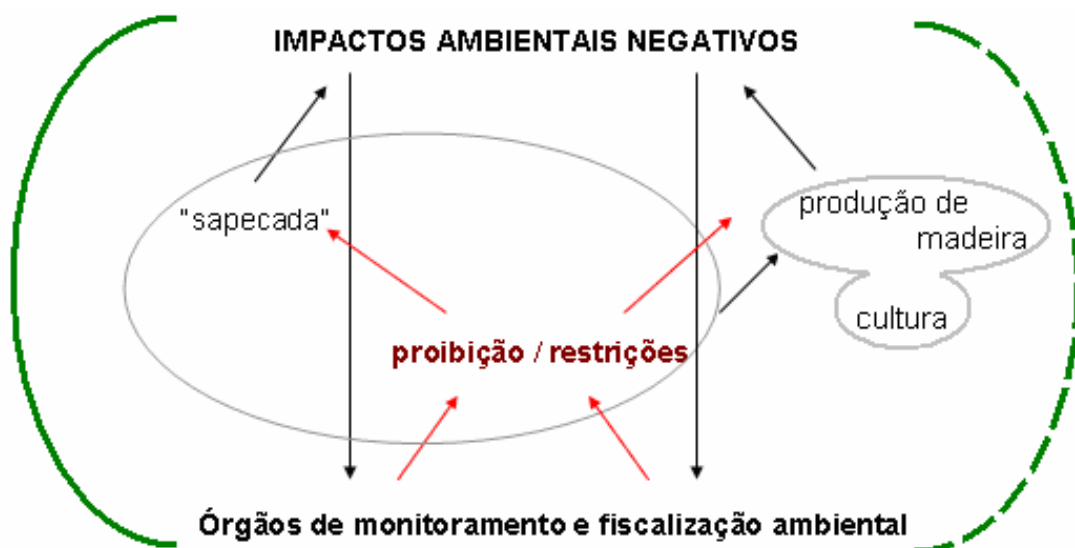


Figura 3 – Esquema sobre a complexidade da fiscalização ambiental e seus impactos nas ações dos Sujeitos, que podem gerar novos impactos ambientais.

Fonte: Organograma feito pela autora.

Órgãos de monitoramento e fiscalização ambientais atuam, entre outras frentes, no controle sobre os impactos ambientais negativos das atividades que os Sujeitos praticam e que podem causar ao meio ambiente. Em São Francisco de Paula, como destacamos nas falas dos Sujeitos anteriormente, a chamada sapecada foi e continua sendo uma prática de queima de campo historicamente praticada, mas que acarreta em diversos impactos ambientais.

Com isso, o art. 28 do Código Florestal Estadual, Lei nº 9.519/92, passava a dispor que:

Art. 28. É proibido o uso de fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural.

§ 1º - Em caso de controle e eliminação de pragas ou doenças, como forma de tratamento fitossanitário, o uso de fogo, desde que não seja de forma contínua, dependerá de licença do órgão florestal competente.

§ 2º - No caso previsto no par. 1º, o órgão florestal competente deverá difundir critérios e normas de queima controlada, assim como campanha de esclarecimento de combate de incêndios.

No ano de 1993, teve início a fiscalização de queimadas, com o apoio do Ministério Público, da Brigada Militar e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Foi criado um grupo de trabalho para fins de fiscalização e de controle das queimadas. Em 1995, havia o esquadrão de patrulhamento ambiental que, neste ano, foi transformado em batalhão.

Com a portaria nº 94, de 9 de julho de 1998, o presidente do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis – IBAMA –, considerando a necessidade de regulamentar a sistemática de queima controlada, resolve:

Art. 1º - Fica instituída a queima controlada, como fator de produção e manejo em áreas de atividades agrícolas, pastoris ou florestais, assim como com finalidade de pesquisa científica e tecnológica, a ser executada em áreas com limites físicos preestabelecidos.

Art. 2º - A Autorização para Queima Controlada será obtida junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ou em órgão por ele autorizado, pelo interessado, ou através de Entidade de Classe, Sindicato, Associação, Cooperativa, entre outros, ao qual seja filiado.

Art. 3º - O requerimento para Autorização para Queima Controlada deverá ser encaminhado ao IBAMA ou órgão por ele autorizado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante o preenchimento e entrega da Comunicação de Queima Controlada e recebimento do respectivo comprovante, conforme Anexo desta Portaria.

Em uma reunião realizada em agosto de 1998 junto à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, a Associação das Câmaras Municipais da Encosta Superior do Nordeste, que abrange 48 municípios, coloca, em documento redigido, que “uma coisa é certa: do jeito que estão os agricultores, abandonados, sem ter a quem recorrer para buscar uma orientação sobre as queimadas, não dá para continuar”.

Nos parece visível até os dias atuais que alguns proprietários de terras, em função da desinformação, falta de esclarecimentos e/ou também devido aos custos

envolvidos para a obtenção de autorizações para a queima controlada – acabam por praticar a sapecada de forma ilegal, o que acarreta em multas que muitas vezes têm valores superiores às possibilidades de pagamento por parte dos proprietários. Como já destacamos, esses parecem ter sido alguns dos fatores que levaram à mudança da base econômica de algumas propriedades em São Francisco de Paula.

Contudo, com a intensificação dos monocultivos arbóreos – que por vezes ocorrem de forma desordenada e não respeitando também algumas normas técnicas de preservação ambiental – intensificam-se também outras categorias de impactos ambientais com os quais os órgãos de monitoramento e fiscalização ambiental passam a se preocupar.

Entre as medidas tomadas, destacamos as restrições postas a essa atividade pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Integrado – PDDAI – do Município de São Francisco de Paula, além das restrições que órgãos estaduais deveriam fazer sobre essa atividade. Porém, percebemos, durante entrevista com Sujeitos silvicultores, que existem falhas nessa fiscalização:

Carla – E o Sr. teve que apresentar algum planejamento, algum estudo alguma coisa pra fazer esse plantio aqui, ou não?

Proprietário – Aqui não, agora ali mais no fundo onde nós compramos um terreninho ali quem vai pra Cazuzu na ocasião que a gente tava plantando chegou uma fiscalização ali nem sei da onde é que saíram. Aí eles: olha não pode plantar sem ter a licença.

Carla – Isso há quanto tempo?

Proprietário – Ano passado [...]. Aí fomos atrás da licença, fizemos a tal licença, mas aí não apareceu mais ninguém. Aí a gente pagou, custou parece que uns mil e duzentos mil e quinhentos reais a licença. E aí sumiu todo mundo não apareceu mais ninguém,

T. – O Sr. tem que buscar aonde essa licença, no Ibama, na Prefeitura?

Proprietário – Sei lá, nos falamos com um rapaz ali até o filho do Dilon, que fez pra nós. [...] Mas, enfim, ele foi lá e tal, sei que veio uns papezinhos pra assinar, na verdade mesmo eles queriam era dinheiro, acho que só isso não é! (Entrevista com proprietário de estabelecimento rural onde se pratica plantação intensiva de Pinus em dezembro de 2008)

O Sujeito entrevistado relata a falha na fiscalização. Aparentemente, a interpretação do Sujeito sobre o ocorrido o levou a acreditar que a fiscalização tem como fim maior a arrecadação monetária a partir da cobrança de multas ou pela apresentação de licenças que “não servem para nada”. A falta de esclarecimento sobre a regularização das plantações e a importância dessa regularização ficou evidenciada no caso relatado pelo entrevistado

Carla – [...] Mas vocês tiveram um tipo de esclarecimento de questões técnicas de como plantar, aonde plantar, aonde não plantar?

Proprietário - Não isso não teve.

Carla – Nunca teve?

Proprietário – teve uma vez a fiscalização inclusive ela falou que iam se instalar aí, mas nunca mais apareceu ninguém. Ta todo mundo plantando.

T. – Ela (Carla) acha que pararam de plantar.

Proprietário – não... não

Carla – O que tinham me colocado é que depois do plano diretor que saio agora em 2006 e tudo mais tinha diminuído esse ritmo de aumento de área de plantação.

Proprietário – Na verdade um pouco diminuiu nas beiras de estradas, mais aí pros fundos é adoidado. Aí o dia que a fiscalização teve aí ela falou que podia plantar, mas tinha que ter uma certa regra.[...] defender banhado, em volta do plantio plantar uma fileira de eucaliptos de uns 15 metros, que aí o eucalipto não deixa espalhar as sementes.[...] mas até agora não apareceu ninguém ta todo mundo plantando ninguém planta eucalipto.

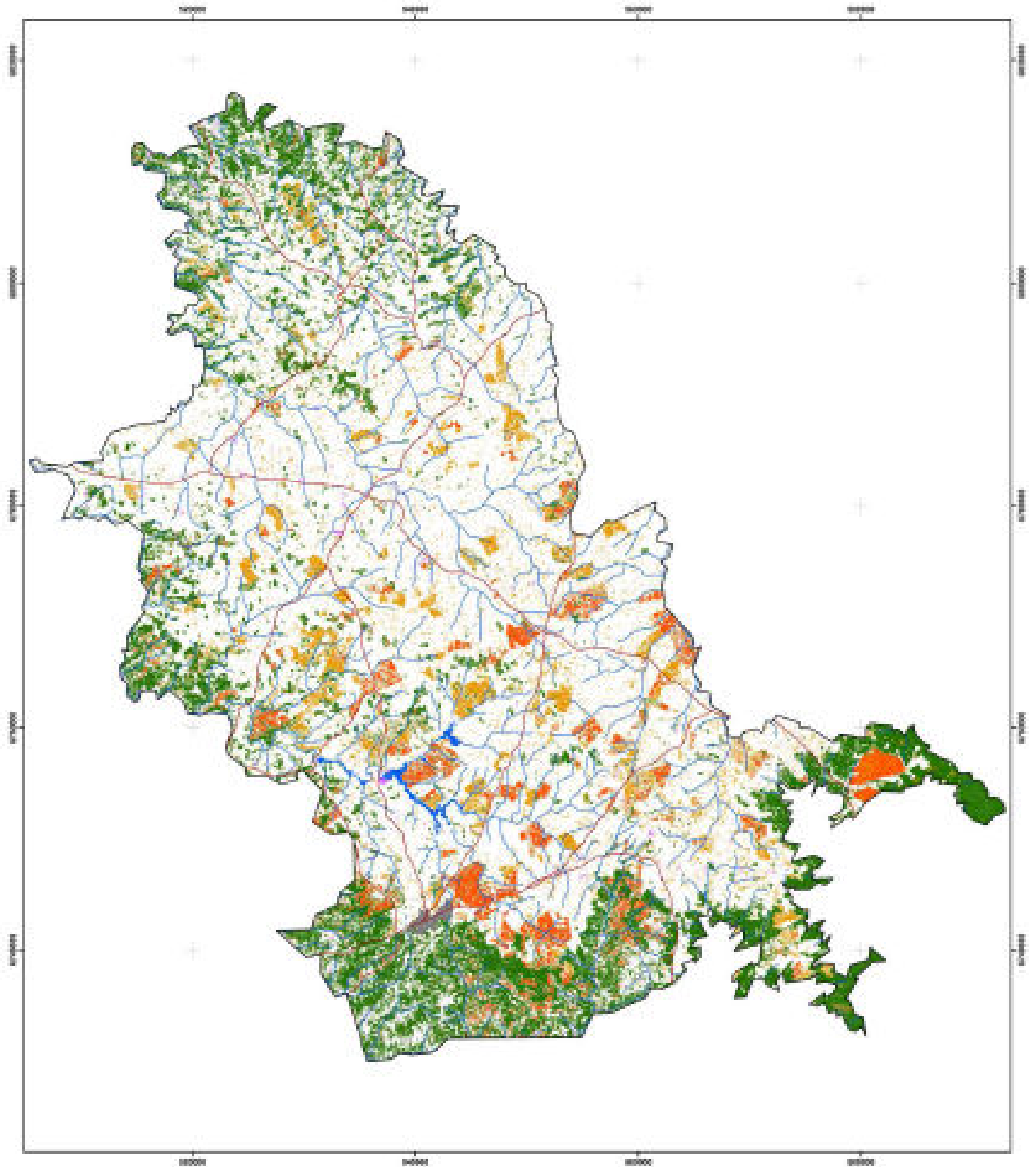
Carla – E aqui daí não foi plantado eucalipto?

Proprietário – até tem umas partes que a gente plantou, ali na frente plantamos uma meia dúzia, mas não que fosse incentivo deles foi por conta própria. (Entrevista com proprietário de estabelecimento rural onde se pratica plantação intensiva de Pinus, realizada em dezembro de 2008)

Pela fala do Sujeito entrevistado, as plantações de monocultivos arbóreos na verdade não diminuíram, uma vez que a fiscalização não é algo eficiente no município. O que parece estar acontecendo na fala do silvicultor e do próprio dono de hotel-fazenda que nos acompanhou durante a entrevista, é o contínuo aumento das áreas plantadas, com o diferencial de essas novas áreas não serem próximas às estradas principais do município. O silvicultor também relata deficiência das orientações técnicas por parte dos órgãos públicos. É o que podemos observar no mapa que segue:

MONOCULTIVO ARBÓREO EM SÃO FRANCISCO DE PAULA / RS

1:17



Legenda:

| | |
|--|-----------------|
| Limite Municipal de São Francisco de Paula | Eucaliptos |
| Malha Urbana de São Francisco de Paula | Pinus Jovem |
| Rodovias Principais | Pinus Adulto |
| Hidrografia | Floresta Nativa |

Projeção Universal Transversa Mercator (UTM)
Datum: SIRGAS 2000

Mapeamento realizado a partir de imagens do satélite Landsat 5, sensor TM, no ano de 2008.

Mapa de Mapeamento arbóreo em São Francisco de Paula / RS
Fonte: Mapeamento por Djalmair e Giverson Garcia

Lendo o mapa, percebemos que as plantações mais jovens (com árvores medindo até 1,5 metros de altura) estão localizadas nas áreas de difícil acesso do município, enquanto as plantações mais antigas se localizam nas proximidades das principais estradas e vias de acesso. Pensamos que isso pode ocorrer em função do aumento das restrições com relação ao plantio, relatadas pelo Sujeito entrevistado acima. Contudo, como a fiscalização não parece ser eficiente, a eficácia fica prejudicada.

Contraditoriamente, outro Sujeito silvicultor entrevistado relata que houve uma estabilização nas áreas plantadas em função do aumento da fiscalização:

Carla – E observando ao longo do tempo teve um momento em que intensificou as plantações de Pinus? E deu pra perceber se deu uma diminuída, deu uma estabilizada? Ou continua aumentando as áreas?

A. - Deu uma diminuída muito grande num total de dois anos pra cá praticamente não plantou mais nada, por causa da questão do elemento ambiental, por causa das restrições todas que houve no plantio, por causa das autuações que houve algumas.

Carla – Houve autuações?

A – Sim (Entrevista realizada com Sujeito silvicultor – 20/12/2008).

Com isso, destacamos que é rompido o princípio de causalidade linear. Aqui, a causa (impactos ambientais negativos) age sobre o efeito (proibições/restrições) e esse age novamente sobre a causa. Ou seja: Os impactos ambientais negativos consequentes da pecuária (sapecada) ou a extração de madeira ilegal (corte de Araucárias) refletiram em proibições e restrições sobre essas atividades que, por sua vez, podem ter refletido na migração de alguns Sujeitos dessas atividades econômicas para a plantação de Pinus, que também traz impactos ambientais e gera algumas restrições.

Contudo, não podemos negligenciar o fato de que uma aparente motivação econômica aparece como elemento importante a ser destacado que pode ter levado ao aumento das áreas destinadas aos monocultivos arbóreos. É o que percebemos durante entrevista com um proprietário de estabelecimento rural que pratica plantação intensiva de Pinus, a fruticultura e a pecuária em suas terras, quando perguntamos ao Sujeito entrevistado o que o motivou a investir na plantação de Pinus em São Francisco de Paula:

Carla - O Pinus dá realmente todo retorno econômico que se fala, ou não?

Proprietário – [...] É futuro, né? Na realidade se a pessoa planta para tirar lucro logo de imediato não é. Quinze, vinte anos. Mas o que nos trouxe pra plantar é porque a gente sempre trabalhou com madeira, então não é pra mim é pros filhos eles tão continuando, vão levando é pouca coisa, mas dá pra ir. [...]

O Sujeito respondeu que a motivação econômica também pesou muito, mas o fato de sua família trabalhar com madeira há anos também foi importante. Ele também falou sobre o rendimento que a atividade pode dar se comparado à fruticultura:

T. – A maçã está lhe dando mais rendimento que o pinus?

Proprietário - Não tem nem comparação, por enquanto.

T. - Claro o Pinus vai ser a longo prazo.

Proprietário – [...] a maçã é o seguinte o ano que da bem. O lucro é de 80%, nas despesas tu gasta 20 e ganha 100. Mas agora esse ano que passou vem sendo baixo foi muito ruim com essa a historia do dólar, os produtos defensivos triplicou os preços. Então não sei como é que vai ser, se a fruta realmente der uma reagida também ai vai dar para emparelhar, se não, não sei não, até agora foi muito bem. Agora esse ano foi uma loucura a gente pagava ai um saco de produto que tem de produto que é muito usado a 200 a 220 esse ano chegou a valer 500 reais.

T. - Mais de 100%!

Proprietário – Mais de 100%, e outros produtos triplicaram. (Entrevista com Sujeito silvicultor em dezembro de 2008)

Nesse momento, o silvicultor relata que, para ganhos econômicos mais imediatos, a fruticultura tem se mostrado mais rentável, apesar do aumento dos gastos com insumos agrícolas que, segundo ele, é um dos reflexos da atual crise econômica mundial (também em função do aumento do preço do barril de petróleo). A globalização é um fenômeno que se fez sentir ainda mais pelos entrevistados e por diversos Sujeitos que indiretamente se perceberam afetados nas suas dinâmicas locais, como consequências da atual crise econômica mundial. Em função da intensificação das dependências recíprocas das redes econômicas e que operam em escala mundial, que implicam em conexões “local-global e local-local” (CANCLINI, 2003), a crise que se iniciou no mercado hipotecário dos EUA, em decorrência da crise imobiliária pela qual passa o país³⁸ acabou afetando diversos outros segmentos da economia não só dos Estados Unidos, mas do mundo, uma vez que a globalização implica, entre outras coisas, uma “interação funcional de atividades econômicas,

³⁸ O principal segmento afetado foi o de hipotecas chamadas de "subprime", que embutem um risco maior de inadimplência por se tratar do atendimento ao cliente com renda muito baixa, e o risco de inadimplência é maior. A crise no mercado hipotecário dos EUA deu origem a uma crise mais ampla no mercado de crédito de

bens e serviços gerados por sistemas com muitos centros” (CANCLINI, 2005, p. 32).

Porém, apesar de os ganhos econômicos em curto prazo serem maiores com a fruticultura, o proprietário afirma que, em longo prazo, as plantações de Pinus começam a dar retorno econômico esperado. Após ser questionado a respeito do tipo de preparo que precisou fazer na área para a qual foi destinada ao monocultivo de Pinus – para sabermos se teve algum investimento nessa fase do plantio – o entrevistado passa a relatar em quais momentos a plantação intensiva de Pinus pode passar a ser rentável para o investidor:

Carla – [...] Eu queria saber que tipo de tratamento é dado ao solo antes e durante o plantio. Tem que se fazer alguma coisa, ou não?

Proprietário – Nada, nada [...] s e planta direto na terra

Carla – Não tem que fazer um tratamento com relação às formigas?

Proprietário – as formigas sim, a formiga tem que eliminar [...] isso tem um produto que é um veneno de formigas, se não achar o formigueiro se coloca na carreirinha da formiga que ela mesma se compromete, é que nem o homem ele mesmo se compromete de se eliminar vai carregando por conta.

T. – Mas é só até um certo tempo?

Proprietário – Sim, primeiro e segundo ano, depois pode deixar por conta.

(Entrevista realizada com Sujeito que planta de forma intensiva Pinus em sua propriedade, em dezembro de 2008)

Aqui, segundo a fala do Sujeito entrevistado, o único gasto com a preparação da terra é com relação às formigas, quando é utilizado formicida nos dois primeiros anos da plantação. Os gastos que seguem com o monocultivo de Pinus são relatados a seguir:

T. – E aí o Sr. tem que fazer como é que se chama? Desgalhar, a poda?

Proprietário – isso aí. Depois com quatro anos por ali três anos tem que desgalhar fazer um tipo uma poda nos galhos. [...] Mão de obra temporária, porque isso é ligeiro, coisa rápida e depois de feito isso aí é só espera os primeiros galhos tirar eles. [...] Por hectare uma pessoa só é suficiente, mas quando a gente faz bastante tem uns 5, 6 e 8 pra fazer ligeiro.

Carla – E dá aonde vem essa mão de obra?

Proprietário - isso aí vem de todos os lados vem de São Francisco, Bom Jesus. [...] Geralmente é gente que não tem compromisso nenhum, não é empregado e então eles fazem esse tipo de coisa, trabalham por conta.

Carla – E daí a mão de obra é contratada nesse período de desgalhar e período de plantar?

Proprietário – É, depois é mais no raleio³⁹, mas daí é menos gente. [...] Mais ou menos a primeira árvore (o entrevistado se referiu ao primeiro raleio) sai 30% a primeira vez. (Entrevista realizada com Sujeito que planta de forma intensiva Pinus em dezembro de 2008)

modo geral.

³⁹ Raleio, segundo o Sujeito entrevistado, seria o desbaste, cortar algumas das árvores plantadas. Algo como tirar uma árvore e deixar outra, para aumentar o espaçamento entre as árvores não cordadas.

A mão-de-obra contratada para o monocultivo de Pinus é temporária. Essa fala nos traz elementos para questionar os benefícios sociais que por vezes são associados a essa atividade econômica. Além de gerar poucos empregos, e temporários, as condições de trabalho e os pagamentos, sabemos, não levam ao desenvolvimento local. Para o Sujeito entrevistado, os contratados para essas atividades são pessoas que “não têm compromisso nenhum”. Considerando as diferentes formas de interpretação dos fatos entre os Sujeitos, resultantes do nosso entendimento de que as formas de entender os fatos são resultado de uma reconstrução/tradução por um espírito/cérebro numa cultura e num determinado tempo, relativizamos essa fala do entrevistado. Pensamos: será que há dignidade nos salários pagos para esse tipo de serviço? Como é possível ter compromisso com um emprego que não se compromete com a dignidade salarial, as condições de trabalho e a permanência no emprego dos Sujeitos que estão sujeitos a essas condições de trabalho (ou seria *labor*)? São questionamentos que pensamos ser importantes serem registrados, apesar de sabermos que as respostas vão depender das vivências e das interpretações do Sujeito-leitor.

Os raleios, segundo o sujeito entrevistado, também geram ganhos econômicos para o investidor. A madeira resultante é vendida, porém, não com os mesmos rendimentos do corte final:

Carla – Quem planta Pinus ganha mais ou menos quanto por hectare? Em quanto tempo?

Proprietário – Ah! Isso aí é meio complicado porque na verdade, eu sempre trabalhei com madeira, mas plantar mesmo foi agora [...]. Mas mais ou menos por cima com vinte anos um pinheiro deve dar um metro um metro e meio de madeira cúbico, pra uma base se fosse vender a cinquenta reais o metro cúbico.[...] Sobra assim mais ou menos por hectare mil e quinhentos pinheiros, nessa base aí então um metro é meio dá setenta e cinco reais.[...]

Carla– dá uns cem mil por hectare.

Proprietário – Se fosse mil, vamos botar mais baixo, dá setenta, setenta e cinco. [...] Por hectare, em vinte anos, setenta e cinco mil.

Carla – Total, se o corte é feito em vinte anos, sendo que antes de vinte anos tem esses desbastes que também dão algum lucro...

Proprietário – Isso aí mais ou menos dá as despesas. (Entrevista realizada com Sujeito que planta de forma intensiva Pinus, em dezembro de 2008)

Os ganhos econômicos com os monocultivos arbóreos, segundo o que foi calculado junto com o produtor, é um importante fator a ser considerado, que nos ajuda a entender provisoriamente os motivos que levaram os produtores a investirem nessa atividade. Parece-nos evidente também na fala do Sujeito entrevistado que a mão-de-obra envolvida na

atividade é pouca, desqualificada e temporária – o que demonstra que as plantações intensivas de Pinus podem representar ganhos econômicos para os investidores, mas não necessariamente para o município e para seus moradores.

Pensamos ser importante lembrar que os monocultivos arbóreos refletem uma lógica global que se instala nos mais variados lugares do mundo, ou seja, faz parte da complexidade que o mundo encerra – o Todo. Eles poderiam estar presentes no município (provavelmente em menor escala) sem que tivessem ocorrido os fatores que aparentemente impulsionaram essa atividade. Contudo, com o surgimento desses fatores (como a busca pelo lucro), ela parece ter sido potencializada por aparecer como uma alternativa econômica tanto para alguns moradores, quanto para Sujeitos de outras localidades que podem ter sido atraídos pela oferta de terrenos a custos não tão elevados.

4.3. MONOCULTIVOS ARBÓREOS: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? PARA QUANTOS?

Como já colocamos, os monocultivos arbóreos vêm se mostrando cada vez mais presentes em São Francisco de Paula. Essa prática econômica traz consigo muitas polêmicas, uma vez que diversos Sujeitos quase “militam” para que essa se torne a nova matriz econômica do Estado, enquanto outros atuam do lado oposto, tentando evitar que essa prática continue se expandindo sem os devidos estudos e cuidados.

Dessa maneira, no espaço rural do Rio Grande do Sul e, em especial, em São Francisco de Paula, os monocultivos arbóreos vêm se fazendo cada vez mais presentes e inegavelmente trazem consigo uma grande movimentação de dinheiro (como se trata de uma atividade que se desenvolve nos moldes do sistema atual – ou seja, buscando o maior lucro, o que já era de se esperar), tecnologia (seja a biotecnologia envolvida na manipulação das espécies a fim do chamado “melhoramento”, ou com relação aos insumos envolvidos na produção) e uma íntima ligação com o espaço urbano (uma vez que os produtos gerados a partir dessa atividade acabam suprindo necessidades dos espaços urbanos), demonstrando o quanto os espaços rural e urbano são, apesar de contraditórios, complementares. Mas será que, mesmo com os aspectos levantados, a plantação intensiva de Pinus pode ser sinônimo de

desenvolvimento, ou de crescimento econômico? E se for, é para quem? Para quantos?

Não podemos deixar de citar o quanto essas novas tecnologias, apesar de trazerem benefícios para o produtor (muitas vezes grandes empresas e/ou empresários de outros municípios, de outro Estado ou de outros países), são altamente excludentes, visto que muitas vezes acabam levando à expulsão do homem do campo ao substituir a força de trabalho de muitos, que poderiam estar tirando seu sustento da terra, por máquinas ou por formas de produção que não exigem muita mão-de-obra. Não tendo alternativa, esses Sujeitos acabam por se dirigir para as áreas urbanas em busca de novas oportunidades, que muitas vezes não encontram.

Isso fica explicitado na fala de um proprietário de estabelecimento destinado ao Turismo de São Francisco de Paula, que, ao ser perguntado sobre os impactos dos monocultivos arbóreos sobre o Turismo no município, respondeu da seguinte maneira:

Olha, compromete na beleza dos nossos campos, no empobrecimento do nosso povo, que já está sendo sucateado. Vai empobrecendo, vai descaracterizando o nosso homem, vai expulsando ele para o cinturão da cidade grande. É assim que eu penso. Vêm os plantadores aqui, com propostas exorbitantes, sedutoras, e eles acabam vendendo (suas terras) e vão morar no cinturão da cidade. E aí acontece de tudo. Pergunta para esses que plantam, de onde eles vieram, como estão as terras lá? (Entrevista com proprietário de estabelecimento turístico em São Francisco de Paula em novembro de 2007)

Dessa forma, acreditamos demonstrar, mesmo que temporariamente, o quanto as dinâmicas no campo são reflexos e refletidas no urbano⁴⁰. Mesmo que essas dinâmicas pareçam contraditórias, em um processo dialógico elas não se excluem. Pelo contrário, observamos que elas se complementam – mas para isso é preciso não desconsiderar as emergências que ligam as partes que formam o Todo, que é o Espaço Geográfico.

Não podemos deixar de citar outros possíveis transtornos que devem ser analisados para avaliar o quanto existe de desenvolvimento junto a essa atividade. Um exemplo são os danos ambientais envolvidos na maneira como essa atividade vem sendo implantada. Exemplificamos esse fato com a fala de um silvicultor do município, que deu a seguinte resposta ao ser questionado sobre os futuros destinos de áreas destinadas ao plantio

⁴⁰ Acreditamos ser importante destacar que “o conceito de cidade” (*civitas*, corpo político de cidadãos livres) “não pode ser confundido com o de *urbe*” (conjunto de edifícios, praças, o corpo físico da cidade). Neste sentido, parece que a modernidade traduziu a cidade “não mais como o espaço da política feita pelos cidadãos, mas o espaço onde seus habitantes deixam de ser povo para ser “massa”, já que sua única função é eleger deputados e governantes” (BOOKCHIN, 1999, p. 15)

intensivo de Pinus:

Proprietário – na verdade eles falam que estraga, mas não estraga não se quiser fazer lavoura é só arrancar os tocos e se quiser plantar de novo não precisa nem plantar ele mesmo vem, depois que assentar.[...] o toco é questão de sete, oito anos apodrece. [...] não atinge a terra em nada, água também não seca nada e não muda nada.

Carla – Quando o Sr. comprou essa propriedade, o que tinha nela?

Proprietário – não tinha nada. Era uma coxilha limpa, mas nada mesmo.

T. – quando cheguei aqui não tinha nem um pezinho de árvore.

Proprietário – a gente vinha aqui era uma ventania no inverno um frio e não tinha propriedade nenhuma os pinheiros secos uma barbaridade, mas estamos aí agora.

Carla – Com quantos anos têm já essa plantação?

Proprietário – na verdade em dinheiro que compramos faz doze anos e pinheiro ta com uns dez anos por aí eu não lembro. (Entrevista com silvicultor. Realizada em dezembro de 2008)

O Sujeito entrevistado mora em Caxias do Sul, no distrito de Ana Rech, e possui monocultivos arbóreos na propriedade em São Francisco de Paula há cerca de dez anos. Pensamos que o fato de o Sujeito ser residente de um local onde a Paisagem seja diferente da Paisagem dos Campos de Cima da Serra pode ter sido importante para entendermos temporariamente a sua aparente falta de Identidade com relação aos campos e coxilhas de São Francisco de Paula. Acreditamos que isso está claro na sua fala, na qual ele diz que, quando comprou a propriedade, não “tinha nada. Era uma coxia limpa, mas nada mesmo”. Na sua interpretação, ter plantado Pinus foi algo positivo para o ambiente, que antes lhe era hostil. Dessa forma, esse resolveu transformar o espaço em algo que refletisse uma Paisagem que lhe era comum e que fez parte de suas matrizes culturais. O entrevistado também não parece reconhecer como impacto ambiental o fato de o Pinus (uma espécie exótica e reconhecida como invasora) brotar naturalmente após ser cortado, ou de revolver a terra em caso de se querer plantar alguma lavoura, para arrancar os tocos das antigas plantações, além da diminuição da biodiversidade – que não está adaptada a essa espécie exótica, entre outros. Nos registros fotográficos que seguem (fotos 17 e 18) pensamos ilustrar o impacto na Paisagem que resulta desses monocultivos arbóreos, antes e depois do corte.



Foto 17 - Área de monocultivo de Pinus às margens da RS 020.
Fonte: foto da autora em 15/11/2008.



Foto 18 - Área onde foi praticado o monocultivo de Pinus – após o corte das árvores, nas margens da RS 020 em São Francisco de Paula.
Fonte: foto da autora em 15/11/2008.

Ao ser questionado sobre o destino de uma área em que foi praticada a plantação intensiva de Pinus, após o corte, um técnico agrícola do município deu a seguinte resposta:

Replanta Pinus. Ele não é a melhor coisa, mas pra ganhar dinheiro, sim. Se tu não pensares a parte ambiental, tu plantas ele. E esse pessoal de fora não tem compromisso com São Chico. Tem empresário que manda o técnico deles ai, compra, e só vem para assinar a escritura, quando não faz uma procuração. Eles não estão nem ai para São Chico. [...] Eles têm máquinas, eles invadem banhados. Se eles pegam 500 ha, eles querem plantar 510. usam até o limite do DAER. Essa é a parte ruim. Se eles respeitassem a legislação, não teria problema nenhum. (Entrevista com Técnico Agrícola do município. Em novembro de 2007).

Nesse particular, acreditamos aqui ser relevante destacar a contraditoriedade entre os fatos e relatos observados em campo e na legislação.

Em suma, a partir do Código Florestal de 1934, ao proprietário não pertencem as florestas que cobrem o solo, e, portanto, não lhe é dado o direito irrestrito de destruí-las, desmatando a área total, mas pelo contrário, está obrigado a preservá-las, até mesmo contra atos de terceiros, em razão da função ambiental da propriedade, que aos poucos se reconhece e se consagra. (PETERS, 2003, p.57)

Considerando que a fala citada do técnico agrícola e o trecho que segue logo após, nos parece visível o quanto a legislação e a vida real aparecem de forma contraditória. Mas é importante também frisar que essa contraditoriedade pode ser complementar à própria legislação e os resultados dessa nos atos dos Sujeitos envolvidos – como a aparente intensificação dos monocultivos de Pinus a partir de proibições legais quanto à sapecada do campo e ao corte de espécies nativas.

Com relação aos recursos hídricos, a Política Municipal do Meio Ambiente declara que é objetivo a recuperação e o controle do meio ambiente natural e construído, especificamente “a rede hidrográfica, constituída pelos cursos d’água, considerando sua importância na Paisagem e suas funções de drenagem”, assim como também “[...] o relevo e o solo, considerando sua aptidão, adequação e restrição ao uso e ocupação do solo” (Art. 15 da lei 2392 / 2006).

Contudo, notamos na Paisagem que parte dos cursos d’água, banhados e áreas de interesse para a preservação dos recursos hídricos já se encontram com certo grau de comprometimento, tanto paisagisticamente quanto ambientalmente. Perguntamos ao leitor, Sujeito participante dessas reflexões: Gostaria de praticar Turismo em uma área com paisagem semelhante às das fotos 17, 18 e 19? Por quê?



Foto 19 – Plantação de Pinus junto a corpo d'água, em São Francisco de Paula / RS
 Fonte: foto da autora em 15/11/2008.

A seguir, veremos trechos de entrevistas com dois Sujeitos moradores da área rural de São Francisco de Paula, que também trabalham com o Turismo em suas propriedades. Ao questionarmos se eles perceberam alguma mudança nas Paisagens do município que pode interferir no Turismo, ambos fizeram referência ao monocultivo de Pinus:

N: infelizmente, teve e tem o Pinus. O Pinus e a invasão dos plantadores de batata. Tão invadindo, cortando nossos campos. E agora o eu quero fazer um apelo.[...] Existe uma briga muito grande quanto à queima de campo aqui. A queima de campo, eu diria que é um mal necessário. Ela dá prejuízo? Dá. [...] Muita gente se apavorou e vendeu os campos quando houve a proibição da queima de campo e vendeu para as empresas fazerem reflorestamento. Agora depois do Pinus plantado, nunca mais vai voltar a campo nativo, porque a natureza também... Só que lavrar pode, plantar Pinus pode, que é irreversível. Queimar não pode, que é reversível. [...] Agora isso tá influenciando, eu não sei se vai influir no clima, mas até nas águas, até no nível, nos níveis das águas dos nossos rios tão influenciando, porque aqui nós temos muitas nascentes de rios, muitas nascentes e águas muito puras, muito boas. (Entrevista com Sujeito residente em São Francisco de Paula em outubro de 2008)

I - [...] com o aumento das lavouras e dos usos de agrotóxicos, já está espantando o turista e prejudicando as águas, porque as nascentes do Rio Grande, sete ou oito bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul saem todas aqui, dos campos de cima da serra [...]. E com esse aumento de plantação, está prejudicando essas águas. E o aumento da plantação de Pinus Elliotti tá terminando com essas águas.[...] quando chove que enche uma lagoa, ficava um mês ela cheia, agora 2, 3 dias ela está baixa de novo. Ela não segura mais as águas, como segurava. E isso é uma coisa que é causa da plantação do elliotti, que chupa muita água do lençol freático, do subsolo [...].(Entrevista com Sujeito residente em São Francisco de Paula em outubro de 2008)

Além de detectar as mudanças na paisagem ocasionadas pelo monocultivo arbóreo, um dos Sujeitos entrevistados questiona a proibição da sapecada do campo, assim como anteriormente já foi questionado pelo técnico agrícola do município. Os impactos ambientais dessas duas atividades são comparados e, segundo ele, os impactos da sapecada são reversíveis. Já os impactos ambientais causados pelos monocultivos parecem ser mais graves, além de irreversíveis em curto prazo. O outro Sujeito relata a sua preocupação com os recursos hídricos, que estão sendo afetados. Ambos relativizam os ganhos econômicos, comparando-os aos impactos ambientais:

N - [...] não adianta nada ter a vantagem econômica, se eu vou perder na parte ambiental. Então a gente faz um contrato e fiscaliza, eu vou todos os dias na lavoura ver o que estão fazendo e como estão fazendo. Não vou dizer que não tenha prejuízo, um pouco tem [...]. Mas tem pessoas que arrendam cinquenta, cem hectares e vão embora da cidade, o cara faz que quiser. Fazem açude, lavam os implementos no açude, envenenados, eles jogam em embalagens de veneno na natureza, saco de calcário, saco de adubo, pessoas que não tem nada. Eles arrendam a terra por dois a três anos, depois vão embora arrendar uma nova e, não querem saber se teve prejuízo não. Então esse é um problema que nós estamos enfrentando. E São Francisco tem uma área muito grande e tem muito campo, é muito procurado. (Entrevista com Sujeito residente em São Francisco de Paula em outubro de 2008)

L: Então, essa plantação de pinus é um reflorestamento que só rende para o bolso de quem planta, para a natureza, na minha opinião, não ajuda em nada ou quase nada.(Entrevista com Sujeito residente em São Francisco de Paula em outubro de 2008)

Nas falas dos Sujeitos entrevistados, percebemos uma avaliação crítica dos atuais movimentos que estão transformando a Paisagem do município, destacando os impactos ambientais que, ao longo dos anos, eles parecem ter observado. Relatos com relação aos impactos, recursos hídricos (fontes de água que secam, diminuição na vazão dos rios, entre outros) foram muito frequentes.

Pensamos que o conhecimento empírico dos Sujeitos moradores precisa ser valorizado, uma vez que esses são os Sujeitos que mais têm contato e experiência com a área estudada – pois observam ano após ano as movimentações e as (trans)form(ações) que lá acontecem.

Neste momento textual, acreditamos que os movimentos que percebemos em São Francisco de Paula refletem lógicas externas, que são reveladas no local e também no global – num movimento de Auto-eco-organização (ou seria re(des)organização?).

Esses movimentos dialógicos interagem com o local – fazendo com que esse espaço, por vezes, seja agredido ambientalmente e – dependendo do observador – paisagisticamente, como foi possível observar nas falas dos Sujeitos acima citados. Contudo, o espaço pode estar sendo agredido ambientalmente, possivelmente por pressões externas, mas não podemos esquecer que esses movimentos são resultado também das ações dos Sujeitos (que são e estão Sujeitos). Se o proprietário de um estabelecimento rural não permitir, a princípio nada pode ser feito em sua propriedade e naquele espaço. Mas sabemos também que, por vezes, as escolhas não são simples e não resultam de fatos lineares, mas sim de uma complexa teia de fatores. Proibição da sapecada no campo em função dos impactos ambientais, multas, aparente baixa rentabilidade da pecuária, fatores culturais, entre outros, podem levar o produtor rural ao plantio de *Pinus* em sua propriedade – não somente as demandas de um mercado externo.

Ainda assim, pensamos também que não somente a produção atende à demanda, mas a demanda existe também em função da produção. Podemos utilizar o exemplo da produção de pasta de celulose para a fabricação de papel. É necessário produzir papel, sabemos. Porém, se existisse um consumo mais sustentável do papel, seria necessária tanta produção? E tanta produção não estimula o consumo exacerbado? Se não se consome muito, por que se produz muito? São questões para reflexão, e também para buscarmos compreender a complexidade envolvida nas inúmeras causas e consequências, que podem trocar de lugar nesta análise – sendo as consequências também causas de si próprias – como os impactos ambientais negativos, que levaram à proibição das queimadas, que parecem ter contribuído para o aumento dos monocultivos de *Pinus* – que levam também a impactos ambientais negativos (da forma como vem sendo praticada por alguns Sujeitos).

Com isso, pensamos que a globalização trouxe consigo marcas no espaço rural. Essas marcas podem ser observadas nas novas dinâmicas no rural, nas mudanças na Paisagem, transformações na cultura e também na matriz econômica de muitos municípios

brasileiros. São Francisco de Paula não é exceção. Ficam as perguntas: Estamos observando desenvolvimento em São Francisco de Paula? Qual desenvolvimento? Desenvolvimento para quem?

4.4. TURISMO: UMA ALTERNATIVA, OU NÃO?

As novas dinâmicas que vêm se mostrando cada vez mais presentes no espaço rural de São Francisco de Paula parecem refletir as “novas ruralidades” ou o “novo rural” – que são equivalentes no sentido de apresentarem cada vez mais uma diversificação de atividades não-agrícolas no espaço rural. Essas novas atividades aparentemente integram e envolvem as famílias rurais com o poder público e a iniciativa privada. Um dos reflexos dessas novas atividades que se desenvolvem no espaço rural é o Turismo.

Alguns municípios do Brasil, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, estão desenvolvendo diversos empreendimentos socioculturais a partir da prática do Turismo rural em áreas onde estão estabelecidas propriedades de agricultura familiar. De fato, a associação entre o Turismo e o modo de vida das famílias rurais está demonstrando que essa é uma estratégia altamente promissora para o desenvolvimento local. Potencialidades que o meio rural sempre pôde oferecer, mas foram constante subaproveitadas por falta tanto de políticas públicas locais como pela carência de uma mentalidade empreendedora baseada no associativismo e cooperativismo, agora estão sendo exploradas de maneira sustentável. Por isso, se pode dizer que uma nova construção social rural está surgindo em alguns municípios brasileiros. (BLANCO, 2004, p. 45)

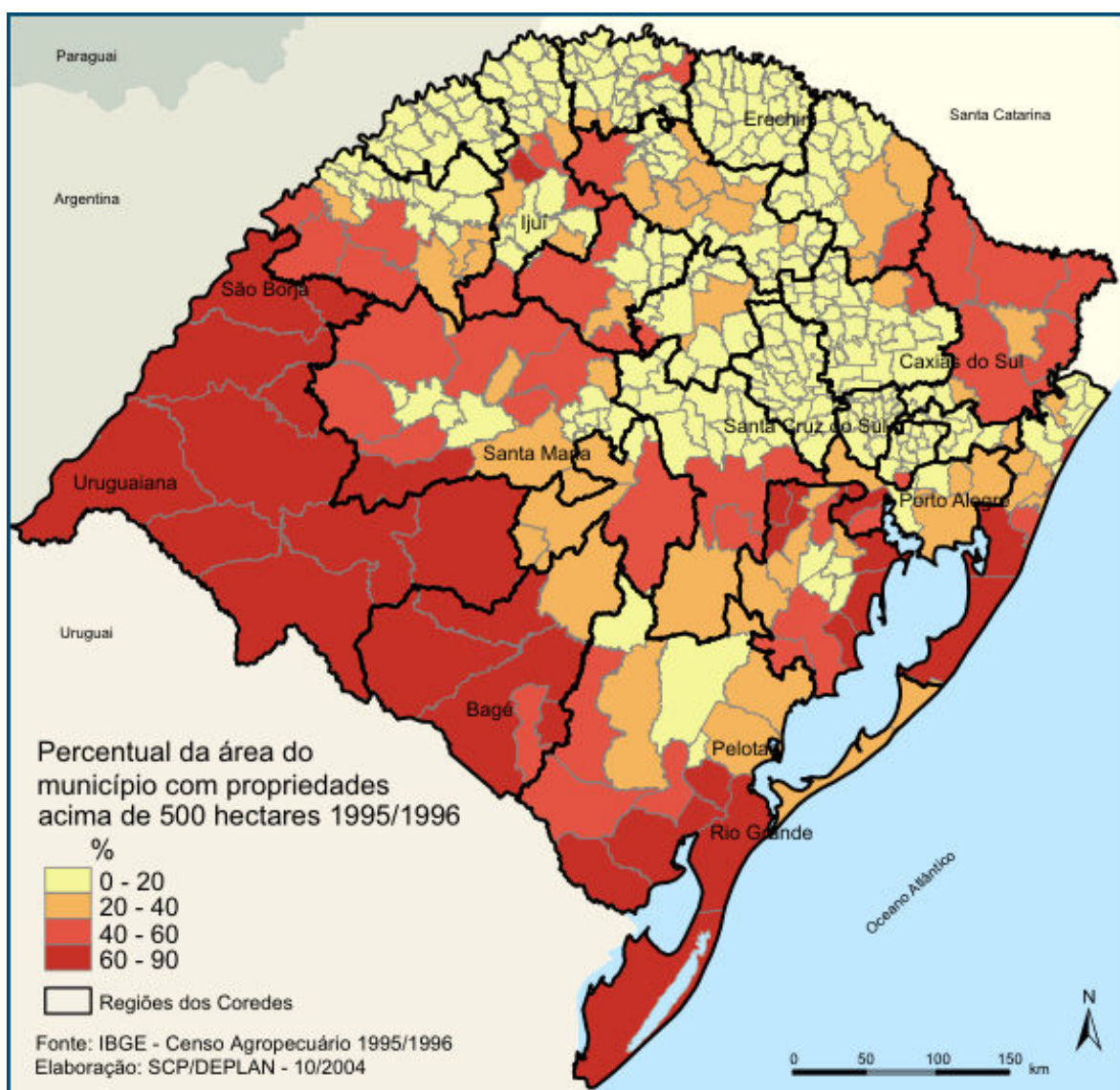
Em São Francisco de Paula, o Turismo Rural parece estar se tornando cada vez mais presente. Com a aparente reestruturação do espaço rural do município, em parte ocasionado pelo fracionamento das propriedades em função das sucessões hereditárias – em um município onde historicamente a atividade da pecuária extensiva esteve presente como uma das principais atividades econômicas – o sustento de algumas famílias se viu ameaçado em função da diminuição do poder aquisitivo. Isso parece ter ocorrido devido às limitações impostas pela estrutura fundiária resultante desse processo de parcelamento das propriedades. É o que notamos a partir da fala de uma moradora do município:

E2 - O que aconteceu, assim, maior é que os donos, as pessoas que eram donas de determinada fazenda assim, de determinado número grande de terra, que poderiam continuar criando essa coisa⁴¹, os velhos foram morrendo. Então aqui virou numa divisão, a parte de cada filho ficou menor, o filho parou de se interessar pelo campo e começou a alugar, né, mesmo porque pra continuar uma criação numa área pequena não tem retorno, né, só despesas. Então começaram a alugar, porque era uma forma de vida, né, uma forma de continuar sobrevivendo. (Entrevista com Sujeito residente em São Francisco de Paula em outubro de 2008)

Na fala dessa moradora, além de ser explicitada a questão do parcelamento fundiário, ela aponta para uma das respostas sobre as novas dinâmicas resultantes desse processo. Com a diminuição do tamanho das propriedades, uma das soluções encontradas pelos proprietários foi alugar ou arrendar suas terras. Com isso, aparentemente ocorreram também transformações no uso e ocupação do solo, que passam a ser percebidas com as interrelações das dinâmicas estruturadoras do Espaço Geográfico. Contudo, ao analisarmos o mapa que segue, percebemos uma aparente contradição entre a fala da entrevistada e os dados estatísticos oficiais do estado do Rio Grande do Sul.

⁴¹

O Sujeito entrevistado se refere à atividade pecuária neste trecho da entrevista.



Mapa 6 - Estrutura fundiária do RS

Fonte: <http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/atlas.asp?menu=261>. Acesso em 25/11/2008

O município de São Francisco de Paula se apresenta no segundo nível de classificação na escala de municípios com propriedades acima de 500 ha. Contudo, isso parece acontecer pelo fato de que esses ainda são resquícios de uma estrutura fundiária que exigia uma maior concentração de terras em função da atividade econômica vigente (pecuária). Mesmo com as divisões das propriedades em função das sucessões hereditárias, algumas propriedades continuam tendo tamanhos consideráveis. Outro fator que pode ter contribuído para com isso é o fato de, em função do êxodo rural, alguns membros das famílias optarem por morar nas cidades, e as propriedades não terem sido necessariamente divididas.

Com isso, a partir de observações empíricas, neste momento pensamos que o Turismo aparece como uma alternativa para algumas famílias que, com os baixos ganhos

econômicos referentes à atividade da pecuária – historicamente desenvolvida na região –, optaram pela união dessas duas atividades. Como exemplo, citamos a fala de Sujeito proprietário de estabelecimento rural que pratica a pecuária associada ao Turismo. Em suas falas, destacamos a importância que é dada para a questão cultural, que aparece relacionada à pecuária e à Paisagem historicamente construída. É também relevante destacar que o Turismo aparece como alternativa, segundo ele, para preservar esses elementos:

E: [...] o que levou o senhor a investir em Turismo aqui em São Francisco de Paula?

L: Agregar renda na propriedade.

E: O senhor sentiu essa necessidade ou viu essa possibilidade?

L: Não, por necessidade. Porque, a pecuária rende muito pouco, embora muitas pessoas acham que quem tem campo e gado, tem dinheiro e não é verdade. Porque quando tu vende um boi que realmente dá R\$1.000, o valor de um boi é bastante, só que tu já gastou às vezes os 900, às vezes os próprios 1000, então o custo de produção é muito caro, então a aquele é o valor bruto ilusório. (Entrevista com proprietário de Hotel Fazenda em São Francisco de Paula em outubro de 2008)

Em sua fala, o Sujeito entrevistado destaca a importância do Turismo para agregar renda à propriedade, considerando os baixos ganhos econômicos que obtém com a pecuária.

T: Aqui na nossa região, de uns 5 anos pra cá, a gente vem “puxando” o Turismo. Eu acho que a pecuária e o Turismo é um casamento que deu certo, porque a pecuária é a nossa origem, é cultura. E você não danifica tanto a natureza, não muda tanto. Você pode trazer o turista para mostrar isso aí que é as nossas origens. Só precisa ter áreas grandes para trabalhar com pecuária. É isso que dificulta hoje. [...] A pecuária já melhorou um pouco, voltou aos preços normais. Voltou a procura. Os insumos aumentavam, mas os preços não.. Não está ainda como teria que ser, mas deu uma melhorada, existe uma procura. E hoje a gente pode investir um pouco mais, que dá para ter uma rentabilidade melhor. (Entrevista com Sujeito proprietário de Hotel Fazenda em São Francisco de Paula em novembro de 2008)

Na fala desse Sujeito entrevistado, já é possível observarmos a questão cultural vinculada à pecuária, além das possibilidades que o Turismo associado à pecuária pode trazer no que diz respeito aos ganhos econômicos.

N: [...] Nós temos uma área grande, nós temos a natureza e nossa economia é muito fraca porque tem criação de gado. Criação de gado da pouca renda.

Aí um dos outros motivos que eu escolhi trabalhar com Turismo e agregar mais renda aqui à propriedade. A gente se sente realizado com o Turismo, eu me sinto realizado, por que se aprende todos os dias. Se aprende e aprende muito. (Entrevista com Sujeito proprietário de Hotel Fazenda em São Francisco de Paula em novembro de 2008)

Como estratégia para conseguir (sobre)viver frente às inúmeras dificuldades que vinham enfrentando (em função dos baixos preços da pecuária, das pesadas multas que levavam quando praticavam a sapecada...), proprietários de três estabelecimentos rurais no distrito de Lajeado Grande, em parceria com o SEBRAE e com a Prefeitura Municipal, organizaram um roteiro turístico chamado Origens Campeiras⁴², que visa estimular o Turismo e mostrar a cultura local para os visitantes.

A importância dessas parcerias aparece no estímulo que os proprietários de estabelecimentos rurais relatam, ao serem questionados sobre o que os motivou e se receberam algum tipo de auxílio ou parceria para investirem no Turismo. É o que observamos na fala do Sujeito entrevistado que segue – que é esposa de um proprietário de estabelecimento rural que investe também na pecuária, e que disse gostar de trabalhar com Turismo

S: Olha, para dizer bem a verdade, além de a gente gostar [...] , é uma outra fonte de renda né? Porque a pecuária é bem difícil, e como a gente não tem uma expressão grande de terra, não somos grandes fazendeiros, então aí há a dificuldade financeira também. Então nós tínhamos que explorar alguma coisa. E nós somos contra a plantação de pinos, contra essa lavoura hortifrutigranjeiro... Não é que a gente é contra, mas é muita agressão ao solo, à natureza, às belezas naturais que estão desaparecendo na nossa região aqui. Então a gente pensou, vamos investir em alguma coisa que a gente possa desfrutar daqui, mas não destruindo, preservando, principalmente as nossas origens. Então a gente tentou investir no Turismo rural. Meu esposo fez bastante cursos, ele foi atrás, tendo essa parceria com o SEBRAE. Estamos lutando e é uma coisa que a gente gosta. É uma fonte de renda e prazer, pois é uma coisa que a gente gosta. (Entrevista com Sujeito proprietário de estabelecimento rural destinado ao Turismo em dezembro de 2008)

Ao ser perguntada sobre qual é a principal fonte de renda da família, a entrevistada declara que o Turismo, junto com seu salário de professora municipal, são as principais fontes. A pecuária continua sendo praticada na propriedade, mas em menor escala

⁴² Consultar <http://sebraers.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=6228308&canal=221>. Acesso em 05/02/2008, 16:00.

que em tempos anteriores.

S: A pecuária já não é tanto. Meu marido vive um pouco com ovelha, mas também não é numa escala tão grande. Mas ele também tem o comércio de ovelha, ele vende as ovelhas. Agora na época do Natal os borregos⁴³, é muito procurado. (Entrevista com Sujeito proprietário de estabelecimento rural destinado ao Turismo em dezembro de 2008)

Na fala da entrevistada, notamos também como a questão da desvalorização da Pecuária se faz presente e relevante nas escolhas sobre atividades econômicas a serem desenvolvidas nas propriedades rurais.

4.5. MONOCULTIVOS ARBÓREOS: CONFLITOS OU NOVOS CAMINHOS?

Acreditamos que a busca por entendermos se existem conflitos de interesse em São Francisco de Paula se faz tão importante quanto sabermos se os monocultivos de Pinus podem ou não interferir no Turismo nesse município. Isso pelo fato de que as plantações intensivas de Pinus, além de poderem apresentar impactos sobre o Turismo, também impactam sobre a Paisagem e o meio ambiente local – o que parece não passar despercebido por parte dos moradores, como já observamos nas falas dos Sujeitos supracitados. Para falarmos em *meio ambiente*⁴⁴, pensamos ser necessário destacar que, nesta pesquisa, esse é um conceito no qual “debate-se entre a ideia de natureza, tomando-a por externalidade, e a ideia de Paisagem, que trazem em si a natureza e a sociedade, objetividade e simbolismo” (LUCHIARI, 2001, p. 9). Isso pelo fato de ela se apresentar como um reflexo do Espaço Geográfico; ou seja, a natureza e a sociedade indissociáveis.

Contudo, além desses impactos, outro fator que nos motivou para desenvolvermos esta pesquisa foi o fato de que, nas falas dos Sujeitos que trabalham o Turismo no município – com os quais tínhamos contato no ano de dois mil e seis – nos parecia muito latente o temor de que as transformações na Paisagem que estavam surgindo em função da aparente intensificação dos monocultivos de Pinus viessem a interferir

⁴³ Borrego é a forma como são chamados os filhotes de ovelha.

⁴⁴ Grifo nosso.

negativamente no Turismo.⁴⁵ Porém, segundo relatos de alguns Sujeitos que investem no Turismo, entrevistados recentemente, essa preocupação específica já não parece se fazer tão presente:

[...] Pinus é um reflorestamento que só rende para o bolso de quem planta, para a natureza, na minha opinião, não ajuda em nada ou quase nada.

E: E ele pode interferir em outras atividades, por exemplo, para o Turismo, em função dessa mudança na Paisagem, ou não?

L: Tem, por que o turista que vem com a expectativa de ver campo de cima da serra, ele não quer andar no elliotti. Ele vem fazer um passeio a cavalo nos campos, ele quer campo e mata nativa, ele não quer andar no elliottis. então, isso aí já é alguma coisa que atrapalha.

E: E os turistas, que tem chegado lá na sua propriedade, eles têm se mostrado satisfeitos com a Paisagem que eles estão encontrando no caminho até chegar lá, o senhor não sabe, ou não assim?

L: É, quase ninguém reclama, não fala algum comentário, muito pouco. (Entrevista realizada com Sujeito que investe no Turismo em São Francisco de Paula, em outubro de 2008)

Na fala desse Sujeito, observamos que existe um posicionamento aparentemente contrário aos monocultivos de Pinus praticados no município. Mesmo existindo a opinião de que as plantações possam vir a interferir no Turismo, em função dos impactos visíveis causados na Paisagem, a preocupação parece não ser mais tão latente, uma vez que os turistas, no momento, não estão tecendo muitos questionamentos com relação à mudança na Paisagem, como veremos na fala que segue:

S: eles (os turistas) ainda não se referem assim como uma agressão tão forte, como é meu pensamento. Porque eles ainda encontram, aqui na nossa fazenda não tem lavoura, não tem Pinus, então eles ainda encontram alguma coisa nativa, mas ele já vão dizendo: “ ah como já tem lavouras ao redor né”. “ [...] “... mas como já tem campo que eles estão plantando o Pinus e as lavouras...”. Eles já estão se dando por conta que o pinus e as lavouras vão prevalecer [...] Mas eu friso assim [...], por enquanto, ainda não está desagradando a eles, por enquanto não porque eles ainda têm a parte nativa, tem o atrativo ainda. (Entrevista realizada com Sujeito que investe no Turismo, em novembro de 2007)

Quando perguntado se ele acredita ou não que o Turismo e os monocultivos arbóreos, da forma como estão ocorrendo no município, podem acontecer sem que uma atividade interfira na outra, o Sujeito entrevistado respondeu:

⁴⁵ Como se tratam de experiências vividas em períodos anteriores ao início desta pesquisa, não temos documentados estes relatos, uma vez que foram feitos de forma informal e oral durante nossa prática turística no município.

S: Eu acho que pode acontecer. Eu acho, eu não sei até que ponto isso vai chegar, ainda está só mais ou menos no início. Por enquanto ainda dá para se trabalhar meio paralelo, digamos. Mas aí nós temos que aguardar, futuramente, se isso vai haver uma interferência ou não. Por enquanto, acho que ainda dá para gente caminhar meio paralelamente. (Entrevista realizada com Sujeito que investe no Turismo, em novembro de 2007)

Os Sujeitos turistas que entraram em contato com o Sujeito entrevistado parecem ainda não ter demonstrado preocupação ou interesse significativo com relação às mudanças na Paisagem, o que leva a entrevistada a sugerir que Turismo e monocultivos de Pinus possam acontecer sem que um interfira no outro. Tal transformação na fala da entrevistada demonstra a complexidade envolvida análise dos fatos e das interpretações não só em pesquisas científicas, mas na busca pela compreensão da realidade. A mesma entrevistada, em 2006, parecia demonstrar uma preocupação significativa com relação aos impactos do monocultivo de arbóreo sobre o Turismo local – e como esses movimentos poderiam vir a interferir na sua propriedade, no fluxo de turistas e, por fim, na renda familiar. Contudo, com uma observação mais prolongada, a interpretação dos fatos se transforma, e parece amenizar tais preocupações. Quando consideramos a complexidade das dinâmicas que formam e transformam o Espaço Geográfico, entendemos que é possível lidarmos com a aparente não-linearidade dos fatos e das interpretações desses. Essas mudanças ao longo do tempo nos parecem ser um exemplo do quanto os métodos que obedecem ao paradigma da simplificação podem levar a equívocos, seja por ignorar o que não é comum ou por procurar verdades absolutas e eternas. As mudanças nas interpretações, opiniões, e até mesmo no Espaço Geográfico são constantes. Não podemos esquecer que trabalhamos com um conjunto de elementos indissociáveis e complexos que tecem e (trans)formam o mundo em que vivemos, que são dinâmicos e estão em processo de totalização – ou seja – não estão acabados. A simplificação, numa tentativa de tornar o real inteligível, é inevitável, mas o método complexo considera os seus riscos e alerta para a dinamicidade dos fatos.

Pensamos que a fala do Sujeito que segue – um investidor no Turismo local – também pode contribuir para elucidar a atual configuração da complexidade envolvida nas percepções a respeito dos monocultivos de Pinus. Quando o questionamos sobre se os turistas têm se mostrado insatisfeitos com essa Paisagem que encontram no município, ele respondeu:

N: Não, o turista, normalmente vai chegar num ponto certo, mas eles criticam essa invasão de pinus. As fazendas que trabalham com o Turismo, não querem saber de pinus, nem de eucalipto. Fazenda que trabalha com Turismo já optou por outro ramo de atividade.

E1: Então, Turismo e plantações de Pinus, da forma como estão ocorrendo no município, eles podem acontecer sem que uma atividade interfira na outra?

N: Não. Turismo é uma coisa e silvicultura é outra.

E1: São contraditórias, ou não?

N: São contraditórias, porque o Turismo chama muito o ambientalismo. A preservação da natureza e não tem nada a ver com lavrar a terra, nem plantar pinus. São duas coisas completamente...

E1: [...] Acredita então que uma atividade em pode interferir na outra?

N: Economicamente, para o município, a silvicultura é muito boa. (Entrevista realizada com Sujeito que investe no Turismo, em novembro de 2008)

Segundo a fala do Sujeito entrevistado, podemos perceber que ele faz uma distinção entre as duas atividades, não deixando de reconhecer a importância das plantações para a economia do município, e não demonstrando tanto o temor que os investidores no Turismo anteriormente demonstravam.

Não podemos deixar de relativizar a afirmação de que os monocultivos de Pinus parecem ser economicamente interessantes para o município. Se observarmos a fala do atual prefeito de São Francisco de Paula, veremos que, segundo sua análise, os benefícios que os monocultivos arbóreos podem trazer para São Francisco de Paula podem ser questionados:

[...] A silvicultura, né, como tudo que vem do ponto de vista industrial, né, é um problema sério pra nós, porque as pessoas vêm aqui, compram... Sou rico, eu compro mil hectares e vou plantar mil e cinquenta hectares de pinos. Então eles matam os banhados, né, agredem a natureza de uma forma muito séria, né, e também na hora de cortar o produto e mandar o produto embora não tem fiscalização nenhuma, tudo é sonogado, tudo é sonogado, a imensa maioria é sonogado. Os caminhões hoje, né, são caminhões traçados, são caminhões que não precisam parar em dia de chuva, né, então eles não respeitem, eles entram nas nossas estradas de chão e acabam com as nossas estradas, então não fica nenhum [...], arrebentam nossas estradas dando assim uma montanha de prejuízos, arrebentam o asfalto, porque a sobrecarga hoje... Assim, o caminhão é [...] no barro, na estrada de chão, detona, arrasa, acaba, e a estrada, as nossas rodovias, tu vai daqui à Cambará, acabaram com as estradas por causa do sobrepeso. (Entrevista realizada com o prefeito, em outubro de 2008)

Questionamos os benefícios econômicos que essa atividade pode trazer para o município pelo fato de que, segundo o Sujeito entrevistado, essa é uma prática econômica que

traz gastos consideráveis para a administração pública, devido ao fato de que o transporte da produção acarreta danos à pavimentação das estradas – o que gera gastos para a manutenção das mesmas. Outro fato destacado trata de uma contingência: apesar de parecer comum, a sonegação de Impostos não foi levada em conta pelo Sujeito entrevistado “N”, da mesma forma que não costuma ser levado em conta pelos meios de comunicação que costumeiramente propagandeiam a “silvicultura” como sendo a nova possibilidade de matriz econômica do Rio Grande do Sul:

Quando eu vejo que essas multinacionais vão encher o estado de eucalipto, né, eu fico pensando assim “será que os prefeito... Coitados dos prefeitos, né, por não terem vivenciado isso antes, vão achar que é uma beleza, mas uma beleza né”, por quê? Nós já vivenciamos isso, é uma tremenda duma burrice, porque o Sujeito vem, compra mil hectares, tira as famílias que moram ali, eles que vão se favelizar nas periferias das cidades e tal, e no primeiro ano eles dão emprego pra uma meia dúzia, no segundo ano eles dão emprego pra dois [...]. Só na época de plantio, no outro ano é só pra matar formiga e adeus [...], nunca mais, né. Ai eles vão na hora de cortar ou na hora de fazer alguma limpeza onde tem alguma coisinha e só. Eles ficam... Não fica nada pro município, entende? Não fica nada. E nós ainda tivemos aqui um prefeito que tirou esses valores da terra na hora de pagar o ITBI, tirou, disse que não... O que ta em cima da terra tu não precisa considerar, sabe! Ai então até os valores das florestas zeraram. Nós fizemos voltar de novo essa cobrança do ITBI⁴⁶, né, porque tava se botando um monte de dinheiro fora. Então é assim, hoje diminuiu u pouco essa questão da sonegação, porque eles tão levando pra uma empresa que compra a quilo e ela exige nota, né, então... (Entrevista realizada com o prefeito, em outubro de 2008)

O prefeito de São Francisco de Paula, em sua fala, pontua alguns fatores importantes a serem considerados, antes de pensarmos que o monocultivo arbóreo traz indiscutivelmente lucros e benefícios para os municípios.

Contudo, quando questionado se o *Turismo e os monocultivos arbóreos, da maneira como tão acontecendo no município, podem se desenvolver sem que uma atividade prejudique a outra*, o mesmo Sujeito destaca que essas atividades não necessariamente interferem uma na outra:

⁴⁶ Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)..Tributo de competência municipal (Art.156, II, da Constituição Federal).

Décio – Podem, podem perfeitamente, é só cada um ficar no seu lugar e fazer a coisa certa.

E - Mas isso acontece hoje aqui?

Décio – Ainda não.[...], acho que o pior já passou, o pior já passou! Acho que agora nós podemos fazer tranquilamente o nosso Turismo, acho que a silvicultura para de prejudicar, né... Porque a pessoa quando vem prá cá ela quer ver os campos de cima da serra, aí tu olha e vê pinheiro, vê pinheiro...

E - A gente faz uma brincadeira: “os pinos de cima da serra”...

Décio – É. Então é uma... Acho que agora já começa a, as coisas já começam a tomar o seu caminho.

E - Com o novo plano diretor?

Décio – Com o novo plano diretor e com as exigências, né, que precisam ser... Então é assim. Mas acho que tá, estamos no rumo certo. (Entrevista realizada com o prefeito, em outubro de 2008)

Parece sensível, na fala de Sujeitos moradores entrevistados, a diminuição do ritmo de crescimento das áreas destinadas aos monocultivos de Pinus, e muitos Sujeitos entrevistados atrelam esse fato ao aumento da fiscalização. Contudo, apesar das restrições impostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Integrado (o nome do documento já parece se fazer claro no que diz respeito a algumas diretrizes e interesses da gestão municipal), a fiscalização ocorre a partir de órgão estadual:

A - Tem fiscalização, é do Estado. É a FEPAM, aí é denúncia, geralmente o pessoal denuncia aí tem que vim a fiscalização.

Carla – Mas é como tu falou: se for ver a maioria tá irregular...

A - O pessoal da FEPAM sabe da realidade. Se eles aplicar a legislação eles inviabilizam toda e qualquer atividade, inclusive a atividade pecuária. Infelizmente hoje eles não têm uma legislação compatível com a realidade, então pessoal meio que faz vista grossa aqui ali, autua uns aqui, ali e vão levando essa política aí né? (Entrevista com Sujeito silvicultor de São Francisco de Paula – dezembro de 2008)

Dessa forma, pensamos que, possivelmente, com a aparente fiscalização e consequente diminuição do crescimento das áreas de plantio de monocultivos arbóreos, a preocupação com os impactos das plantações sobre o Turismo não é, neste momento, tão expressiva. Porém, pensamos que o conflito exista, mas com maior expressão no que tange os aspectos ambientais e até mesmo culturais envolvidos – como notamos nas falas e preocupações demonstradas por parte dos Sujeitos entrevistados.

4.6. TURISMO E/OU MONOCULTIVOS ARBÓREOS?

Após pesquisa em campo e entrevistas com Sujeitos que atuam das mais diversas formas no Território de São Francisco de Paula, acreditamos ser possível tecer algumas considerações provisórias sobre as interrelações entre Turismo e monocultivos de Pinus no município.

Ao entrevistarmos alguns Sujeitos turistas, nos deparamos com diferentes reações com relação à Paisagem. Alguns apresentaram uma observação, que entendemos como mais aguçada, ou seja, observou não somente a estética, mas as transformações que as ações humanas causam no espaço e que refletiram na Paisagem. As principais (transform)ações humanas citadas foram o monocultivo arbóreo e o plantio de batatas.

Em entrevista com dois Sujeitos residentes em Caxias do Sul que estavam visitando o Passo da Ilha, quando questionados se quando pensam em São Francisco de Paula associam algum tipo de Paisagem ao município, dizem:

V: Eu, até hoje, o que eu mais associava era as barragens mesmo. Tem duas, tem a do Blang e a da divisa lá e tem uma outra imagem de tempos atrás, tinha Morrinhos, Ouro Verde, foi para lá uma vez e também gostei muito daquele lugar lá

E: E a senhora?

D: Eu nem sei, os campos assim que eu gosto, e a natureza mesmo, que é mais do que Caxias... aqui é mais [...] mais natureza também. Até eu esperava que fosse até mais, mais esses Pinus, não sei como se chama. [...] Pinus Eliot, eu acho assim, que não deveria ser plantado na beira do rio. [...] Eu acho, porque diz que aquilo ali pega água. [...] É, eu vi daqui que têm bastante plantação, que eu até falei ontem, não deveriam plantar na beira de rio.

V: por que a gente conhece, porque onde têm fontes de água que é plantado esse Pinus, ela seca.

D: É, que ela não é uma árvore nativa. No caso, ela é uma planta que seca, embaixo dela mesmo não vem vegetação nenhuma também, né? Ela é boa, acho, para vender para construção, essas coisas, mas não deveria ser plantado muito assim, né perto da água, eu acho. (Entrevista com Sujeitos Turistas, realizada em novembro de 2008)

Nesse momento, achamos interessante perguntar aos Sujeitos entrevistados se eles destacam o monocultivo arbóreo como algo positivo ou negativo na Paisagem:

D: Negativo

V: Negativo

D: Eu acho. Devia ser plantado mais essas árvores daqui, nossas...

V: Até o próprio eucalipto, acácia é melhor, fica mais bonito na Paisagem do que esse Pinus aí. Eu não sei, eu gosto dele. Não sei por que, mas não gosto dos Pinus. (Entrevista com Sujeitos Turistas realizada em novembro de 2008)

Na fala dos Sujeitos entrevistados, foi possível perceber um olhar crítico com relação à Paisagem que encontraram. O *Pinus Elliottis* não pareceu ter despertado uma boa impressão, possivelmente por um conhecimento prévio dos Sujeitos sobre os impactos que as plantações intensivas de Pinus podem causar ao meio ambiente, segundo um conhecimento popular difundido que também foi possível observar durante as entrevistas. Nas imagens que seguem, observamos um exemplo do que seriam as plantações junto aos corpos d'água. Na fotografia, vemos uma grande área destinada ao monocultivos de Pinus, às margens do rio Tainhas, mais precisamente no Passo da Ilha, atrativo turístico muito visitado na divisa dos municípios de São Francisco de Paula e Cambará do Sul.



Foto 20 - Paisagem registrada no Passo da Ilha, em São Francisco de Paula.
Fonte: foto da autora em 15/11/2008.

Na figura que segue, observamos uma imagem de satélite em que é possível observar as dimensões dessa área com monocultivo arbóreo. É importante pontuarmos que

essa área está contida dentro do Parque Estadual do Tainhas, que tem a finalidade de proteger os recursos naturais existentes na Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, incluindo o ecossistema dos Campos de Cima da Serra e as matas do vale do rio Tainhas.

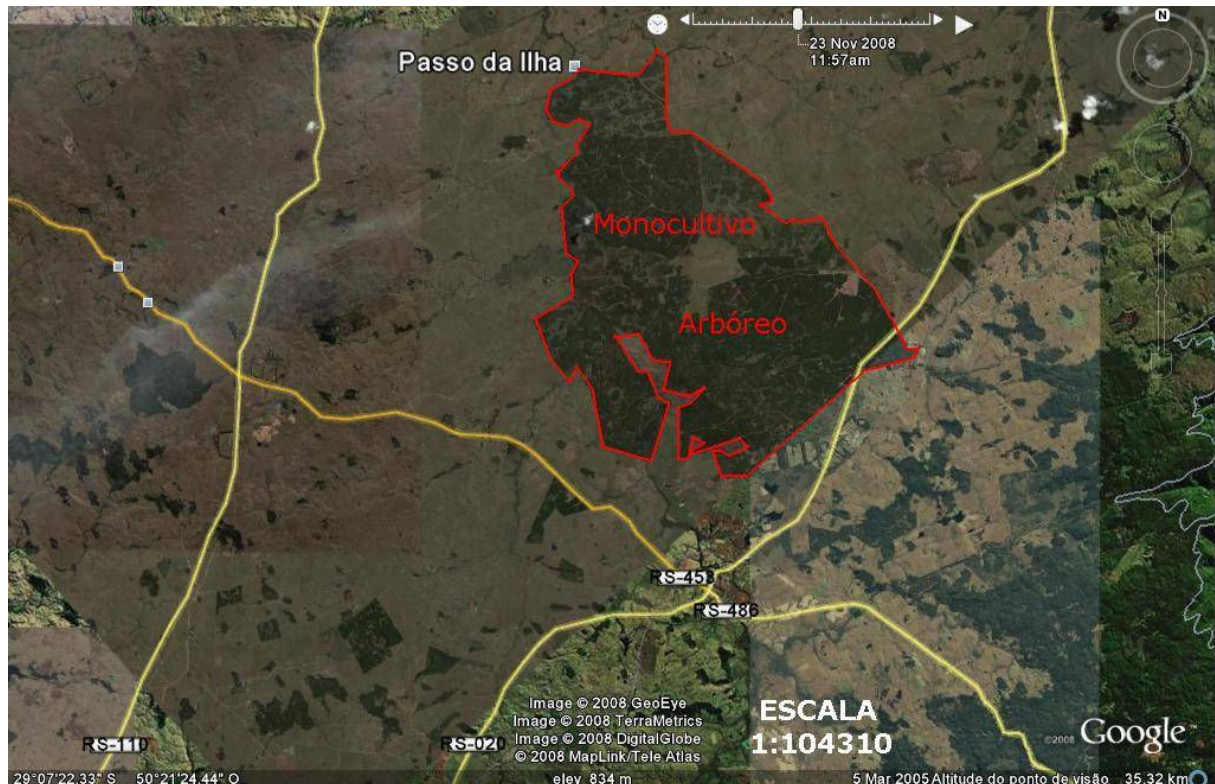


Figura 4 - Imagem de satélite que localiza o Passo da Ilha e a área com monocultivo de *Pinus Elliottis* junto ao Rio Tainhas.

Acreditamos ser importante destacar que, se o impacto na Paisagem, neste momento, já é visível, não podemos deixar de tentar fazer uma alusão de como possivelmente essa área pode ser impactada não só paisagisticamente, mas também ambientalmente, assim que for efetuado o corte dessas árvores. Na figura que segue, podemos observar novamente como fica o solo após o corte das árvores.



Foto 21 - Área onde foi efetuado o corte do monocultivo de Pinus , em São Francisco de Paula.

Fonte: Foto da autora em 15/11/2008.

Possivelmente, esse impacto visual será tão ou mais agressivo aos olhos dos Sujeitos turistas. Se, atualmente, alguns Sujeitos residentes ou não em São Francisco de Paula já observam de forma crítica as transformações na Paisagem ocasionadas pelos monocultivos arbóreos, enquanto as árvores ainda não foram cortadas, o cenário que deve ficar nessas áreas após o corte possivelmente deve chocar e chamará a atenção dos Sujeitos que se depararem com essas paisagens. Isso não somente junto aos cursos d'água, mas junto às entradas e também ao longe, até onde a vista alcança.

Em entrevista com outro Sujeito turista, quando questionado se ele observou alguma mudança na estrutura da Paisagem durante os cerca de vinte anos que ele frequenta São Francisco de Paula, novamente os impactos das plantações de Pinus são citados:

L. - O que eu percebi assim nos últimos anos, algumas questões, mudanças geográficas, por exemplo: por transitar muito nas estradas, a gente vai vendo que os campos, né! Em vez de servir como pra criação de gado, ele ta sendo trocado por culturas como o Pinus Eliottis. É uma cultura que eu não vou dizer que sou contra ou a favor, acho até que daqui a pouco precisa de uma questão de preservação ambiental, mas ele modifica a Paisagem por ser uma espécie que não é natural daqui. Então a gente perde em riqueza,

em beleza cultural, me parece que isso prejudica o Turismo e tal e ainda as características da região né! Me parece que seria mais importante a preservação das culturas locais. Acho que tem condições, tem viabilidade financeira basta uma questão, né? De movimento do Estado, digamos assim, municípios estarem em união mesmo. Porque os entes públicos têm que se preocupar mais com essas questões, por que se tu deixar ao livre arbítrio do empresário, [...] eles não pensam muito na questão ambiental, né! Há uma, digamos assim, uma degradação da natureza. Então vejo essas mudanças, né!

(Entrevista com Sujeito turista em um hotel-fazenda, realizada em novembro de 2008).

O Sujeito entrevistado relata que observou as mudanças com relação ao aumento dos monocultivos arbóreos. Cita também que seriam necessários cuidados não só pelo fato de possivelmente impactar no Turismo, mas também com relação ao meio-ambiente. Aqui, o conceito de cultura aparece, porém, como algo que precisa ser preservado, e não reconhecendo a dinamicidade desse. Se considerarmos que “A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações [...]” (COSGROVE, 1998, p. 101), vamos perceber que o reconhecimento por parte de alguns Sujeitos, de uma necessidade de preservar a cultura, pode refletir um descontentamento com relação às transformações possíveis. Pensamos que essa aversão às mudanças que podem ser ocasionadas sejam reflexos não somente da ideologia por trás de uma Identidade Legitimadora (CASTELLS, 2001) observada no tradicionalismo gaúcho, muito comum no Rio Grande do Sul, mas também do receio de que essas mudanças na Paisagem sejam portadoras de uma lógica hegemônica, que sobreponha os valores globais sobre os locais. Nesse caso, o apego às tradições e aos costumes locais pode ser reflexo de uma Identidade de Resistência (CASTELLS, 2001).

Tratar da dimensão cultural, que está intimamente ligada à Paisagem, parece ser uma abordagem importante na busca por compreendermos, provisoriamente, como está sendo a relação entre os monocultivos arbóreos e o Turismo em São Francisco de Paula. Entrevistamos um Sujeito que, além de silvicultor, pratica também a pecuária em suas propriedades. Ambas as atividades necessitam de grandes extensões de terra. Observando certas questões simbólicas de sua casa, sua vestimenta e seus atos, podemos notar que o Sujeito e os membros de sua família aparentemente simpatizam com o tradicionalismo gaúcho. Durante a entrevista, o questionamos sobre a importância dos Campos de Cima de Serra para a pecuária e a sua dimensão da importância dessa para a formação cultural do

município. A pergunta veio com o contraponto das plantações de Pinus, quando o questionamos se existe alguma resistência por parte da população local.

Carla – [...] então essa dimensão cultural também é interessante abordar, porque a pecuária é uma atividade secular aqui. Existe uma identificação a princípio com essa atividade, ou não? E as plantações de Pinus, como é que entram nessa história? Existe uma resistência por parte da população, ou não?

A. - O pessoal tem aquela cultura de campos nativos com grandes dimensões e o gado pastando e aí o Pinus causa uma mudança grande na Paisagem. O pessoal da área do Turismo da região tem uma pressão forte encima da silvicultura por que causa mudança na Paisagem o pessoal não tem cuidado [...], um plano de controle, de regeneração. Eu acho que quem planta Pinus tem que se comprometer em controlar a regeneração, porque vai haver a regeneração. Mas não tem, hoje. Se o pessoal simplesmente controlasse a regeneração já era uma grande coisa na questão do Pinus na região, a regeneração natural que ocorre vai produzir semente, a água vai cair e vai germinando aquela semente. Nas margens da estrada por aí tu vê as extensões de pinus bem pertinho, aquilo ali não foi plantado é regeneração. (Entrevista com Sujeito silvicultor, realizada em dezembro de 2008)

Aqui, o Sujeito entrevistado, além de abordar a transformação na Paisagem e o conflito com os Sujeitos que trabalham com o Turismo local, ressalta a falta de cuidado que muitos plantadores têm com relação às suas plantações. A regeneração que ele cita é a germinação das sementes sem que essas tenham sido plantadas – o que torna essa planta uma invasora nos ecossistemas. Ao ser carregada pelo vento, chuva, entre outros, as sementes germinam em áreas não destinadas a esse fim, o que pode, com o tempo, causar um impacto ambiental e paisagístico significativo, visto que essa é um espécie que pode vir a substituir a vegetação nativa local, se não for controlado o seu potencial invasor.

Após questionarmos como ele acredita que é a opinião da população local a respeito das plantações de Pinus, ela responde:

A. - Com certeza se tu fosse fazer uma pesquisa hoje no município perguntando simplesmente se tu é a favor ou contra o plantio de Pinus, provavelmente o resultado seria o maior percentual contra.

Carla – E o pessoal que lida com o Turismo?

A. - Esse aí é o pessoal que mais questiona que chega junto nos órgãos ambientais esse tipo de coisa. Então esse pessoal que é mais esclarecido que tem um certo poder econômico, então é um pessoal que consegue ter um poder maior de pressão de questionamento. Hoje quem mais questiona no município é a área de Turismo. (Entrevista com Sujeito silvicultor, realizada em dezembro de 2008).

Nesse momento, questionamos o Sujeito entrevistado se é possível ou não dizer que existe um conflito de interesses com o pessoal do Turismo e o pessoal das plantações de Pinus. Sua resposta foi positiva:

A. – Sim, com certeza.

Carla – E pro município tu achas que da pra levar essas duas atividades, ou não?

A. - Acho que da se tu tiver as normas claras do plantio , eu não sou favorável a explorar. Plantar 100% das áreas não. Tem que ser preservado os campos nativos, isso tem enfim isso aí tem que ser preservado não pode se perder esse patrimônio genético e tudo mais. [...] Acho que o que precisa é um regramento na atividade. Se ta completamente tomado de maioria Pinus fica feio. Se tu enche de Pinus, um capão, de repente uma extensão de campo, outra extensão de Pinus fica bonito. (Entrevista com Sujeito silvicultor, realizada em dezembro de 2008).

O Sujeito entrevistado afirma que a população local questiona os monocultivos arbóreos em São Francisco de Paula, nos moldes como ela é praticada por parte dos Sujeitos silvicultores. Ele diz que existe um conflito de interesses entre os Sujeitos que investem no Turismo local e os Sujeitos que praticam os monocultivos de Pinus em suas propriedades. Segundo ele, os Sujeitos que realizam atividades relacionadas ao Turismo são os que mais questionam, principalmente junto aos órgãos ambientais, e ele relaciona isso ao possível maior poder econômico desses Sujeitos. Se observarmos os motivos dessa pressão exercida por esses Sujeitos, parece que ela não ocorre somente em função do conflito de interesses devido às transformações na Paisagem – segundo a fala do próprio entrevistado. Em um momento da entrevista, ele pontua que “[...] se forem aplicar a legislação que tem hoje, todos os plantios do município, ou 99%, são irregulares. Questões de área de preservação, de reserva legal estão fora do local onde deveriam estar”. O silvicultor ressalta que existe a possibilidade de conciliar as duas atividades, porém seria necessário que as normas fossem claras e respeitadas.

Se compararmos a sua fala com a de Luiz, um Sujeito turista, podemos perceber que estas transformações no ambiente e na Paisagem de fato são percebidas por parte dos Turistas. O que muda é a interpretação e a importância que esses dão para essas transformações.

Luiz - Mas deixo bem claro aqui: não sou contra, mas ta modificando a Paisagem, tem a questão dos agrotóxicos perto dos arroios, dos lagos, e me parece que há uma ausência do Estado de novo na questão dos órgãos

ambientais[...] mas sempre política, sempre o interesse do meio ambiente fica de lado [...]. Então, mudanças através pinos, as lavouras né! A água me parece que é uma coisa que fica prejudicada por que isso quando chove né! Provavelmente a água da chuva lave essas plantas né! E vão parar nos rios os agrotóxicos. Isso é muito ruim e nós não temos noção porque a gente vai notar isso mais adiante né! Nas futuras gerações. Como sugestões assim talvez, seriam grandes investimentos na área do Turismo, capacitar o lugar as pessoas, dar condições para se fomentar o Turismo e talvez e talvez não precisasse abrir espaço pra essas culturas que prejudicam muito o meio ambiente. (Entrevista com Sujeito turista, realizada em um hotel-fazenda, realizada em novembro de 2008).

Observamos um possível antagonismo entre os monocultivos arbóreos e outras atividades agrícolas com o Turismo. Contudo, o Sujeito entrevistado se preocupa em dizer que não é contra essas atividades, mas que devem ser fiscalizadas para que os impactos sejam minimizados.

Também entrevistamos Sujeitos turistas que não demonstraram uma observação crítica da Paisagem a respeito da ação humana sobre o espaço e a sua reconfiguração. Porém, mesmo sem citar tais transformações a respeito dos monocultivos arbóreos, quando questionamos a respeito do motivo da escolha do município como destino turístico, ele o associou às suas belezas naturais.

Marcelo: Foi o consenso comum dos amigos aqui, mas é um lugar bonito São Francisco de Paula e vale a pena vir para cá. [...] Pelo meio ambiente, a diversidade, cachoeiras, poder fazer trilhas, então um lugar bonito. Em si, a natureza mesmo do lugar.

[...]

E: E quando tu pensa em São Francisco de Paula, tu associa algum tipo de Paisagem ao município ou não?

Marcelo: Associa.

E: Qual Paisagem?

Marcelo: Cachoeira, as araucárias [...], a natureza, o verde do lugar, é diferente de Porto Alegre, no caso, então, parece que você está mais próximo da natureza. Eu sinto isso. Isso é o que eu sinto. (Entrevista com Sujeito turista realizada em novembro de 2008)

O mesmo notamos na fala de outros Sujeitos turistas que entrevistamos em um hotel-fazenda local:

E: Então, a imagem que vocês têm município, quando vem para cá, a princípio é positiva ou negativa da Paisagem?

J: Não, é muito bonito...

A: Muito bonito.

E: E o que vocês destacam na Paisagem, que chama atenção, que é bom?

J: Mais é da natureza, o ambiente...

A: Campo aberto, o lugar em si é muito bonito. Campo, como a gente mora lá em Caxias. Caxias é um lugar muito quebrado, muito assim de morro e aqui. Tu chega aqui em todos esses campos, bah é muito bonito. (Entrevista com Sujeito turista em novembro de 2008)

Com o exposto até este momento, pensamos que monocultivos arbóreos, nos moldes como estão sendo praticados em São Francisco de Paula, por grande parte dos Sujeitos silvicultores, não estão contribuindo para o desenvolvimento local. Neste momento, pensamos que os possíveis danos ambientais, as transformações na Paisagem e os impactos na cultura local e nos fatores simbólicos que parecem ser importantes para a identidade dos Sujeitos residentes não tendem a contribuir de forma positiva para o município como um todo. Grande parte dos Sujeitos residentes, dos envolvidos com o Turismo, e dos Sujeitos responsáveis pela gestão municipal neste momento demonstraram um descontentamento com os impactos dessa atividade no Território de São Francisco de Paula. Ambos os Sujeitos entrevistados que plantam áreas de monocultivos de *Pinus* reconhecem que grande parte das áreas destinadas ao monocultivo arbóreo no município não respeita a legislação ambiental.

Quanto aos Sujeitos turistas, pode-se dizer que todos, ao pensarem em São Francisco de Paula, atribuíram ao município elementos naturais para descreverem sua Paisagem: os campos nativos, as cachoeiras, as Araucárias, entre outros. Nas representações da Paisagem local que encontramos em sítios eletrônicos relacionados ao município (tanto o da prefeitura como os de Turismo), nas casas e equipamentos turísticos, as referências à Paisagem local estão relacionadas ao bioma e a questões culturais e simbólicas: araucárias, campos, cachoeiras, a pecuária, o gaúcho no campo, entre outros.

Alguns Sujeitos turistas entrevistados demonstraram descontentamento com as transformações no espaço que eles atribuíram aos monocultivos de *Pinus*. As plantações nas margens de rios e estradas, nos banhados, em grandes extensões, os impactos na Paisagem e possivelmente no meio ambiente foram citados por esses entrevistados de forma crítica. Dessa forma, neste momento acreditamos que exista um conflito de interesses não somente entre o Turismo e os monocultivos arbóreos em São Francisco de Paula, mas os interesses de parte dos Sujeitos que plantam monocultivos em suas propriedades parecem conflitar também com os dos Sujeitos residentes entrevistados nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES TEMPORÁRIAS

Ao longo desta caminhada, esta pesquisa se revelou complexa, como já esperávamos que fosse. Inicialmente, uma mudança de paradigma por parte deste Sujeito pesquisador fez com que os passos fossem sendo refeitos de acordo com os caminhos que fomos percorrendo. Ao mesmo tempo, novas vivências e experiências transformadoras foram acontecendo simultaneamente. O inesperado e imponderável estiveram presentes, enquanto se tecia a Complexidade que nos envolve. Essas são algumas das emergências, sem as quais não podemos compreender, pelo menos parcialmente, as partes no todo que se materializa nesta (dissert)ação.

Sobre os passos desta pesquisa, havíamos traçado uma série de procedimentos que acreditávamos que, naquele momento, auxiliariam na busca pela compreensão (mesmo que provisória), dos fatos que nos inquietam e que foram os objetivos deste trabalho.

Contudo, no decorrer da caminhada, entre o gabinete e a busca das informações – nas entrevistas com os Sujeitos em campo – a Complexidade também se mostrou presente. Alguns percalços pelos quais passamos nos fizeram perceber que deveríamos tomar algumas decisões em campo com relação a uma reavaliação dos procedimentos, para que pudéssemos nos aproximar, pelo menos em parte, da realidade dos fatos com os quais nos deparamos. Entendemos isso como uma maneira de compreendermos e de aceitarmos o inesperado, que se mostrou imponderável, quando o relacionamos a algumas limitações que surgiram em função dos prazos da pesquisa.

Os Sujeitos, quando praticam o Turismo – principalmente quando se trata de uma atividade planejada por esses e que tem tempo previsto para iniciar e terminar –, parecem não pensar na organização das suas atividades de forma a destinar um período para possíveis abordagens que lhe ocupem certo tempo, como é o caso de entrevistas para pesquisas. Dessa forma, algumas entrevistas realizadas não se caracterizam por terem sido em profundidade, semiabertas e com questões semiestruturadas em função do pouco tempo disponível dos entrevistados, já que alguns estavam chegando ao município e outros estavam no decorrer de suas práticas turísticas, o que os levava a alegar pouco tempo disponível. Em função disso,

algumas entrevistas acabaram tendo caráter maior de entrevistas estruturadas, já que, na preocupação de ter algumas questões básicas respondidas, acabamos achando necessário adaptarmos as entrevistas a partir de perguntas diretas previamente elaboradas na forma de questionário.

Em campo, avaliamos que a melhor forma de encontrarmos os Sujeitos com o perfil que procurávamos nas entrevistas era diretamente nos hotéis, devido ao fato de muitas das pessoas que paravam na Casa do Turista estarem somente de passagem pelo município, indo em direção a outros municípios. Assim, ao abordarmos os Sujeitos turistas nos hotéis, já os encontrávamos com algumas opiniões e percepções sobre o município, o que nos fez adaptar os as entrevistas, reunindo as questões em questionários de chegada ao município com o que os turistas deveriam responder após terem visitado o município.

Essas foram algumas das contingências encontradas nas etapas de campo deste trabalho. Como se trata de uma pesquisa que transita com o Paradigma da Complexidade, as contingências (possibilidade de que alguma coisa aconteça ou não) estavam previstas, uma vez que uma sociedade é um dos sistemas mais sensíveis aos caprichos do acaso. A entrevista com Sujeitos residentes no município também se mostrou interessante para buscarmos respostas, mesmo que incompletas, sobre o problema pesquisado.

Dessa forma, acreditamos ser necessário não ocultar os procedimentos previamente expostos – mas sim esclarecer quais as dificuldades encontradas para não sermos negligentes com os fatos e não negar a complexidade existente, não só na realização da pesquisa, mas a complexidade que envolve a própria dinâmica do Espaço Geográfico. Do contrário, podemos cair no minimalismo antiteórico, que não é uma solução, mas parece ser um escapismo inconsequente. Pensamos ser necessário abandonar o paraíso ilusório das soluções prontas e fechadas, para nos exilarmos do mundo concreto, cuja apreensão é muito mais difícil e nos exige mais flexibilidade e, ao mesmo tempo, mais humildade. Contudo, pensamos que a pesquisa nos trouxe muitas respostas – mesmo que provisórias – para as inquietações que nos motivaram desde o início desta caminhada.

A plantação de monocultivos arbóreos é uma atividade impulsionada por fatores que não podem ser encarados de forma monodimensional. Cultura, economia e outras questões que figuram como restrições a outras atividades (como a sapecada do campo e a proibição do corte das espécies arbóreas nativas) parecem estar na base para a explicação dos motivos que levam essa atividade a estar presente no município. As motivações econômicas são significativas, como já esperávamos; porém, não são definitivas no que diz respeito à

decisão de praticar ou não essa atividade. Isso nos pareceu sensível ao entrevistarmos Sujeitos residentes do município (ou que tinham algum tipo de identificação com os símbolos atribuídos às paisagens dos Campos de Cima da Serra), que relataram não ter intenção de praticar o monocultivo arbóreo em suas propriedades, ou não terem afinidade com essa atividade – posicionando-se de forma crítica frente a essa questão.

Sujeitos que praticam a silvicultura revelaram que possuem afinidade com a atividade madeireira por terem essa prática econômica presente no seu cotidiano. Por não ter afinidade com a Paisagem dos Campos de Cima da serra, um Sujeito silvicultor entrevistado – residente em Caxias do Sul – revelou-se satisfeito com as transformações que o monocultivo arbóreo causou naquela porção do Espaço Geográfico. Segundo a análise de suas falas, isso ocorre porque a referida área passou a lembrar mais a vegetação de seu lugar de origem e com o qual se identifica.

O Turismo é uma atividade que, nos moldes como vem sendo praticado, é algo desejado pelos Sujeitos residentes, gestores e investidores locais. Os Sujeitos o destacam como sendo uma possibilidade não só para o crescimento econômico, mas para o desenvolvimento local. Os Sujeitos investidores locais em Turismo Rural destacam que o Turismo aparece como uma alternativa de agregar renda à propriedade e de possibilitar sua permanência no espaço rural.

As transformações na Paisagem são sensíveis e citadas por todos os entrevistados. Eles reconhecem nos monocultivos arbóreos o potencial transformador da Paisagem e muitos citam o temor pela falta de identidade com esse novo elemento da Paisagem.

As opiniões dos Sujeitos turistas entrevistados e as suas percepções com relação à Paisagem local não foram homogêneas. Alguns se mostraram críticos com relação à atual estrutura da Paisagem – ocasionada pelo monocultivo arbóreo. Isso não só pelo aspecto visual, mas também pelos impactos ambientais atribuídos a essa atividade. Porém, outros não demonstraram uma interpretação crítica, buscando entender as dinâmicas que (trans)formam a Paisagem.

Assim, pensamos que foi possível reconhecer no Território de São Francisco de Paula um conflito entre os interesses dos Sujeitos silvicultores e os dos Sujeitos que atuam com o Turismo. Esse conflito pareceu ocorrer em função das mudanças que os monocultivos arbóreos causam na Paisagem, transformando campos nativos em algo que muitos Sujeitos erroneamente chamam de maciços florestais, e que acabam atuando como uma parede com

uma homogeneidade vegetal (tanto com relação ao número de espécies – uma – e com relação à idade e tamanho das unidades) que impede a visão do horizonte e de uma diversidade paisagística que deveria ser uma característica natural local.

A complexidade das relações não só entre os Sujeitos entrevistados com o Território que ocupam, mas entre eles próprios, nos fez perceber a contraditoriedade e a complementaridade existentes e que ajudam a tecer essas relações. A revelação da existência de um conflito de interesses entre o Turismo e os monocultivos arbóreos foi feita, em uma das ocasiões, por um Sujeito que pratica em sua propriedade monocultivo de Pinus que passava a cuia de chimarrão⁴⁷ para um Sujeito que atua com o Turismo no município. Dessa forma, as relações de proximidade entre muitos Sujeitos torna, por vezes, difícil a percepção desse conflito de interesses. Contudo, o relato de outro Sujeito que investe no Turismo Rural em São Francisco de Paula, mas que reside em Caxias do Sul, nos levou a perceber que o cotidiano é algo importante a ser observado. Não podemos querer tratar, de forma linear, de algo tão diverso como as relações humanas e a sua consequente diversidade nas reações dos diferentes Sujeitos frente aos mesmos problemas. Esse Sujeito declarou participar ativamente em reuniões junto a grupo que discute as plantações de Pinus em São Francisco de Paula. Declarou ter sofrido ameaças e de se envolver em embates físicos com defensores dessa atividade. Possivelmente, pelo fato de não ter relações de convivência com grande parte dos Sujeitos residentes no município, esse Sujeito pode ter tomado a liberdade de questionar essas transformações que, segundo a sua percepção, o afetam.

Contudo, mesmo chegando a algumas considerações provisórias, que pensamos ser relevantes para a compreensão do problema pesquisado, entendemos que este trabalho não se encerra aqui. Não esquecendo que estamos num constante processo de totalização, estamos sempre sendo levados a levantar questionamentos para as novas incertezas que surgem a cada novo movimento que reconfigura as lógicas as quais pensamos conhecer. Nessa ordem, desordem e (re)organização, certezas dão lugar a incertezas na tentativa de entendermos o todo pelas interrelações entre as partes, e vice-versa, no paradoxo do Espaço Geográfico uno e o múltiplo no qual vivemos nossa existência.

⁴⁷ Bebida característica do sul da América do Sul, composta por uma cuia, uma bomba para sucção, erva-mate e água. Parece ser um hábito herdado das culturas quíchua, aymará e guarani.

Na passagem por essa breve existência, enquanto Sujeitos, pensamos em não nos contentarmos somente em estarmos Sujeitos, mas também ambicionamos ser Sujeitos atuantes num constante processo de auto-eco-organização que nos inspira em uma autonomia do pensamento que procure entender a complexidade que nos envolve. Questionamos as simplificações complicadoras que tanto são apregoadas – como tentativas de convencimento – em alguns caminhos que muitas vezes nos são apresentados como acabados. Esses caminhos, já construídos, parecem tentar evitar a criatividade e a desejada coragem em querer entender, a fim de, quem sabe, questionarmos e nos sentirmos encorajados a organizar para podermos (des/re)organizar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALVES, R. **Filosofia de ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997[1958].

BACKES, P.; IRGANG, B. **Mata Atlântica: as árvores e a paisagem**. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2004.

BARTHES, R. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984.

BAUER, M. W. & GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BERQUE, A. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1998. pp. 84 – 91.

BOOCHIN, M. **Municipalismo libertário**. São Paulo: Imaginário. 1999. 95p.

CANCLINI, N. G. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

_____. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 5ª edição, 2005.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

CASTROGIOVANNI, A. C. Lugar, no-lugar y entre-lugares. Los ángulos del espacio turístico. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 16, p. 05-25, 2007.

_____. **A geografia do Espaço Turístico como Construção Complexa da Comunicação**. Porto Alegre: Tese (doutorado), Faculdade de Comunicação, PUCRS, 2004.

_____. Turismo x Espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S; CASTROGIOVANNI, A . C. (Org). **Turismo na Pós-Modernidade: (des)inquietações**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2003. p. 43 – 50.

CATTANEO, D; SUERTEGARAY, D. M. A. No espaço da liberdade a (re)construção da natureza: um ensaio sobre a relação Geografia, Ambiente e Anarquismo. **Cadernos Geográficos** (UFSC), Florianópolis, v. 12, 2005, p. 38-47.

CLAVAL, P. Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (Org). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999. pp. 59 – 98.

COSGROVE, D. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismos nas paisagens Humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1998. pp. 92 – 122.

COSTA, W. M. da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1992. (capítulos I, II e III)

_____. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988.

_____. Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto da Integração Sul-Americana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n.7, p. 25-41, 1999.

_____. **Política e Território em tempos de Mudanças Globais**. Tese de Livre-Docência em Geografia Política, 2005.

_____. **Ordenamento do Território: Concepção e Prática**. São Paulo, 2005.

COUTINHO, I. M. S. . Leitura e análise da imagem. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006, v. 1, p. 330-344.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Ed Contexto, 2002.

DUARTE, J. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de entrevistas em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 62-83.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B; MCINTOSH, R. W. **Turismo: Princípios, Práticas e Filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JACOB, F. **A Lógica da Vida**. Lisboa: Publ. D. Quixote, 1985.

KOESTLER, A. **Janus: A Summing Up**. Londres: Pan Books, 1978.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [c1970].

LUCHIARI, M. T. D. P.. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (Org.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. 1 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 09-28.

MAANEN, J. V. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 520 – 526. December 1979A.

MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (Org). **Para Navegar no Século 21**. Porto Alegre: Ed: Sulina/EDIPUCRS, 2000.

MEO, G. D. **Géographie Sociale et territories**. Paris: Nathan, 1998. p. 10 – 65.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo:Contexto,2000.

MORIN, E. A noção de sujeito. In: SHNITMAN, D. F. (Org.) **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 45-74

_____. **Complexidade e transdisciplinaridade**; a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal, EDUFRRN, 1999.

_____. **O Paradigma Perdido - A natureza Humana**, 6ª edição. Publicações Europa -América/Biblioteca Universitária, Lisboa, 2000a.

_____. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M., SILVA, J, M. da. **Para Navegar no século 21**. Porto Alegre, Sulina / PUCRS, 2000b.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 4 ed. Lisboa, Instituto Piaget, 2003. 181p.

_____. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b.

_____. Para além do Iluminismo. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre, 2005.
PEREIRA, O.D. **Direito florestal brasileiro**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950. 573p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática 1993. (capítulos I e II da primeira parte e capítulo I da segunda parte do livro

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Atlas Socioeconômico: Rio Grande do Sul**. Porto Alegre; SCP, 2002.

RODRIGUES, M. L. Metodologia multidimensional em ciências humanas: um ensaio a partir do pensamento de Edgar Morin. In: RODRIGUES, M. L. & LIMENA, M. M. C. (Orgs.).**Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Líber Livro, 2006. Série Pesquisa, V. 14. p. 13-32.

RICHTER, M. **Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável de São Francisco de Paula** – Um plano de ação preliminar. Porto Alegre. EDIPUCRS, 1998.

ROVER, O. J. **O método científico em Ciências Sociais: dos documentos, questionários e entrevistas à análise de enunciados.** Documento apresentado no SEMINÁRIO DE PESQUISA I / PGDR/ UFRGS, 2003. mimeo.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção turismo)

SACK, R. D. **Human Territoriality.** Cambridge: University Press, 1986.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço.** São Paula: Hucitec. 1996.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** Hucitec, AGB, São Paulo, 1978.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo, Nobel, 1985.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional.** São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. O tempo nas cidades. **Ciência e cultura.** São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ano 54, n. 2, out/nov/dez. 2002.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas.** São Paulo, Edusp, 2003a.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro, Record, 2003b.

SENE, E. **Globalização e Espaço Geográfico.** São Paulo, Contexto, 2003.

SILVA, J. M; CLOTET, J. (org). Edgar Morin: **As duas globalizações: Complexidade e Comunicação, uma Pedagogia do presente.** Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2001.

SOUZA, M. L. de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.43-87.

SOUZA, M. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

SQUIRRA, S. **Leitura da imagem: fotografia e TV**. Paper apresentado na 8ª Jornada Nacional de literatura. Passo Fundo (RS): Universidade de Passo Fundo, 1999.

TEIXEIRA, M. L. S. **São Francisco de Paula: Nossa terra, Nossa Gente**. Porto Alegre. M. L. S. T/Evangraf, 2002.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

UEDA, V. Da Serra ao Mar: O Espaço Geográfico Como Recurso Turístico Sustentável, In: **Sétimo Encontro Nacional de Turismo com Base local** - Livro de Resumos. 1ª ed. Ilhéus. Ed. Da UESC. 2003

VEIGA, J. E. . Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP Brasil, v. 18, n. 51, p. 51- 67, 2004.

VERDUM, R. ; HEIDRICH, A. L. ; RÜCKERT, A. A. ; BASSO, L. A. ; FONTOURA, L. F. M. ; VIEIRA, L. F. dos S. ; GAMALHO, N. P. ; ANDRADE, M. M. ; BERRETA, M. dos S. R. ; PINTO, B. F. ; HIRT, C. ; MEDEIROS, T. T. de ; SILVA, A. M. da . **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da Unidade de Conservação Parque Estadual Tainhas**. 2007.

Endereços eletrônicos:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Saúde e Meio Ambiente. **Reunião realizada em 05 de agosto de 1998**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/anais/49/Comiss%C3%B5es/csma/1998/980805.htm>>. Acesso em 10/12/2008.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Florestamento na região sul do Brasil: uma análise econômica**. Disponível em: <<http://brde.com.br/estudoepub.pdf>>. Acesso em: 15/08/2006.

BLANCO, H. S. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar:** As “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. Caderno Virtual de Turismo, Vol 4, nº 3, 2004. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=65&layout=abstract> . Acesso em 06/01/2008.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER – RS. **Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no RS.** Porto Alegre, 2008. Disponível em <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp>. Acesso em 2008.

MARCELINO, N. C. **Palestra realizada na UFSM, sobre o Lazer e o mercado de trabalho,** 2002. Disponível em < www.efdeportes.com/efd69/ufsm.htm>. Acesso em 20/07/2008.

PASCAL, B. *Homem perante a Natureza.* Disponível em < <http://www.scribd.com/doc/6768521/Blaise-Pascal-Homemnatureza>> . acesso em 15/12/2009.

PROJETO BIODIVERSIDADE RS. **Biodiversidade RS.** Disponível em: <http://www.biodiversidade.rs.gov.br>. Acesso em 01/03/2009.

SILVA, J. G. DA. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** Sieclo Brasil, . vol.15 nº.43. São Paulo, Sept./Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005>. Acesso em 28/12/2007.

ANEXOS

ANEXO A – FOLDER DO ROTEIRO ORIGENS CAMPEIRAS – APOIADO PELO SEBRAE E PELA PREFEITURA MUNICIPAL

Chegar é fácil.

Distâncias de Lajeado Grande:
 Porto Alegre 190 KM
 Avé BR 101 - 105 KM

Central de Reservas
 com Simone
 (54) 3229 2276
 Valor: R\$45,00 por pessoa (Almoço incluso)
 * Condutores locais e transporte - consultar

PATROCÍNIO:

APOIO:

Informações:
 54 3244.1602
 turismo.stp@hotmail.com
 Trevo RS 020 com RS 235 - RS / Brasil

Roteiro de Turismo Rural

Origens Campeiras

Tradição, Cultura e Lazer

Fazenda Capão do Ipê
 Bolicho do Chapéu
 Fazenda Capão do Ouriço

Lajeado Grande
 São Francisco de Paula / RS

Fazenda Capão do Ipê

Para quem já viveu no campo, uma chance de matar a saudade. Para quem não conhece a beleza da lida campeira, uma oportunidade única. Encilhar um cavalo, ordenhar uma vaca, tocar o gado e as ovelhas no campo são alguns dos atrativos que você encontrará na Fazenda Capão do Ipê.

ENTRE EM CONTATO:
 (54) 3504.2547
 RS 476, km 45
 Lajeado Grande - São Francisco de Paula / RS

Bolicho do Chapéu

Conheça um autêntico bolicho campeiro. Onde você encontra produtos serranos, artesanato e o melhor da culinária gaúcha. Aqueça as mãos no fogão à lenha e tome um chimarrão enquanto espera para degustar o melhor "Costeão" do Rio Grande do Sul.

ENTRE EM CONTATO:
 (54) 9979.5945
 bolichodochapeu@yahoo.com.br
 Estrada Rota do Sol, KM 192
 Morro do Chapéu - Lajeado Grande
 São Francisco de Paula / RS

Fazenda Capão do Ouriço

Em meio à exuberância da paisagem campeira enobrecendo a araucária e as coxilhas - de quando em vez esverdeadas ou trigueiras - aliada à preservação das origens, dos valores e dos costumes gaúchos se apresenta a peculiar Fazenda Capão do Ouriço. Venha viver aqui momentos inesquecíveis de pura beleza natural, tranquilidade e simplicidade!

ENTRE EM CONTATO:
 (54) 9143.6346
 E-mail: ncsartes@ig.com.br
 Estrada Rota do Sol: Lajeado Grande → Tainhas
 São Francisco de Paula / RS

ANEXO B – MÚSICA: SÃO FRANCISCO É TERRA BOA - OS BERTUSSI

Com licença meus amigos, vou falar da minha terra
 Vou contar de São Francisco dos campos de cima da serra
 Eu sou filho daqueles pagos terra boa e sem luxo
 É o coração serrano no Rio Grande o mais gaúcho

São Francisco é terra boa gente forte e hospitaleira
 Todo serrano é pachola e a serrana é faceira
 Muito gado na coxilha no bolso muito dinheiro
 Prá cantar de improviso serrano não tem parceiro

São Francisco é um município entre os maiores do estado
 A sua maior riqueza é a criação do gado
 Fazendas de campo aberto coxilhas a campo fora
 Onde canta o quero-quero e onde o minuano chora

Eu saí de São Francisco, o interior fui visitar
 Por Tainhas e Contendas, Aratinga e Cambará
 Almocei na Jaquirana, resolvi continuar
 Só em Cazuza Ferreira é que eu fui pernoitar

Vila Seca e Criúva, Apanhador e Juá
 Passei no Passo do Inferno e o Salto fui visitar
 Nunca vi tanta beleza, no mundo igual não há
 O que eu quero nestes versos é minha terra cantar

Quando chega fim de setembro, na saída do verão
 O serrano então demonstra de gaúcho a tradição
 Montando no seu cavalo ou nas lidas de galpão
 Da ilhapa até a presilha o serrano é campeão

Quando estou longe dos pagos a saudade é de matar
 Eu me sinto acabrunhado com vontade de voltar
 O serrano é um homem triste vivendo em outra terra
 O serrano só morre feliz, morrendo em cima da serra

**ANEXO C –INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO JUNTO AO SUJEITO
TURISTA QUE CHEGA AO MUNICÍPIO**

Nome:

Local onde mora:

Idade:

Sexo:

Instrução:

Profissão:

- Quanto tempo vai ficar no município? Se mais de um dia, onde vai pernoitar?
- O que o motivou a escolher São Francisco de Paula como destino turístico?
- É a primeira vez que vem a São Francisco de Paula, ou não?

Resposta positiva: O que espera encontrar?

Resposta negativa: O que o motivou a voltar?

- Quando pensa em São Francisco de Paula, associa algum tipo de Paisagem ao município, ou não? Se a resposta for positiva, poderia descrevê-la?

Contatos do entrevistado

E-mail:

Telefone:

Data

ANEXO D - INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO JUNTO AO SUJEITO TURISTA APÓS VISITAR O MUNICÍPIO

Nome:

Local onde mora:

Idade:

Sexo:

Instrução:

Profissão:

- O(s) motivo(s) que o levou a São Francisco de Paula foi(ram) atendido(s) durante o tempo que passou no município, ou não? Por quê?

- Encontrou no município o que esperava quanto a:

- hospedagem: () sim () não

| |
|----------|
| Por quê? |
| |

- Gastronomia: () sim () não

| |
|----------|
| Por quê? |
| |

- Receptividade: () sim () não

| |
|----------|
| Por quê? |
| |

- Infraestrutura: () sim () não

| |
|----------|
| Por quê? |
| |

- O que você destaca como sendo o mais marcante em São Francisco de Paula?
- Com relação à Paisagem, encontrou o que esperava, ou não? Por quê?

**ANEXO E - INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO JUNTO AOS SUJEITOS
RESPONSÁVEIS PELO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO**

Nome:

Local onde mora:

Idade:

Sexo:

Instrução:

Profissão (não o cargo político):

2. Como foram determinadas as prioridades do município?
3. Existe alguma(s) prioridade(s) para buscar o desenvolvimento local? Qual(is)? Como ela foi escolhida?
4. O Turismo é importante para o município, ou não? Por quê?
5. Como foram tomadas as decisões sobre quais medidas a serem tomadas com relação ao Turismo?
6. Existe algum possível fator limitante para o crescimento da atividade turística, ou não? Justifique sua resposta.
7. Os monocultivos de Pinus são importantes para o município, ou não?
8. A prefeitura realiza algum controle sobre essa atividade, ou não?
9. Existe algum projeto municipal que envolva os monocultivos de Pinus?
10. A prefeitura tem dados sobre os proprietários de áreas destinadas aos monocultivos de Pinus? De onde eles são? Eles recebem algum tipo de orientação?
11. Turismo e monocultivos arbóreos, da maneira como estão acontecendo no município, podem se desenvolver sem que uma atividade prejudique a outra, ou não?

3.1.4. Instrumento de apoio para entrevista junto a Sujeito Secretário de Turismo, Indústria e Comércio: *Para saber a importância do Turismo para São Francisco de Paula, e as ações da prefeitura com relação a ele.*

Nome:

Local onde mora:

Idade:

Sexo:

Instrução:

Profissão (não o cargo político):

- Você acredita que São Francisco de Paula (SFP) tem um potencial turístico a ser explorado, ou não? Por Quê?
- Nos últimos anos, o Turismo está crescendo enquanto atividade econômica, ou não?

- O retorno econômico que o Turismo representa para o município é significativo, ou não?
- Existe algum fator limitante para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Turismo, ou não?
- Qual é o tipo de Turismo mais forte no município?
- Quando os turistas saem de suas casas e vêm para o município, que imagem do vocês acreditam que eles imaginam encontrar em São Francisco de Paula?
- A secretaria de Turismo tem algum projeto para desenvolver o Turismo, ou não?
- Existe algo que caracterize o Turismo em São Francisco de Paula, ou não?

ANEXO F - INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO JUNTO AOS SUJEITOS PROPRIETÁRIOS DE ESTABELECIMENTO RURAL ONDE SE PRATIQUE O TURISMO.

Nome:

Idade:

Local da propriedade:

Sexo:

Instrução:

Profissão:

1. Sempre trabalhou com Turismo? Há quanto tempo investe em Turismo em São Francisco de Paula?
2. O que o levou a investir em Turismo em São Francisco de Paula?
3. Na sua opinião, quais são maiores atrativos turísticos locais? Por quê?
4. Os turistas que se hospedam neste estabelecimento estão à procura de quê?
5. Houve alguma mudança na Paisagem do município que possa vir a interferir no Turismo em São Francisco de Paula? Justifique sua resposta.
6. Na sua opinião, os turistas têm se mostrados satisfeitos com a Paisagem que encontram no município, ou não?
7. Existe algum fator limitante para o Turismo no município, ou não? Qual?
8. Turismo e monocultivo arbóreo, da forma como estão ocorrendo no município, podem ocorrer sem que uma atividade interfira na outra, ou não? Justifique sua resposta.

**ANEXO G - INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO JUNTO AO SUJEITO
TÉCNICO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO:**

Nome:

Idade:

Sexo:

Instrução:

Profissão:

1. Os monocultivos arbóreos aumentaram em área nos últimos anos, ou não? Quais motivos o senhor atribui?
2. Existe algum registro do número de pessoas envolvidas com essa atividade, ou não?
3. A maior parte da área plantada é de terras arrendadas, ou não?
4. As pessoas que investem nesta atividade são moradores de São Francisco de Paula, ou não?
5. Qual é, aproximadamente, a rentabilidade do hectare de Pinus?
6. E uma área com monocultivo arbóreo, o que fazer com a terra depois que as árvores são cortadas?
7. Com relação ao Turismo, vocês acham que os monocultivos arbóreos podem causar impactos nesta atividade, ou não? Por quê?

ANEXO H - INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO JUNTO AO SUJEITO PROPRIETÁRIO DE ÁREAS DE CINQUENTA HECTARES DESTINADOS A MONOCULTIVO ARBÓREO.

Nome:

Idade:

Local da propriedade:

Sexo:

Instrução:

Profissão:

Local de residência:

1. Há quanto tempo possui áreas com monocultivos arbóreos?
2. O que o levou praticar esta atividade em São Francisco de Paula?
3. Existe algum tipo de controle ou incentivo para atividade por parte da prefeitura municipal, ou não? Justifique sua resposta.
4. Existe algum tipo de conflito envolvendo os monocultivos de Pinus no município, ou não? Justifique sua resposta.
5. Na sua opinião, o monocultivo de Pinus, como vem sendo praticada no município, beneficia São Francisco de Paula, ou não? Por quê?

ANEXO I – CD COM AS ENTREVISTAS TRANSCRITAS